



Estudo de Viabilidade de Reabilitação de Imóveis de Uso Habitacional na Área do Comércio

ANEXOS



Instituto do Patrimônio
Artístico Cultural
da Bahia

ANEXOS

01 - PESQUISA SOBRE HABITAÇÃO NO COMÉRCIO

02 – PUBLICAÇÕES

03 - LEIS E DECRETOS

INFORMAÇÕES OBTIDAS DA PESQUISA SOBRE HABITAÇÃO NO COMÉRCIO

A seguir, informações extraídas da pesquisa quantitativa sobre a opção do Comércio como moradia e de maior relevância para a conformação dos projetos, segundo os objetivos do trabalho conjunto entre a CEF, Governo Francês, IPAC, IPHAN e PMS.

Faixa etária

- entre 18 e 20 anos	5%
- entre 21 e 25 anos	10%
- entre 26 e 30 anos	11%
- entre 31 e 35 anos	14%
- entre 36 e 40 anos	15%
- entre 41 e 45 anos	16%
- entre 46 e 50 anos	10%
- mais de 50 anos	19%

Sexo

- masculino	56%
- feminino	44%

Faixa de renda

- entre 01 e 03 SM	34%
- mais de 03 a 05 SM	22%
- mais de 05 a 10 SM	23%
- mais de 10 a 20 SM	13%
- mais de 20 SM	4%
- não declarou	4%

Classe social

- A (A1/A2)	7%
- B1	8%
- B2	18%
- C	45%
- D	22%

Interesse em residir no Comércio

- não	54%
- sim	24%
- dificilmente	13%
- a depender	8%
- não sabe	1%

Atividades comerciais que gostaria de encontrar próximo à residência

- hipermercado	80%
- farmácia	63%
- padaria	59%
- banco	53%
- escola	40%
- hospital	38%
- shopping	32%
- restaurante	25%

Opções de lazer que gostaria de encontrar próximo à residência

- cinema	57%
- praça pública	46%
- parque público	46%
- quadra de esporte	34%
- shopping	30%
- clube	29%
- teatro	19%
- bar	18%

O que deveria existir no Comércio de infra-estrutura pública

- polícia	82%
- hospital	60%
- escola	52%
- saneamento básico	38%
- bombeiros	30%
- boas ruas/avenidas	30%
- SAC	27%
- transporte	23%

O que não gostaria de encontrar próximo à residência

- favela	57%
- casas noturnas	51%
- casas de jogos	26%
- atividades portuárias	11%

Se aceitaria morar em prédio com atividades comerciais no térreo

- sim	70%
- não	26%
- não sabe	4%

O que o faria aceitar morar no Comércio (para aqueles que não se dispõem)

- nada	64%
- reestruturação do local	13%
- segurança	5%
- preço acessível	4%
- urbanização	3%

Aspectos considerados positivos no comércio

- localização	71%
- proximidade do trabalho	13%
- revitalização	5%
- vista	4%
- bancos	2%

Aspectos considerados negativos no comércio

- inadequado para residência	23%
- insegurança	20%
- decadência	15%
- desvalorização	9%

Tipo de imóvel residencial que gostaria de adquirir

- casa	74%
- apartamento	26%

O que gostaria de encontrar no novo imóvel

- segurança	46%
- elevador	27%
- porteiro 24 horas	21%
- garagem	18%
- vigia	17%
- playground	17%
- salão de festas	17%

Qual a quantidade de quartos necessária

- um quarto	2%
- dois quartos	44%
- três quartos	44%
- quatro ou mais	8%
- não sabe	2%

Qual o valor máximo desejado para o imóvel

- até \$ 10.000,00	19%
- entre \$ 10.000,00 e \$ 20.000,00	31%
- entre \$ 20.000,00 e \$ 30.000,00	16%
- entre \$ 30.000,00 e \$ 40.000,00	6%
- entre \$ 40.000,00 e \$ 50.000,00	5%
- entre \$ 50.000,00 e \$ 60.000,00	3%
- entre \$ 60.000,00 e \$ 70.000,00	2%
- entre \$ 70.000,00 e \$ 80.000,00	1%
- entre \$ 90.000,00 e \$ 100.000,00	1%
- mais de \$ 100.000,00	2%
- não sabe	12%

Moraria no Comércio x quantidade de pessoas no domicílio

- 12% uma pessoa
- 19% duas pessoas
- 29% três pessoas
- 23% quatro pessoas
- 17% mais de quatro pessoas

Moraria no Comércio x classe social

- 4 % classe A
- 20 % classe B
- 47% classe C
- 27% classe D
- 1% classe E

Moraria no Comércio x renda

- 3% até um salário mínimo
- 19% entre um e dois salários mínimos
- 20% entre dois e três salários mínimos
- 22% entre três a cinco salários mínimos
- 20% entre cinco e dez salários mínimos
- 8% entre 10 e 20 salários mínimos
- 1% mais de vinte salários mínimos
- 7% N.R.

Moraria no Comércio x faixa etária

- 3% entre 18 e 20 anos
- 9% entre 21 e 25 anos
- 13% entre 26 a 30 anos
- 16% entre 31 e 35 anos
- 14% entre 36 e 40 anos
- 17% entre 41 e 45 anos
- 11% entre 46 e 50 anos
- 11% entre 51 e 55 anos
- 4% entre 56 e 60 anos

Critério de Classificação Econômica Brasil – ABIPEME a Ass. Brasileira de Pesquisa de mercado

SISTEMA DE PONTOS

	Não	Tem					
	Tem	1	2	3	4	5	6 e +
Televisão em cores	0	2	3	4	5	5	5
Videocassete	0	2	2	2	2	2	2
Rádio	0	1	2	3	4	4	4
Banheiro	0	2	3	4	4	4	4
Automóvel	0	2	4	5	5	5	5
Empregada doméstica	0	2	4	4	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1	1	1

GELADEIRA E FREEZER

Não possui	0
Possui só geladeira sem freezer	2
Possui geladeira duplex ou freezer	3

GRAU DE INSTRUÇÃO

Analfabeto/Primário incompleto	0
Primário completo/Ginasial incompleto	1
Ginasial completo/Colegial incompleto	2
Colegial completo/Superior incompleto	3
Superior completo	5

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL (dados LSE 96)

Classe	Pontos
A1	30 - 34
A2	25 - 29
B1	21 - 24
B2	17 - 20
C	11 - 16
D	6 - 10
E	0 - 5

RENDA FAMILIAR POR CLASSES

Classe	Pontos	Faixa de Renda
A1	30 - 34	R\$ 5.555 ou +
A2	25 - 29	R\$ 2.944 a R\$ 5.554
B1	21 - 24	R\$ 1.771 a R\$ 2.943
B2	17 - 20	R\$ 1.065 a R\$ 1.770
C	11 - 16	R\$ 497 a R\$ 1.064
D	6 - 10	R\$ 263 a R\$ 496
E	0 - 5	Até R\$ 262

ANEXO-02



Imbassahy diz que a faculdade ajuda a mudar a realidade do bairro

Faculdade no Comércio é passo importante para revitalização

A Faculdade da Cidade do Salvador, localizada na Praça da Inglaterra, inaugurada na noite de quarta-feira, significa o primeiro passo dado pela iniciativa privada para o processo de revitalização do Comércio, apoiado pela Prefeitura e governo do Estado. O prefeito Antonio Imbassahy, presente ao evento, ao lado do governador Paulo Souto, disse que a instalação da unidade de ensino transforma o sonho de revitalização do bairro em realidade, "conforme os planos do Escritório de Revitalização do Comércio que criou incentivos fiscais e desenvolve projetos de recuperação da área".

Para o prefeito, "o Comércio tem grande potencial e a nova faculdade vem contribuir definitivamente para mudar a realidade atual do bairro". O governador Paulo Souto ressaltou que a área tem vocação para abrigar o setor de ensino e que a faculdade fez uma clara demonstração de estímulo e confiança pelo Comércio e pelo processo de revitalização.

A Faculdade da Cidade do Salvador vai funcionar, a partir de fevereiro do próximo ano, no prédio do antigo Banco Econômico, na Praça da Inglaterra, que tem quatro pavimentos. De acordo com o diretor-geral Renato Pinheiro, também sócio do Instituto Mantenedor de Ensino Superior Metropolitano, o projeto de instalação da faculdade foi possível pelos incentivos fiscais obtidos, além do apoio da Prefeitura e do governo do Estado para a área de infra-estrutura, como melhorias na segurança, trânsito, iluminação, entre outros. "Por conta de tudo

isso, e pela filosofia do empreendimento, vamos trabalhar com estrutura de custo bem apertada e proporcionar mensalidades com preços acessíveis", acrescentou.

Com a instalação da faculdade, a Prefeitura acredita que a atividade comercial da área sofrerá mudanças, com a elevação das vendas e transformação no perfil dos negócios, além de aumentar a demanda de novos serviços e produtos. Este empreendimento já é resultado dos trabalhos do Escritório de Revitalização do Comércio (inaugurado em novembro no Edifício Comendador Pedreira, Rua Pinto Martins), que funciona como centro de referência para a atração de investimentos e negócios, ampliando as ações do projeto de recuperação do bairro.

Para a atração de negócios, a Prefeitura vai reduzir a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Transmissão Inter-Vivos (ITIV). Na parte de melhorias, a Prefeitura já realizou obras como a recuperação do Elevador Lacerda, da Rua da Grécia, da Praça da Inglaterra, a inauguração do Mercado de Frutos do Mar, entre outras obras, paralelamente ao trabalho de infra-estrutura. Estiveram também presentes os secretários municipais da Administração, Marlúcio Palmeira; do Planejamento, Manoel Lorenzo; dos Transportes Urbanos, Ivan Barbosa; de secretários estaduais, da presidente da Associação Comercial, Lise Weckerle, do ex-senador Waldeck Ornelas, professores e outras autoridades.

Ruas da Rocinha do IAPI ganham obras de saneamento e urbanização

Cerca de 800 metros de ruas e travessas da Rocinha do IAPI ganharam total saneamento e urbanização, graças a mais uma parceria da Prefeitura de Salvador com o governo do estado. A inauguração desta obra, que beneficia diretamente três mil moradores, aconteceu quarta-feira, à noite, com a presença do prefeito Antonio Imbassahy e do governador Paulo Souto. As obras foram realizadas sob a supervisão da Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap).

De acordo com o secretário municipal de Infra-Estrutura Urbana, Carlos Geraldo Cova, o trabalho consistiu no saneamento e urbanização de cinco ruas e travessas: ruas da Vala, Ana Paula (e travessas), Fé em Deus, Bom Jesus da Lapa e Clementino Heitor (e travessas). Foram realizados também serviços de drenagem, saneamento, limpeza de canais, contenção de encostas, construção de galerias, passeios e colocação de asfalto.

Além das melhorias no bairro, onde antes só existia lama e esgoto a céu aberto, o que se podia notar era uma valorização dos próprios moradores pelo local e, conseqüentemente, por suas casas e negócios. "A última vez que estive aqui notei que não havia condições de vida digna, mas depois deste trabalho feito com muita seriedade e com a fiscalização da própria população, entregamos a obra concluída como um

presente de Natal que ficará para sempre", declarou Imbassahy.

O prefeito fez questão de acrescentar que deve voltar em breve ao local para fazer a distribuição dos títulos de propriedade para todos os moradores. "Com esta obra, cada casa fica mais valorizada. Com a entrega dos títulos, ficará como patrimônio para cada um de vocês que — sabemos — construiu com muita dificuldade", disse. O governador Paulo Souto concordou com o prefeito dizendo que a obra foi importante, "mas o que se destaca é o que se refletiu na população: a satisfação e concretização de uma vida melhor".

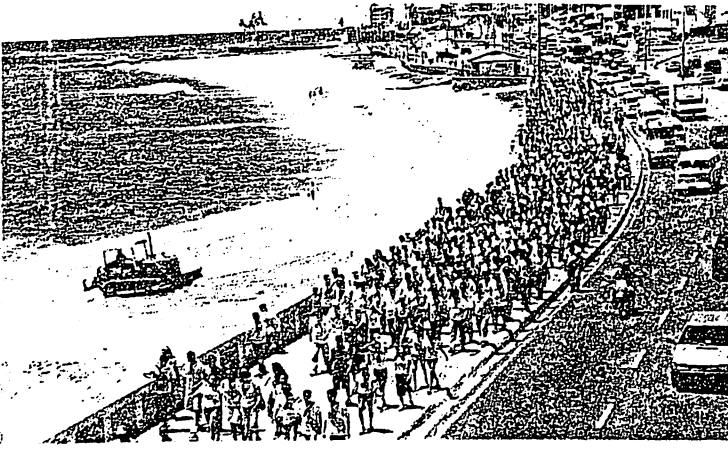
Muitos moradores, segundo os líderes comunitários, como o vereador Téo Senna, estavam pensando em mudar da área que nunca recebeu melhorias em 40 anos de existência. "Mas, com este trabalho, a qualidade de vida e a auto-estima foram resgatados", informou. Uma das moradoras, Eleuzira dos Santos, que reside no local há quase 40 anos, disse que sempre conviveu com sujeira, esgoto, lama, muitos bichos e doenças. Agora, como seus vizinhos, está satisfeita e vem investindo na melhoria da pequena casa em que mora. Estiveram presentes no evento, além do secretário Carlos Geraldo Cova, o superintendente de Parques e Jardins, Thelmo Gavazza, vereadores e lideranças do bairro.

Parceiros da SMEC

Representantes de 75 instituições governamentais e não-governamentais, parceiras da Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC), participaram do X Encontro do Fórum de Parceiros, realizada quarta-feira, no Parque Solar Boa Vista (Brotas). O prefeito Antonio Imbassahy, ao lado da secretária Dirlene Mendonça, compareceu ao evento, que tratou da troca de informações e experiências de alguns dos parceiros da Educação municipal. O evento reuniu exemplos dos parceiros que desenvolvem trabalhos em cada uma das categorias: Arte e Pluralidade Cultural; Comunicação e Novas Tecnologias; Gestão Escolar; Escola de Referência e Educação Ambiental.

Concurso — Os candidatos aprovados no concurso público realizado pela Prefeitura de Salvador, para a carreira de professor, começarão a ser chamados no início de 2004, após serem submetidos a exames médicos e avaliação psicológica. Os classificados ocuparão as vagas surgidas com a ampliação da rede municipal, sendo que 800 vagas são destinadas a professores da Educação Infantil à 4ª série, e 820 para o Ensino Fundamental (5ª à 8ª série). O resultado do concurso está no Diário Oficial do Município, edição de ontem. A remuneração inicial para os professores de 1ª à 4ª série da Educação Infantil é de R\$ 608,28 (20 horas), e de R\$ 1.216,57 (40 horas). Os docentes de 5ª à 8ª série vão receber inicialmente R\$504,01 (20 horas) e R\$ 1.008,02 (40 horas).

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.ba.gov.br>



Cerca de 800 pessoas fizeram o percurso Amaralina-Jardim de Alá

Caminhada festiva na orla abre Operação Verão 2004

Uma caminhada festiva, realizada entre o Largo de Amaralina e o Jardim de Alá, marcou ontem o início da Operação Verão 2004, promovida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesp) e Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Limpurb), com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). A jornada reuniu cerca de 800 pessoas e, como nos anos anteriores, teve caráter educativo, com a população sendo alertada para as medidas que serão tomadas pela Prefeitura nos próximos meses.

A caminhada, num percurso de quatro quilômetros, foi aberta por dez motociclistas e animada por bonecos gigantes, banda de música, palhaços, a boneca Emília, grupos de samba de roda e de dança e percussão e a presença dos artistas populares "Charles Chaplin" e "Pelé do Tonel". Também colaboraram com a iniciativa os meninos do projeto Criança Canabrava, formado por jovens que foram retirados do lixo e estão sendo integrados à sociedade. No final da caminhada, foi servido a todos um café com frutas tropicais.

Colaboraram com o movimento, o Instituto Ação Comunidade (IAC) e o grupo cultural Bicho da Cana, do bairro de Canabrava. O secretário Jalon Oliveira anunciou que será intensificado o trabalho de fiscalização junto aos barraqueiros, para que mantenham as praias limpas. Os banhistas também serão conscientizados no mesmo sentido. "Colocaremos na orla 250 agentes fiscalizadores e outros 250 agentes de limpeza, atuando de São Tomé de Paripe a Stella Maris. Também estaremos ampliando o número de salva-vidas", prometeu.

O trabalho específico nas praias, que prosseguirá até março de 2004, inclui a utilização de máquinas para oxigenação das areias, para evitar a transmissão de doenças contagiosas, em especial as dermatoses, e o aumento da luminosidade em pontos como o Porto e o Farol da Barra. "Ali existe um quebra-mar natural e pode ser utilizado, com segurança, pela população, também à noite, não só para esportes nas areias como para o banho de mar. Mas nada disso surte efeito se a população não colaborar", concluiu Oliveira.

Design Popular - O prefeito Antonio Imbassahy prestigiou a Mostra Cultura da Bahia - Design Popular, visitando, na noite de terça-feira, a exposição em cartaz na Galeria da Cidade (Teatro Gregório de Mattos, Praça Castro Alves) até amanhã. Na mostra, fotografias, vídeos, *site* e ilustrações produzidos pelos adolescentes participantes do Estúdio Cipó de Multimídias (da ONG Cipó - Comunicação Interativa), além de objetos de design popular. A galeria funciona todos os dias, das 8 às 20 horas, com entrada gratuita. O prefeito esteve na exposição ao lado da primeira-dama Márcia Imbassahy, e do presidente da Fundação Gregório de Mattos (FGM), Francisco Senna. A coordenadora do Núcleo de Disseminação da Cipó, Elza de Matos, informou que a mostra é o resultado das oficinas de fotografia, vídeo, web-design e ilustrações realizadas com 84 jovens.

Seplam leva a técnicos plano de revitalização do Comércio

O plano da Prefeitura para a revitalização do Comércio foi apresentado pelo secretário municipal do Planejamento, Manoel Lorenzo, na última segunda-feira, a uma plateia reunida no Centro Cultural Arlindo Fragozo, no prédio da Escola Politécnica da Ufba, no seminário O Porto e a Cidade Baixa: Visão da Engenharia, voltado para a contribuição técnica da área de engenharia no estudo da revitalização da Cidade Baixa. O encontro foi promovido pela Prefeitura, Fundação Escola Politécnica da Bahia e Instituto Politécnico da Bahia.

"É sempre oportuno apresentar e discutir projetos para a cidade", afirmou Lorenzo, lembrando que a Prefeitura de Salvador tem investido em estudos, planos e projetos para resolver o problema do Comércio, que sofreu um processo de esvaziamento e decadência nos últimos anos por falta de acessibilidade.

O plano da Prefeitura inclui a

substituição dos trens pesados da Rede Ferroviária por veículos leves e o prolongamento da via férrea, da Calçada até a área onde está localizado o quartel de Fuzileiros Navais, e a sua articulação, neste local, com a linha Leste-Oeste do metrô.

Para incorporar a área portuária no processo de recuperação do Comércio, a Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam) está realizando estudos com a Companhia Docas da Bahia (Codeba), para a definição de uma nova mixagem de usos. Na oportunidade, Lorenzo falou sobre a implantação da Via Portuária - uma ligação entre a BR-324 e o Porto - que deve canalizar a movimentação de cargas para os armazéns das Docas, eliminando o tráfego pesado nas ruas do Comércio. Com relação ainda ao tráfego, Lorenzo apresentou um projeto para a Praça Cayru, "que vai proporcionar mais comodidade para que toma o rumo da área comercial".

IAC faz confraternização de Natal

O Instituto Ação Comunidade (IAC), dentro do Programa de Assistência à Criança e ao Adolescente, realizou ontem, no auditório da Igreja Batista da Graça, o Encontro Anual de Entidades Assistenciais. A primeira-dama do município e presidente da entidade, Márcia Imbassahy, reuniu representantes de igrejas, creches, associações de bairros, centros comunitários, órgãos públicos e organizações não-governamentais, que fazem um trabalho em benefício do menor carente.

"O IAC tem tido o privilégio de dar a mão a outras entidades assis-

tenciais e trabalhar em prol das pessoas menos favorecidas, na certeza de que o amor nunca falha. Entre creches e associações são mais de 200 parceiros que, conosco, em Salvador, executaram a sinfonia do amor ao próximo. Nesta tarde, fortalecemos o nosso ideal de continuarmos juntos no caminho da solidariedade", ressaltou Márcia Imbassahy, lembrando que o instituto nessa parceria entra com a alimentação, cooperação técnica, educação, curso profissionalizante, lazer, doações de enxovais, equipamentos odontológicos e ortopédicos, óculos e livros didáticos.

Concurso de decoração natalina

Como forma de premiar, reconhecer e incentivar a decoração desenvolvida espontaneamente pela população, em diversos espaços da cidade, tiveram início ontem, e vão até amanhã, as visitas da comissão julgadora em diversos pontos de Salvador. A comissão apontará as melhores idéias e projetos, de acordo com os critérios do Concurso de Decoração Natalina - Natal da Fraternidade, instituído há seis anos pela Prefeitura, através da Fundação Gregório de Mattos (FGM).

A comissão, nomeada pela FGM, é formada pelo artista plástico Pau-

lo Vaz, pelo fotógrafo Marcelo Jatobá e pela arquiteta Maricly Cabral. Os critérios de originalidade, criatividade e efeito plástico visual são decisivos no julgamento.

Este ano, a premiação obedecerá às seguintes categorias: melhor decoração residencial individual, condomínio residencial, institucional, shopping center, espaço público adotado pela iniciativa pública, popular, hotel, bar, restaurante, casa de espetáculo, loja, estabelecimento comercial - situado em área central da cidade - e de ensino público ou privado, além de comercial de outras espécies.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.ba.gov.br>.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR. BA. SEC. MUNIC.
DA FAZENDA Nº 08.080.0013 SEGOV/CAO.

Ano XVII - Número 3.579

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Sexta-feira, 14 de novembro de 2003

Mais mil títulos de terra entregues na Fazenda Grande do Retiro

O prefeito Antonio Imbassahy – ao lado do vice Marcos Medrado – entregou, ontem pela manhã, na igreja Apóstolo São Paulo, Fazenda Grande do Retiro, 1.048 títulos de posse de terra aos moradores do bairro e anunciou a concessão, até o final do ano, de um total de 6 mil documentos às comunidades adjacentes de Sussunga, Jaqueira do Carneiro e São Gonçalo do Retiro. Com esta ação, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Terra e Habitação (Schab), já beneficiou em Salvador um total de 30 mil famílias, realizando o sonho da casa própria perseguido há muitos anos pelas comunidades.

“A minha intenção é unir esforços, junto à minha equipe de trabalho e parlamentares, no sentido de que a população seja atendida, conquistando direitos como esse que é elemental ao cidadão, a moradia”, disse o prefeito, lembrando que a entrega de títulos em Fazenda Grande do Retiro fortalece as ações sociais e de infra-estrutura realizadas na região. Imbassahy garantiu que até



Foto: Lazaro Torres

Prefeito anunciou outros 6 mil títulos para comunidades locais

o final da gestão todo o empenho será feito para que os moradores carentes da cidade tenham o título de posse de terra.

Durante a solenidade, que contou com presença maciça de moradores e líderes comunitários, o clima foi de contentamento e de alívio. Afinal, pais de famílias viveram qua-

se 40 anos numa situação de intranquilidade e incerteza, com receio da possibilidade da perda da moradia. Uma vez com a posse da escritura de legalização do terreno, as comunidades terão definitivamente oficializados todos os direitos e vantagens adquiridos como morador.

Eles terão autonomia com rela-

ção ao imóvel, podendo averbar construção, fazer transações comerciais de transferência, aluguel ou venda. Entretanto, é de grande importância que ele seja registrado no cartório de imóveis. “Com o registro, o morador terá total garantia de posse da moradia”, afirmou Fernando Medrado, secretário de Terra, lembrando que a secretaria continua o trabalho de cadastramento das famílias com direito ao documento.

Para Marilei da Silva Santos, moradora há 22 anos da Fazenda Grande e mãe de cinco filhos, receber o título significa a vitória de uma árdua luta da comunidade. “Só o prefeito Imbassahy reconheceu o nosso direito. Agora estou tranqüila, pois tenho com segurança um teto e um chão para meus filhos”, frisou ela, ressaltando a importância das obras. Compareceram à cerimônia secretários municipais, o deputado estadual Antônio Rodrigues e os vereadores Paulinho Magalhães, Waldenor Cardoso, Antonio Lima e Sandoval Guimarães.

Comércio é endereço escolhido para abrigar tevê interativa

O Comércio acaba de dar mais um passo rumo à revitalização, com a decisão da Alltv – primeira tevê interativa do país – de instalar seus estúdios na área. A emissora, com sede em São Paulo e prevista para operar na Bahia até o início de 2004, ainda está em busca de um espaço adequado no antigo centro financeiro da cidade, mas já confirmou o bairro como futuro endereço da tevê.

A perspectiva é de que a emissora possa gerar 40 empregos diretos, entre jornalistas, produtores, cinegrafistas e técnicos. É esse justamente o perfil de público necessário para consumir produtos e serviços a serem oferecidos pelos investidores, que decidirem se estabelecer no Comércio, explica o coordenador do Escritório de Revitalização do Comércio, Cristiano Freitas.

Segundo Freitas, é preciso criar um mercado diversificado, reunindo desde profissionais liberais, turistas, estudantes, fazendo o bairro pulsar, ininterruptamente. “Temos uma das áreas mais bem aquinhoadas em infra-estrutura de Salvador. Queremos adaptá-la a uma nova realidade, sem nostalgia”, afirma o coordenador.

lembrando que a degradação do comércio é também resultado do inchaço ocorrido com o “boom” das empresas financeiras que ali se instalaram, trazendo demanda maior de público, sem planejamento, gerando desconforto para quem trabalhava ou freqüentava o Comércio.

Para isso, está em curso um minucioso plano de negócios, que reúne a revisão dos serviços públicos prestados na região, como por exemplo a oferta de áreas de estacionamento. O Comércio oferece hoje cerca de 5 mil vagas para veículos. Cristiano explica que, à medida que a revitalização ocorra, a Prefeitura buscará soluções modernas, a fim de não permitir a saturação no sistema de trânsito, vista no passado. “Queremos ver as pessoas passeando descontraidamente pelas ruas, fazendo compras, tomando um café, com segurança e conforto”, diz.

No momento, o Município vem realizando um diagnóstico detalhado, analisando as potencialidades do bairro através de um estudo realizado em parceria com entidades como a Associação Comercial da Bahia,

Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) e Associação de Empresários do Comércio (Aecom). Antes disso, a Prefeitura regulamentou em lei os incentivos fiscais para as empresas que optarem por migrar para o Comércio. Houve uma redução de 5% para 2% (máximo permitido por lei) da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS), entre outros estí-

mulos que também envolvem descontos e isenção de taxas e tributos. Mais informações podem ser obtidas no Escritório de Revitalização do Comércio, que funciona de segunda a sexta, na Rua Pinto Martins, Edifício Comendador Pedreira (esquina com a Rua Conselheiro Dantas), Comércio, ou pelo telefone 241-4636.

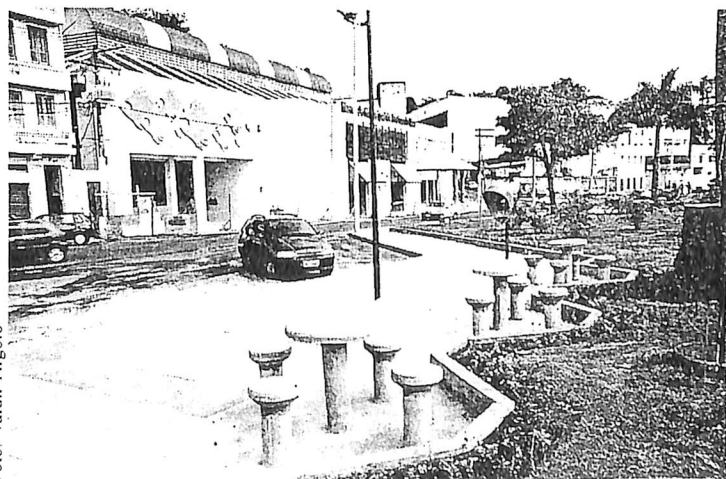


Foto: Valdir Argolo

Urbanização e obras como o Mercado de Frutos do Mar resgatam o bairro



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECTDR. BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 08.080.0013 SEGOV/CAD

Ano XVII - Número 3.571

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Terça-feira, 04 de novembro de 2003

Escritório vai atrair negócios para revitalizar o Comércio

Em solenidade realizada, no início da tarde de ontem, o prefeito Antonio Imbassahy e o governador Paulo Souto inauguraram o Escritório de Revitalização da Área do Comércio, localizado no Edifício Comendador Pedreira, na Rua Pinto Martins. O espaço vai funcionar como um centro de referência para a atração de investimentos e negócios, ampliando as ações do projeto de recuperação do bairro.

Durante o evento também foi assinado um protocolo de intenções pelo prefeito, governador e pelos presidentes da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Jorge Medauar, e da Associação Comercial da Bahia, Lise Weckerle, estabelecendo um grupo especial de trabalho, visando ampliar a participação do Porto de Salvador e os estabelecimentos comerciais do bairro na ação de recuperação da área.

O prefeito Antonio Imbassahy afirmou que as iniciativas do escritório e deste acordo de cooperação "traduzem o desejo da cidade de ver esta área com a mesma pujança de outros tempos". Em seguida, o prefeito enumerou as diversas obras que já foram realizadas na área, como a recuperação do Elevador Lacerda, da Rua da Grécia, da Praça da Inglaterra, a recente inauguração do Mercado de Frutos do Mar e outras muitas ações, paralelas ao trabalho de infra-estrutura.

"A presença do governo do Estado e do programa de esgotamento sanitário aqui é outro ponto decisivo", destacou Imbassahy, reafirmando o compromisso entre Prefeitura e Governo para o sucesso



Foto: Diogo Rocha

Imbassahy e Souto inauguraram escritório estratégico no Comércio

deste objetivo; ressaltou também a importância de ter Associação Comercial e a Codeba como parceiras, além da própria participação da Câmara Municipal, aprovando iniciativas de isenção fiscal para atrair negócios para o bairro. "Este é um trabalho que já realizamos há muito tempo, mas que agora vai ganhar com certeza um novo impulso", concluiu.

O governador Paulo Souto lembrou que revitalizar o Comércio é como dar continuidade ao trabalho iniciado com o Pelourinho. "Prefeitura e governo do Estado já têm trabalhado muito na infra-estrutura do Comércio, acredito que o bairro hoje já abriga todos os pré-requisitos para dar suporte um a novo momento de vigor, que vai acontecer por que sentimos a crença do nosso empresariado, dando-nos confiança numa revitalização acelerada", afirmou.

Parceiros

A presidente da Associação Comercial, Lise Weckerle, considera o escritório um marco no trabalho de revitalização do bairro. "É como se nossos sonhos tomassem corpo", definiu. Já o presidente da Codeba, Jorge Medauar, garantiu que a iniciativa vai contar com seu total apoio. "Estamos todos desafiados a recuperar nossa estrutura portuária e colaborar com a Bahia e com a cidade para esta ação de revitalização do Comércio", disse.

Muito concorrida, a solenidade contou com a presença do vice-prefeito, Marcos Medrado, dos deputados federais José Carlos Aleluia, Antonio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli e Marcelo Guimarães Filho, além de secretários do Estado e Município e vereadores. A criação do espaço, iniciativa da Prefeitura, foi executada numa

parceria entre as secretarias municipais de Planejamento, representada no evento pelo secretário Manoel Lorenzo, e Transportes Urbanos, que teve o titular da pasta, Ivan Barbosa, também prestigiando a inauguração do espaço.

Também presente ao evento, o presidente da Associação dos Empresários do Comércio, Santiago Coelho Campo, fez questão de ressaltar as realizações da Prefeitura no bairro. "É notável a melhoria do Comércio em diversos aspectos, como limpeza, ordenamento dos ambulantes, iluminação, poda das árvores e tantas outras ações que deram a partida deste novo momento, que deve ganhar ainda mais fôlego com esse novo compromisso do Estado e da Prefeitura."

Para a atração de negócios, a Prefeitura vai reduzir a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Transmissão Inter-Vivos (ITIV). O Escritório de Revitalização da Área do Comércio vai funcionar diariamente para prestar informações aos empresários e interessados em negócios no bairro, atuando na articulação para viabilizar projetos.

Algumas iniciativas já estão em andamento e foram lembradas durante a solenidade, como o Call Center do Banco do Brasil, que vai gerar 3,5 mil postos de trabalho direto. Empresas no ramo de hotelaria e faculdades são algumas outras instituições que já demonstraram interesse em se fixar na área. O escritório vai dar continuidade aos contatos para concretizar a instalação de novos empreendimentos no bairro.

Posto de Saúde no Alto do Cabrito

Ao inaugurar, na manhã de ontem, o novo Posto de Saúde do Alto do Cabrito, no Subúrbio Ferroviário, o prefeito Antonio Imbassahy, que esteve acompanhado pelo vice-prefeito Marcos Medrado, destacou a qualidade do equipamento, que foi reformado e ampliado, para funcionar com o Programa de Saúde Familiar, que cadastra os moradores do bairro e oferece um atendimento personalizado. O novo posto de saúde possui uma área de 169 m² contra apenas 36 m² antes das obras. Passou de 1 para 4 consultórios, 3 médicos e 1 odontológico, além de

farmácia, almoxarifado e banheiros.

Já a secretária municipal de Saúde, Aldely Rocha, lembrou que Salvador conta agora com 100 unidades de saúde - 12 delas no Subúrbio Ferroviário - trabalhando com a metodologia do Programa de Saúde Familiar (PSF). Além dela, também participaram da solenidade o deputado federal José Carlos Aleluia, o deputado estadual Antonio Rodrigues, os vereadores Sérgio Nogueira, Antonio Lima, Sandoval Guimarães, Walquíria Barbosa, Renato Ventura e os secretários municipais Fernando Medrado e Sérgio Passarinho.



Foto: Arthur Roque

Depois da reforma, o posto ganhou mais 133 m² de área construída



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR.BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 08.089.0013 SEGOV/CAD

Ano XVII - Número 3.530

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Sexta-feira, 05 de setembro de 2003



Secretária Aldely Rocha faz um balanço positivo da campanha

Vacina contra paralisia imuniza 86% das crianças de Salvador

A segunda etapa da campanha de imunização chega ao fim hoje, mas a vacina continua disponível em 86 postos da rede municipal de saúde, gratuitamente. Cerca de 20 mil crianças menores de cinco anos ainda não foram levadas pelos pais aos postos de saúde para receber a segunda dose da Vacina Sabin, que as protege da poliomielite, doença que provoca a paralisia infantil.

Desde o início da campanha, iniciada em 21 de agosto passado, já foram imunizadas na capital baiana 187 mil 351 crianças, o que equivale a cobertura vacinal de 85,9%. A meta da Secretaria Municipal de Saúde é imunizar as 218 mil crianças menores de cinco anos residentes em Salvador, segundo estimativa do IBGE. A campanha é realizada em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado Bahia (Sesab).

“É importante que os pais se conscientizem e levem às crianças aos postos para que elas possam desenvolver a proteção necessária e não sejam contaminadas pelo vírus, que ainda não foi erradicado em vários países”, alerta a coordenadora da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, enfermeira Ana Rita Vasconcelos. A paralisia infantil ainda é comum em cerca de 30 países da África, Europa e Ásia. No Brasil, o último caso da doença foi registrado em 1989, no município de Sousa, Estado da Paraíba.

Sem contra-indicação

Todas as crianças menores de cinco

anos devem receber a segunda dose da vacina, mesmo aquelas que não tomaram a primeira dose ou que estiverem com gripe, resfriado, tosse e até febre. Os pais não precisam se preocupar, pois não há contra-indicação.

O Cartão de Vacinas sempre deve ser levado para que seja atualizado o esquema vacinal básico de cada criança. A imunização é um serviço gratuito oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Vacinas de rotina

Crianças menores de cinco anos devem ser receber 15 doses da Vacina Sabin. Três delas nos primeiros seis meses de vida (aos 2, 4 e 6 meses). O primeiro reforço é feito com um ano e meio de idade, o segundo entre quatro e seis anos, e mais dez doses deverão ser aplicadas durante as campanhas, que são realizadas duas vezes por ano.

Adolescentes e adultos, especialmente mulheres em idade fértil e gestantes, também devem procurar os postos de saúde para receberem as vacinas indicadas para cada caso. Crianças e jovens até 19 anos, por exemplo, devem ser imunizados contra a hepatite B, e mulheres de 15 a 49 anos, contra a rubéola.

Os postos da rede municipal de saúde oferecem diariamente dez tipos de vacinas, que previnem diferentes tipos de doenças a exemplo do tétano, febre amarela, rubéola, hepatite B, sarampo, caxumba, meningite, tuberculose e outras.

Via Portuária avança com recuperação da drenagem da Rua General Argolo

A Prefeitura iniciou mais uma etapa das obras de construção da Via Portuária, que se estenderá da BR-324 até Água de Meninos (via Dois Leões). Depois da Avenida Gláuber Rocha e do início da construção da via que ligará a Estrada da Rainha ao Queimadinho, no bairro de Caixa d'Água, a Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap) está trabalhando agora na recuperação da rede de drenagem da Rua General Argolo, na Baixa de Quintas, que será totalmente reformada quando as obras de infra-estrutura e urbanização estiverem concluídas ainda neste semestre.

Durante os serviços, o tráfego na via ficará suspenso e a Avenida Gláuber Rocha passará a ter mão dupla. A obra será feita em quatro etapas para não atrapalhar o comércio da área. Os motoristas que quiserem fazer compras nas lojas de peças para automóveis, característico da rua, devem usar uma transversal que liga as duas vias. A recuperação da Rua General Argolo faz parte de uma seqüência de obras que incluem ainda a construção de

um túnel sob a Ladeira da Soledade, recuperação da Estrada da Rainha e a construção de um viaduto sobre a Avenida Frederico Pontes, no Comércio.

O conjunto de obras está sendo bancado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que entra com 53% do total, governo do Estado e Prefeitura. Quando estiver pronto deverá melhorar o trânsito de toda região e ainda servir como alternativa de tráfego para a BR-324, também para quem estiver no Comércio. Essa ligação desafiaria o trânsito no Túnel Américo Simas e na Avenida Bonocô.

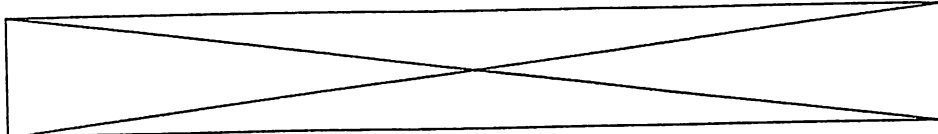
Paralelamente aos trabalhos na Rua General Argolo, a Surcap está executando obras de recuperação da rede de drenagem da Ladeira do Jacaré, que liga a Rua General Argolo ao Barbalho, já que uma rede interfere na outra. Com 300 metros de extensão, a via ganhará, além da recuperação da rede de drenagem e de todo o pavimento asfáltico, a construção novos passeios e a implantação de novos meios-fios.



Foto: Lázaro Torres

Recuperação da General Argolo faz parte de um conjunto de ações

Carnaval - A Editora Nova Fronteira, que publica as obras de João Ubaldo Ribeiro, colocou-se à disposição da Prefeitura Municipal para contribuir com a homenagem que será feita ao escritor baiano durante o Carnaval de 2004. Em correspondência enviada ao prefeito Antonio Imbassahy, pelo diretor-presidente da editora, Carlos Augusto Lacerda, foi garantido que não serão poupados esforços para abrilhantar a oportuna celebração. “Colocamo-nos a seu dispor para apoiar esta iniciativa no que estiver em nosso alcance”, diz Lacerda. A notícia, que, de acordo com as palavras do diretor presidente da Nova Fronteira “enche-nos de satisfação”, foi dada pelo próprio homenageado, que está feliz com a escolha de seu nome para a folia de momo 2004.



Local

03/09/2003

[Outras notícias de Local >>](#)

Habitação

Seis prédios na mira dos sem-teto

Depois da sede da antiga Leste, no Comércio, movimento já tem lista dos imóveis que deverão ser invadidos em setembro

JAIR MENDONÇA

Até o final deste mês, pelo menos outros seis prédios públicos e particulares vazios, já cadastrados, deverão ser ocupados por famílias de sem-teto. A estimativa é do coordenador do Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS), Jhones Bastos, para quem as ocupações refletem, na verdade, a grave situação econômico-social em que vive uma grande parcela da população da capital.

Na recente ofensiva do movimento, iniciada no dia 31 de julho, os sem-teto ocuparam o prédio da antiga Rede Ferroviária Federal Leste Brasileiro, na Praça da Inglaterra, Cidade Baixa, além de uma faixa de terra, com aproximadamente 30 mil metros quadrados – cuja titularidade é questionada pelos líderes dos movimentos –, situada na Estrada Velha do Aeroporto, onde está implantado o conjunto habitacional Vila Verde.

No prédio da extinta Leste 150 famílias estão espalhadas nos vários pavimentos, sem as menores condições. Em Vila Verde, outro contingente de cerca de 200 famílias está ocupado, ora cozinhando ora fazendo marcações de lotes. Em todos os dois locais, entretanto, há muito lamento das famílias pelo gradativo processo de decadência que beira a miséria absoluta.

Os locais que serão ocupados é mantido em segredo, mas a coordenação do MSTS tem a lista de todos. A ocupação será gradual, e deverá ocorrer diariamente. A assembléia marcada para ontem para discutir os novos rumos do movimento teve de ser adiada para hoje por causa das paralisações promovidas pelos estudantes em vários pontos de Salvador.

TUBERCULOSE – Dez pessoas que estão morando no acampamento de Vila Verde, segundo revelou Jhones Bastos, estão com tuberculose. O MST obteve medicamentos, mas está providenciando a remoção dos enfermos para unidades médicas.

Faltam alimentos básicos. Na audiência que tiveram anteontem com o secretário de Habitação da prefeitura, Fernando Medrado, o MSTS pediu a concessão de 500 cestas básicas de alimentos. Outro drama é a obtenção de água potável para consumo.

[Outras notícias de Local >>](#)

[Imprimir esta notícia](#)

03/09 - Cadastramento põe em evidência drama social

02/09 - Sem-Teto lista prédios para invadir

02/09 - Imóvel vira símbolo de luta e resistência

02/09 - Comércio

02/09 - Encontro amistoso n prefeitura

01/09 - Sem-teto invade prédio no Comércio

01/09 - 2 de julho foi início d todo o movimento



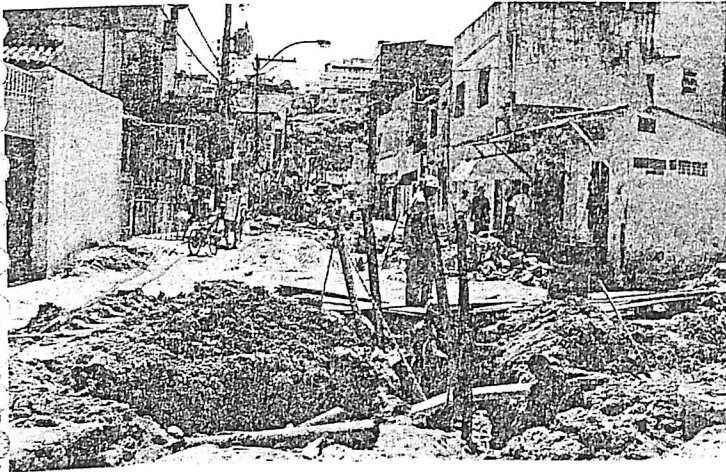
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR. BA. SEC. MUNIC.
DA FAZENDA Nº 08.080.0013 SEGOV/CA

Ano XVI - Número 3.528

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Quarta-feira, 03 de setembro de 2003



Obras na Vila Matos vão beneficiar cerca de duas mil pessoas

Sumac está concluindo o sistema de drenagem da Vila Matos

A Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) estima concluir ainda este mês as obras de drenagem e recomposição do pavimento da Vila Matos, no Rio Vermelho. No momento, os trabalhos estão concentrados no redimensionamento do sistema de drenagem, em fase de conclusão, para posteriormente ser executada a pavimentação asfáltica nos 500 metros da via, beneficiando uma população estimada em duas mil pessoas.

Situada entre as avenidas Garibaldi e Oceânica, a Vila Matos sofria constantes alagamentos com chuva de qualquer intensidade. Preocupado com o drama dos moradores, que muitas vezes não tinham condições de circular pelo local, o prefeito Antonio Imbassahy determinou a realização de estudos para pôr um ponto final no problema.

Ficou constatado que o antigo sistema de drenagem era insuficiente para dar vazão às águas pluviais e, além disso, o local se constituía num ponto de convergência da água da chuva vinda da Federação, Garibaldi e adjacências. A solução encontrada foi aumentar o diâmetro das tubulações em substituição às antigas manilhas. Além de ser mais resistente, o material facilita a manutenção do sistema e o escoamento das águas, segundo avaliação de técnicos da Sumac.

Outra medida adotada foi a implantação de uma nova rede de drenagem destinada à captação da água proveniente das áreas adjacentes à Avenida Garibaldi. Para evitar que a água fique empoçada no meio da rua, foram criados pontos de captação com ralos, o que impede a passagem de resíduos sólidos.

Cobertura de canal na Rua João Martins acabará alagamentos

Além das obras de infra-estrutura e urbanismo que a comunidade da Rua João Martins e transversais, em Paripe, vem recebendo, a Prefeitura está executando agora a cobertura do canal que corta a região e dá vazão à água pluvial em direção ao canal da Cocisa. Os trabalhos fazem parte da 2ª etapa das obras de recuperação da Rua João Martins em parceria entre a Prefeitura e o governo do Estado.

O canal tem 220 metros de extensão, dos quais 100 metros já es-

tão prontos. Com 2,5 metros de largura e 1,2 metro de altura, o canal está sendo coberto com placas pré-moldadas de concreto. "O terreno tem uma camada superficial de lama e solo em massapê por baixo. Quando a máquina cava, o canal fecha e tende a correr, por isso tivemos que escorar para não danificar as casas e muros próximos", explica Geraldo Torres, engenheiro da Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap).

As obras de canalização foram

Secretário encerra ciclo de palestras sobre revitalização do Comércio

A Casa Cor 2003, cuja edição foi realizada este ano no Comércio, chamou a atenção para as potencialidades da área e mostrou que a introdução da função residencial no bairro é possível. Esse é o balanço feito pelo secretário municipal do Planejamento, Manoel Lorenzo, durante o encerramento do Ciclo de Palestras, na última segunda-feira. "Daqui para a frente, a Revitalização do Comércio vai ganhar mais velocidade", salientou.

O presidente da Associação dos Empresários do Comércio (Aecom), Santiago Coelho, ressaltou que os esforços compreendidos, tanto pela iniciativa privada quanto pelos governos estadual e municipal, já estão rendendo frutos. "Algumas empresas que haviam deixado o Comércio retornaram, outras estão chegando e lojas de marcas tradicionais, que possuem unidades nos maiores shopping-

gs da cidade, estão mantendo suas lojas no local", revelou Coelho.

Manoel Lorenzo salientou que já houve valorização dos imóveis no Comércio e confirmou a instalação de mais um investimento na área. "O Ministério da Educação aprovou, para início no próximo ano, 13 cursos de nível superior para uma universidade que será implantada na área", anunciou.

O Comércio, bairro movimentado da cidade baixa até a década de 70, congregava atividades financeiras, portuárias, comerciais e de serviços. A expansão urbana em direção ao lado norte da cidade esvaziou os espaços do Comércio, levando a região à decadência. Para reverter esse quadro, nos últimos anos a Prefeitura de Salvador e agentes da cidadania vêm empreendendo um esforço conjunto para a recuperação física e econômica do bairro.

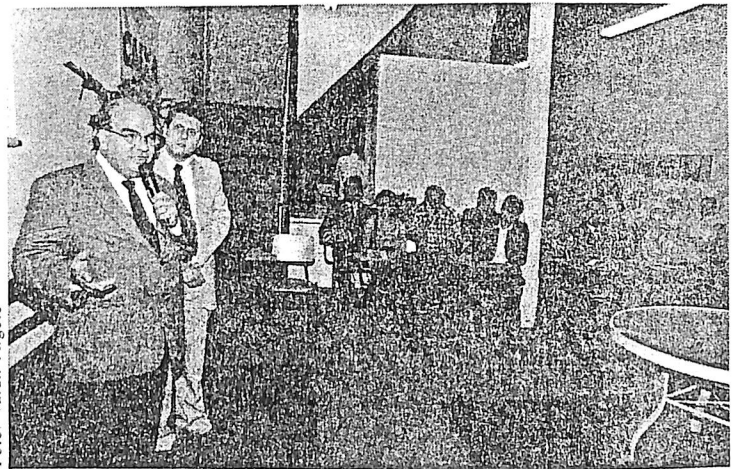


Foto: Valdir Argolo

Lorenzo afirmou que imóveis do Comércio já estão mais valorizados



23/07/2003

Retornar para Local / Geral >>

Comércio

Nobre ou pobre, o Comércio resiste

-
- Leia também:
 - Área é berço do desenvolvimento

Empresários apostam nos projetos de revitalização para manter as atividades no antigo coração financeiro de Salvador

Adilson Fonsêca

O Edifício Síllo Pedreira, na Rua Conselheiro Dantas, no Comércio, Cidade Baixa, tem 11 andares, três deles vazios, e 77 salas, das quais 59 estão desocupadas. Na sala 604, a única em atividade no 6º andar, trabalha Maria da Conceição da Mata Gonçalves, 23 anos, secretária da Associação dos Empresários do Comércio, que passa a maior parte do dia sozinha, "com a proteção de Deus".

O prédio é um dos inúmeros imóveis espalhados pelo Comércio, que foram abandonados nos últimos anos e traduz a decadência do bairro, que já foi o coração financeiro de Salvador. Quem trabalha no local, como a secretária Noelma Coroa, da sala 1.103, tem que conviver com a solidão. Ela é a única ocupante do 11º andar, que tem seis outras salas vazias. "Dá um pouco de medo", diz.

A esperança de sobrevivência do outrora mais importante bairro empresarial de Salvador reside na aplicabilidade da Lei nº 6.064, sancionada em 26 de dezembro de 2001 pelo prefeito Antonio Imbassahy, que oferece incentivos para quem quiser reocupar salas e prédios abandonados no Comércio. A lei isenta de tributos como o ISS e IPTU (Impostos Sobre Serviço e Predial e Territorial Urbano), respectivamente, os futuros interessados em empreendimentos hoteleiros, residenciais, culturais e de serviços em geral.

DETERIORAÇÃO – Um levantamento feito pela Associação dos Empresários do Comércio, entidade que reúne mais de 300 associados, feito no ano passado, constatou que 89 prédios estavam fechados ou abandonados. A prefeitura, por sua vez, constatou, no final do ano passado, que, dos 252 imóveis precários ou em processo de deterioração na área histórica da cidade (entre o Largo Dois de Julho e a Cidade Baixa), 113 estavam situados na área do Comércio.

Prédios vazios, como o Edifício Pernambuco, na Rua Conselheiro Saraiva, em bom estado de conservação, mas que está com todas as 44 salas, divididas nos 11 andares do prédio, fechadas, porque seus antigos proprietários foram embora. "O nosso grande problema é a falta de segurança, estacionamentos e, principalmente, infra-estrutura", diz o gerente da Disbate, loja ocupa o andar térreo do Edifício Abrahan Lincoln, abandonado na Rua Corpo Santo, que há dois anos teve todos os seus 11 andares destruídos pela ação de vândalos.

O presidente da Associação dos Empresários do Comércio, Santiago Coelho Rodriguez Campos, aposta todas as fichas no projeto de incentivo fiscal da prefeitura, como uma forma de atrair novos empreendimentos ao local.

Projetos

Via Náutica – Hidrovia de 15 km, entre o Porto da Barra e a Ribeira, passando por seis cais: Gamboa/Unhão, Bahia Marina, Armazéns I e II do Porto, Água de Meninos, Humaitá e Bonfim. Custo de R\$ 34 milhões.

Museu Arqueológico Naval – Reaproveitamento do Forte São Marcelo, de 352 anos, para visitação pública, como acervo da Marinha.

Integração trem/metrô – Extensão do sistema de trens suburbanos, atualmente entre Paripe e a Calçada, até a Avenida da França, integrando-o ao sistema de ônibus urbanos.

Recuperação de imóveis – Projeto da Caixa Econômica Federal para recuperar imóveis e transformá-los em residências, com linha de financiamento de R\$ 22,5 mil por unidade residencial.

Isenção fiscal – Empresas interessadas em se instalar no Comércio terão isenção fiscal do IPTU e do ISS.

Nobre ou pobre, o Comércio resiste

Empresários apostam nos projetos de revitalização para manter as atividades no antigo coração financeiro de Salvador

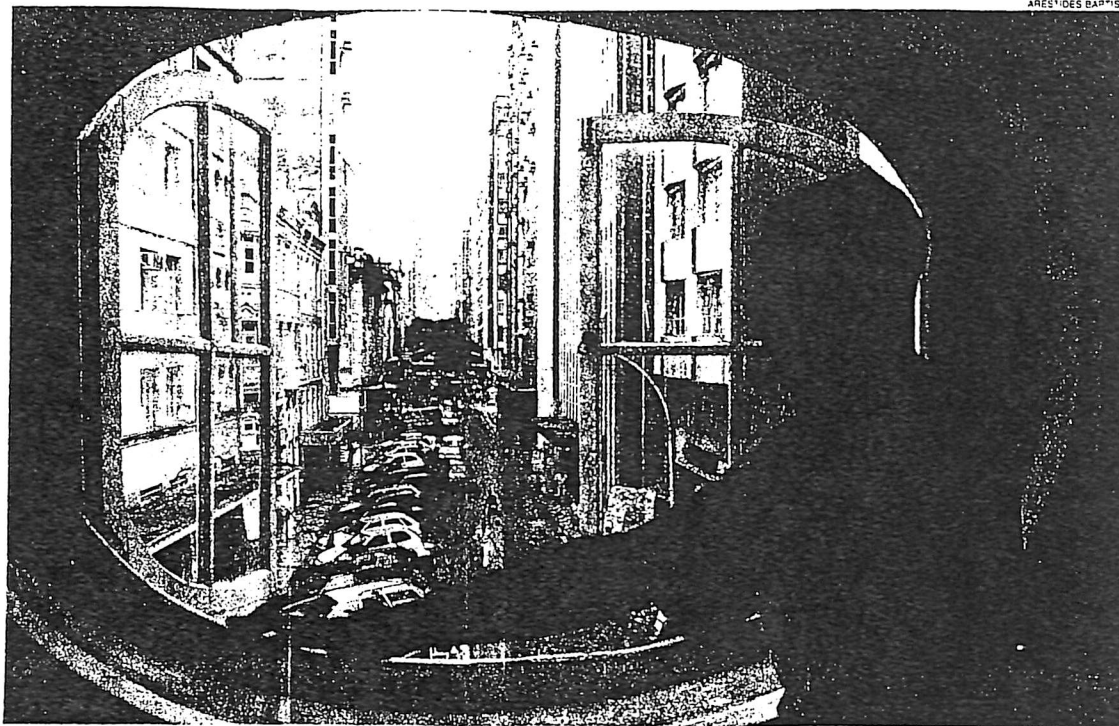
ADILSON FONSÊCA

O Edifício Sílio Pedreira, na Rua Conselheiro Dantas, no Comércio, Cidade Baixa, tem 11 andares, três deles vazios, e 77 salas, das quais 59 estão desocupadas. Na sala 604, a única em atividade no 6º andar, trabalha Maria da Conceição da Mata Gonçalves, 23 anos, secretária da Associação dos Empresários do Comércio, que passa a maior parte do dia sozinha, "com a proteção de Deus".

O prédio é um dos inúmeros imóveis espalhados pelo Comércio, que foram abandonados nos últimos anos e traduz a decadência do bairro, que já foi o coração financeiro de Salvador. Quem trabalha no local, como a secretária Noelma Coroa, da sala 1.103, tem que conviver com a solidão. Ela é a única ocupante do 11º andar, que tem seis outras salas vazias. "Dá um pouco de medo", diz.

A esperança de sobrevivência do outrora mais importante bairro empresarial de Salvador reside na aplicabilidade da Lei nº 6.064, sancionada em 26 de dezembro de 2001 pelo prefeito Antonio Imbassahy, que oferece incentivos para quem quiser reocupar salas e prédios abandonados no Comércio. A lei isenta de tributos como o ISS e IPTU (Impostos Sobre Serviço e Predial e Territorial Urbano), respectivamente, os futuros interessados em empreendimentos hoteleiros, residenciais, culturais e de serviços em geral.

DETERIORAÇÃO - Um levantamento feito pela Associação dos Empresários do Comércio, entidade que reúne mais de 300 associados, feito no ano passado, constatou que 89 prédios estavam fechados ou abandonados. A prefeitura, por sua vez, consi-



Dos 252 imóveis precários da área histórica da cidade, 113 estão no Comércio, onde 89 prédios estão fechados ou abandonados

ou em processo de deterioração na área histórica da cidade (entre o Largo Dois de Julho e a Cidade Baixa), 113 estavam situados na área do Comércio.

Prédios vazios, como o Edifício Pernambuco, na Rua Conselheiro Saraiva, em bom estado de conservação, mas que está com todas as 44 salas, divididas nos 11 andares do prédio, fechadas, porque seus antigos proprietários foram embora. "O nosso grande

te, infra-estrutura", diz o gerente da Disbate, loja ocupa o andar térreo do Edifício Abrahan Lincoln, abandonado na Rua Corpo Santo, que há dois anos teve todos os seus 11 andares destruídos pela ação de vândalos.

O presidente da Associação dos Empresários do Comércio, Santiago Coelho Rodrigues Campos, aposta todas as fichas no projeto de incentivo fiscal da prefeitura, como uma forma

Área é berço do desenvolvimento

Porta de entrada e de saída dos negócios realizados no Estado, até a década de 80, o Comércio possui alguns dos principais monumentos-marcos do turismo, religiosidade e desenvolvimento econômico da cidade, como o Porto de Salvador, o Elevador Lacerda, o Forte São Marcelo e a Igreja da Conceição da Praia. A área já foi sede regional de instituições financeiras de grande porte, consulados e representações do comércio exterior.

Mesmo assim, perdeu espaço para os novos eixos da economia de Salvador, como as avenidas Tancredo Neves, Antonio Carlos Magalhães e Paralela, além da orla marítima. Problemas como a falta de segurança, estacionamentos, acesso e infra-estrutura urbana e de serviços debilitada afastaram empresários, comerciantes e banqueiros do Comércio. Numa tentativa de reverter o processo de decadência, inúmeros projetos de revitalização foram elaborados, abrangendo a modernização da área de transportes, espaços físicos e infra-estrutura urbana.

Num deles, a prefeitura, juntamente com a Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia), pretende transformar dois dos armazéns do Porto de Salvador em espaços multiculturais, onde seriam construídos *minishoppings*. Um outro projeto, na área de transportes, prevê a expansão dos trens, da Calçada até a Avenida da França. E o mais importante é a transformação do bairro em área residencial e comercial, que prevê a

PROJETOS

Via Náutica - Hidrovia de 15 km, entre o Porto da Barra e a Ribeira, passando por seis cais: Gamboa/Unhão, Bahia Marina, Armazéns I e II do Porto, Água de Meninos, Humatá e Bonfim. Custo de R\$ 34 milhões.
Museu Arqueológico Naval - Reaproveitamento do Forte São Marcelo, de 352 anos, para visitação pública, como acervo da Marinha.

suburbanos, atualmente entre Paripe e a Calçada, até a Avenida da França, integrando-o ao sistema de ônibus urbanos.
Recuperação de Imóveis - Projeto da Caixa Econômica Federal para recuperar imóveis e transformá-los em residências, com linha de financiamento de R\$ 22,5 mil por unidade residencial.
Isenção fiscal - Empresas interessadas em se instalarem no Comércio poderão



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO EC/IBR. BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 08.080.0013 SEGOV/CAD.

Ano XVI - Número 3.486

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Segunda-feira, 07 de julho de 2003

Prefeito autoriza obras de ligação Dois Leões-Água de Meninos

O prefeito Antonio Imbassahy assinou na manhã de sexta-feira a ordem de serviço autorizando o início das obras na Estrada da Rainha (na região dos 2 Leões/Água de Meninos), onde - entre outras ações - serão construídos um túnel e um viaduto. A obra está sendo chamada de melhoria do tráfego da região. A ligação 2 Leões/Água de Meninos custará R\$ 25 milhões e o dinheiro já está garantido através de uma parceria entre a Prefeitura, o governo do Estado e o BNDES, que entrará com 53% dos recursos.

Os principais serviços no local serão a extensão de duas pistas de rodagem com 2.075 metros cada; a construção de 2 túneis, em um total de 260 metros, e 2 viadutos, passando pela Avenida San Martin e desembocando no Porto de Salvador. Também serão pavimentados 39.5 mil m² de área, construção de 1.850 metros de galerias, 8.300 metros de meio-fio e 16.6 mil metros de passeio. "As obras começarão em agosto em 5 ou 6 frentes simultâneas e deverão estar concluídas em 8 meses. Com a drenagem da área resolveremos o antigo problema de inundação do canal da Estrada da Rainha, que tantos transtornos causa aos moradores da área", explica o prefei-



Foto: Lazaro Torres

Obras estão previstas para agosto em várias frentes de trabalho

to Imbassahy. A primeira etapa das obras contemplará o trecho 2 Leões/Queimadinho e engloba os seguintes serviços: a extensão de via - uma pista de 1.200 metros e duas pistas de 300 metros cada (acesso ao Largo do Queimadinho), área pavimentada de 17,5 mil m², construção de 1.850 metros de galerias, 3.600 metros de meio-fio e 7.200 metros de passeio. "Um dos principais benefícios da obra será desviar o tráfego pesado de caminhões com contêineres da Estrada da Rainha, o que passará a ser fei-

to pela BR-324, passando pela Avenida Barros Reis até o Porto de Salvador no bairro do Comércio, na Cidade Baixa", explicou Ivan Barbosa, secretário municipal de Transportes. Segundo o secretário, a Estrada da Rainha será toda retificada e terá obras de drenagem. De lá sairá o túnel que desemboca no viaduto, que passará pela Avenida Jequitaia e termina no Porto de Salvador. Cerca de 80 casas serão desapropriadas para viabilizar as obras e os moradores já estão sendo contatados pela Prefeitura.

Itapuã e San Martin

Imbassahy também visitou a obra de construção do novo mercado de Itapuã, na Avenida Dorival Caymmi, e obras no bairro de São Cristóvão. O roteiro do prefeito incluiu, ainda, visita às obras de recuperação da Avenida San Martin e no subúrbio ferroviário, onde estão sendo feitas intervenções de dragagem e canalização de águas para posterior asfaltamento. O trecho do Largo do Tanque tem prazo de 150 dias para ser concluído e os principais serviços são a extensão de 500 metros de vias, pavimentação de 6.500 m² de área, construção de 1.000 metros de meio-fio e 1.100 m² de passeios. Também está sendo implantada uma praça, ao lado da nova rotatória que remanejará o tráfego no local. Toda a rede da Coelba será modificada, bem como os semáforos existentes atualmente nas imediações. Em São Tomé de Paripe, as obras devem ser concluídas até o final deste mês, beneficiando 5 mil pessoas. No local estão sendo construídos 190 metros de galerias, o que acabará com as inundações na área. Atualmente, está sendo coberto - com placas de cimento - o novo canal de 223 metros de extensão na Rua 38 - também conhecida por Rua do Colégio -, rua transversal da Rua Irecê, onde serão beneficiadas cerca de oito ruas transversais.

Educação conclui curso para diretor de escola

Promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), o curso de Gestão Escolar, iniciado em 26 de junho, foi encerrado no último sábado, após cumprir uma carga horária de 80 horas. O curso, realizado no colégio estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, foi dirigido aos professores que vão participar do processo que indicará os diretores e vices das escolas do município.

"É um curso importante e necessário e com um conteúdo que nos dá uma noção exata do que realmente é e como se faz uma gestão democrática", revela Marina Sirqueira, professora da Escola Organização Coletiva. "Realmente me surpreendi. Esse curso foi uma experiência impar a respeito do papel de um gestor. Concorrendo ou não às eleições estou preparada para trabalhar com uma gestão democrática", afirma Gesiane Soares, professora da Escola Antônio Martins Damasceno. "Um curso maravilhoso em todos os sentidos. Aprendi muito sobre gestão e melhorei meus conhecimentos em alguns conteúdos em que tinha dúvidas", declarou Fátima

Brito da Silva, professora da Escola Irmã Sheila. O processo de seleção dos diretores e vices tem a participação, pelo voto direto, dos professores, dos alunos com idade acima de 14 anos, dos funcionários das escolas e dos pais dos

alunos. A eleição está marcada para a segunda quinzena de agosto. Os candidatos habilitados poderão fazer as inscrições nos dias 4 e 5 de agosto, no Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico da Prefeitura, na Rua Rio Grande do Sul (Pituba), das 8 às 20 horas.



Foto: Sérgio Pedreira

Curso recebeu professores candidatos aos cargos de diretor e vice

Mudanças no trânsito - Melhorar as condições físicas, promover maior segurança para os pedestres e dar mais fluidez à circulação dos veículos na área de São Caetano são objetivos da Superintendência de Engenharia de Tráfego (SET) com as obras e intervenções viárias programadas para o mês de julho. O projeto prevê a alteração física de alguns trechos de via, com a recuperação de passeios e calçadas, nova pavimentação asfáltica e elevação do nível dos meios-fios para evitar estacionamentos impróprios sobre as calçadas. Com as modificações, os veículos e ônibus que saem da Rua Boa Vista de São Caetano, através do Largo da Formiga, com destino a Campinas de Pirajá e proximidades terão que fazer o retorno no "Argeral". Os motoristas que se dirigirem para Boa Vista de São Caetano deverão usar a Rua da Goméia e fazer a volta nas imediações do terminal de ônibus.

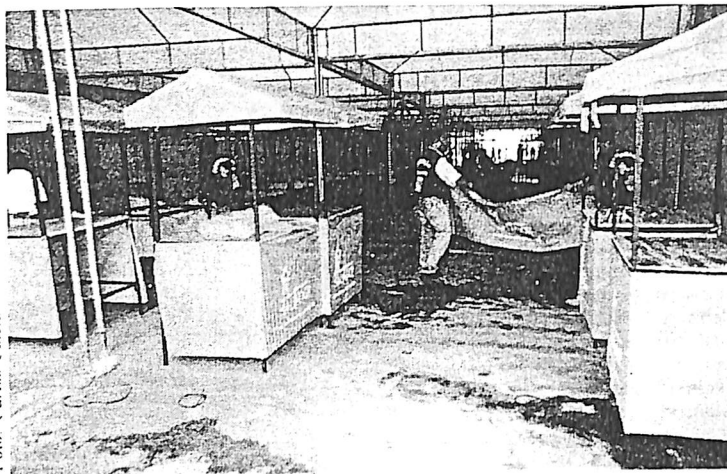


Foto: Carlos Careta

Os 517 vendedores cadastrados vão ocupar barracas novas e padronizadas

Sesp inicia ordenamento de ambulantes no Comércio

Depois de mais de um ano de negociações com o sindicato e as associações representativas dos vendedores ambulantes de Salvador, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesp) iniciou ontem o ordenamento dos comerciantes informais que atuam na região do Comércio, na Cidade Baixa. Serão ordenados em lotes demarcados nas diversas ruas e transversais da área, com barracas novas e padronizadas. 517 vendedores ambulantes cadastrados em conjunto pela Sesp e entidades da categoria.

O secretário Jalon Oliveira lembrou que todo o processo de ordenamento tem sido negociado exaustivamente com os representantes da categoria dos ambulantes. "Há mais de um ano estamos negociando o ordenamento no Comércio com o sindicato e as associações dos ambulantes e chegamos a adiar por três vezes atendendo solicitação dessas entidades." As negociações chegaram ao fim na última reunião realizada na sexta-feira passada na sede da Sesp, com a participação de representantes do Sindicato dos Ambulantes e Feirantes de Salvador (Sindfeira), Associação dos Vendedores Ambulantes de Salvador e Região Metropolitana (Asfaerp) e a Associação dos Vendedores Ambulantes da Cidade de Salvador (Asindferp).

Ficou acertado que todos os ambulantes instalados na Avenida da França e nas ruas Miguel Calmon, Estados Unidos e Portugal serão transferidos para ruas transversais do Comércio e cerca de 160 dos 517 comerciantes informais cadastrados irão para a Rua Riachuelo, a Praça Marechal Deodoro e a Associação Comercial da Bahia.

No local, a Sesp instalou cobertura de toldos, iluminação especial, contêineres para coleta de lixo e pontos de energia elétrica.

A única restrição da Sesp, respaldada na legislação municipal e em pareceres da Vigilância Sanitária do Município, é quanto à comercialização de carnes, peixes, vísceras e queijos, expostos a céu aberto, para resguardar a saúde da população. Esses vendedores serão orientados pela Sesp a procurar equipamentos e espaços mais adequados para comercialização desses produtos. A Sesp vai impedir também a comercialização de produtos fruto de roubos e outras contravenções penais como CDs piratas, armas e equipamentos eletroeletrônicos vendidos abertamente na "feira do rolo" existente na área.

As ações da Sesp na área do Comércio dão continuidade ao processo de ordenamento dos comerciantes informais, como ambulantes, feirantes, permissionários de barracas, entre outros, que vem sendo realizado pela Prefeitura desde o início da atual administração municipal, em 1997. O secretário Jalon Oliveira disse que o ordenamento do comércio informal visa assegurar o direito constitucional de livre circulação da população pelas calçadas e logradouros públicos, com a padronização dos equipamentos urbanos e a garantia de emprego e renda para os vendedores ambulantes que necessitam da atividade para sobreviver. Desde 1998, foram ordenados 1.396 ambulantes nas transversais da Avenida Sete de Setembro, 710 na Baixa dos Sapateiros, 100 no Iguatemi/Rodoviária, 300 na Calçada e 30 em Paripe.

Feira cultural termina hoje com grupos de dança e teatro

O livro Cultura de Paz – Estratégia, Mupas e Bússolas, organizado pelo médico Feize Milane e a professora Rita Dias, foi lançado ontem, pela manhã, no Shopping Barra, como parte da programação da feira Tecendo a Rede da Paz, promovida pela Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania (Semap). Editada pelo Instituto Nacional de Educação para a Paz e os Direitos Humanos (Inpaz), a obra reúne 12 textos de autores que atuam e pesquisam nas áreas social, educacional e de saúde.

Além de Milane e Rita, assinam a coletânea de textos Aneri dos Santos Santiago, Araci Asinelli da Luz, Luiz Henrique Benst, Luis Lobo, Malora Noleto, Martha Jabali Rabbarin, Reinaldo Ribeiro, Rosângela Azevedo e o espanhol Vicent Martinez. A publicação prioriza as áreas de educação e cultura, com ênfase na comunidade escolar, assim como temas contemporâneos, a exemplo da cidadania mundial, exclusão social, valores humanos, respeito às diferenças e transformações e conflitos.

"Precisamos encarar a cultura da paz como um processo mais profundo, superando as banalizações e fatalismos, e apresentando, com otimismo, alternativas concretas", explica Milane, acrescentando que esta é a proposta do livro, que não será comercializado, devendo ser distribuído nas bibliotecas públicas, universidades, escolas públi-

cas e organizações não-governamentais (ONGs).

A feira termina hoje, com apresentação de trabalhos de instituições e organizações oficiais que desenvolvem ações educativas em defesa das crianças, adolescentes, mulheres e idosos, e pelos que combatem a violência contra o meio ambiente e no trânsito.

"Entendemos que a exclusão social é uma das causas da violência, sendo necessária a realização de atividades educacionais, sociais e de lazer nas comunidades pobres, envolvendo os segmentos que mais são atingidos", salientou a coordenadora de Programas da Paz, da Semap, observando que "a feira tem o objetivo de divulgar e incentivar as ações promovidas na classe média, dando uma roupagem mais genuína, de valorização da vida, para que ela possa abraçar a paz".

A programação de amanhã consta da apresentação da Dança dos Bambolês: da Associação Cristã Feminina da Boca do Rio, vinculada ao Instituto Ação Comunidade (IAC); o Teatro de Fantoches, que encenará a peça "O Gênio do Livro"; do grupo de teatro da Universidade do Estado da Bahia, além de um concurso de frases promovido pela Fundação Gregório de Mattos e o show-aula de dança de rua criado pelo Grupo Leões do Rap.

Vacina para idosos prossegue em Salvador até dia 9 de maio

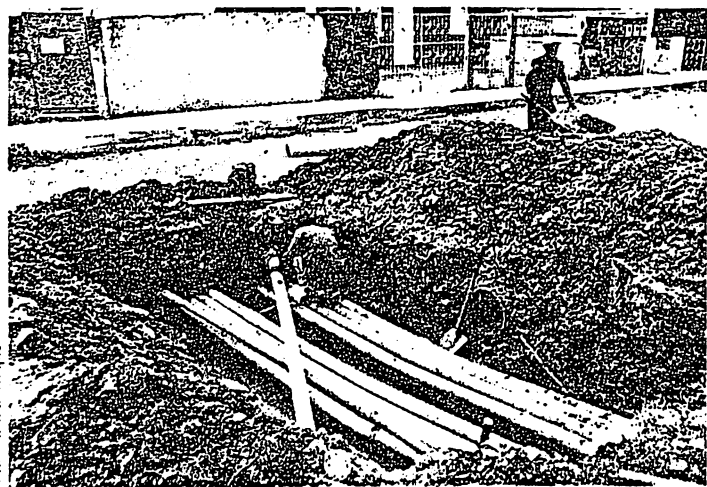
Os postos da rede municipal de saúde continuam vacinando contra a gripe todas as pessoas residentes em Salvador que tenham mais de 60 anos. A campanha de imunização prosseguirá até 9 de maio em 86 postos de saúde na capital, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas. A vacina, que é gratuita, está sendo oferecida também em postos instalados pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) nos shoppings Itaigara, Iguatemi e Barra. Já foram imunizados em Salvador 92.681 idosos, 53% da população-alvo. Destes, 36.588 têm idade entre 60 e 64 anos e 56.093 mais de 65 anos.

A gripe é uma doença grave e contagiosa, causada pelo vírus Influenza. É transmissível através das vias respiratórias. Geralmente provoca febre alta, irritação na garganta, tosse, dores no corpo e, principalmente, na cabeça. Já o resfriado é provocado

por outros tipos de vírus e, embora os sintomas sejam parecidos com os da gripe, se manifestam de forma mais branda. Devem ser vacinadas todas as pessoas com idade superior a 60 anos, faixa etária estabelecida pelo Ministério da Saúde por ser considerada a mais vulnerável às viroses comuns durante o inverno.

Avaliando os resultados obtidos até agora pela campanha, a secretária municipal da Saúde, Aldely Rocha, considera que os idosos de Salvador estão respondendo positivamente à convocação da saúde pública. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que em Salvador moram cerca de 172 mil pessoas com idade superior a 60 anos. "Já imunizamos 35% deste universo. Até o final da campanha esperamos vacinar pelo menos 70% dos idosos residentes em Salvador", revela a secretária.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.com.br>.



A limpeza nas redes foi intensificada para evitar os alagamentos

Sumac prossegue com limpeza de canais na Rua Nilo Peçanha

A Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) intensificou nos últimos dias a limpeza e desobstrução da rede de drenagem da Rua Nilo Peçanha e adjacências, na Baixa do Fiscal. Para facilitar o trabalho das equipes, a Sumac teve o apoio da Superintendência de Engenharia de Tráfego (SET) para o fechamento e disciplinamento do tráfego, uma vez que muitas galerias atravessam a pista principal onde foi realizado o serviço.

Iniciada há um mês, como ação preventiva ao período de chuva mais intensa, a limpeza da rede de esgoto abrange uma área crítica da cidade, suscetível a alagamento, necessitando de cuidados diários. "Com a chuva, as áreas baixas ficam alagadas, mas com esse trabalho a situação fica sob controle", disse o gerente de Operações da Sumac, Jarilson Paim, informando que a Con-

der já está estudando projetos e mecanismos de captação de recursos que viabilizem um trabalho de intervenção em parte da área da Baixa do Fiscal.

Segundo ele, o serviço deve durar mais 90 dias. Os operários estão realizando a limpeza do canal principal, paralelo à Avenida Suburbana, e das galerias da Nilo Peçanha e ruas adjacentes. Paralelamente, está sendo executado o trabalho de manutenção com a retirada de material que impeça o escoamento natural da água e do esgoto.

Além da retirada em grande quantidade de areia, no trabalho de desobstrução, os operários vêm encontrando diversos tipos de objetos jogados pela população ao longo dos canais, desde garrafas plásticas até restos de geladeira e sofá. "Pedimos a colaboração da população, evitando o despejo de material na rede de drenagem", recomenda Paim.

Casa Cor será realizada em prédios do Comércio

A organização da Casa Cor 2003, que acontece de 24 de julho a 1º de setembro, vai prestigiar a área do Comércio da Cidade Baixa. Para isso, foi realizada ontem a assinatura de contrato entre as franqueadas da Casa Cor e os proprietários de dois imóveis antigos localizados no Comércio, que foram disponibilizados para a realização do evento. O ato representa mais um passo em direção à revitalização do Comércio, projeto coordenado pela Secretaria Municipal do Planejamento (Seplan).

"Tenho certeza de que a Casa Cor vai catalisar esse processo de revitalização", enfatizou Manoel Lorenzo, secretário do Planejamento. Na sua opinião, eventos como a Casa Cor demonstram que a área pode ser revitalizada e devolvida à população. "O Comércio da Cidade Baixa possui uma infra-estrutura que não fica atrás de qualquer área central do mundo", salientou. Segundo o presidente da Associação dos Empresários do Comércio (Aecom), Santiago Coelho, a Casa Cor vai fortalecer o projeto de reabili-

tação de imóveis de uso habitacional na área do Comércio. "O evento vai mostrar projetos adequados para a moradia no Comércio", disse.

Os dois imóveis que serão objeto de transformação situam-se nas ruas Pinto Martins, s/n, e Guimarães Padres, nº 01, respectivamente, de propriedade de Wu Santos e Vinícius Gagliano. As franqueadas da Casa Cor na Bahia, Kátia Chamadoiro e Maria Luiza Brandão, mostraram-se entusiasmadas com o local. Os dois imóveis serão interligados por uma passarela. "A Casa Cor vai apontar várias alternativas de moradia na área, entre estúdios, lofts, etc", disse Maria Luiza.

Como forma de revitalizar o Comércio, a Prefeitura Municipal, através da Fundação Mário Leal Ferreira, pretende reintroduzir a função residencial no Comércio, inclusive o uso misto. A ideia também passa pela utilização de alguns desses prédios, que já serviram no passado para funções de escritórios, para abrigar hotéis, pensões, faculdades, centros culturais e outras atividades que já contam com incentivos fiscais.



Evento entra em sintonia com trabalho de revitalização do bairro

Feira do Barro é sucesso e oleiros recebem muitas encomendas

Com uma avaliação considerada das mais favoráveis, a Feira do Barro do Estado da Bahia, promovida pela Empresa de Turismo S/A (Emtursa), em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura, prossegue até o próximo sábado, das 10 às 22 horas, no estacionamento da Fonte Nova (Dique do Tororó). Estão participando e negociando seus produtos 27 artesãos, oriundos dos municípios de Maragogipinho (distrito de Aratuípe), Lauro de Freitas, Camaçari, Ilhéus, Itagi, Feira de

Santana e Salvador. São mais de mil peças em exposição.

De acordo com o diretor da Emtursa, José Correia Filho, "em apenas cinco dias de feira, os oleiros tiveram de fazer rápida reposição das peças em seus estandes devido à procura dos produtos pelo público". Como resultado do sucesso, a Emtursa pretende repetir o evento no próximo ano, com a ampliação do espaço e do número de expositores e estandes de venda.

"Para os oleiros, esta foi uma das

feiras mais bem organizadas que tiveram oportunidade de participar, tanto no aspecto de venda, como na divulgação, assistência logística e frequência de público", finalizou José Correia.

Segundo a gerente de produtos artesanais da Emtursa, Marta Dória, a decoração dos três toldos de 81m² cada, que totalizam 270m² de espaço para 27 estandes de exposição para mais de mil produtos, ficou a cargo dos artistas plásticos da própria empresa Alex Rodrigues e Jairte Moreira. "Eles trabalha-

ram basicamente com bonecas de pano, baianas de peneira e esteiras de taboá".

O público que até agora passou pela feira é estimado em 11 mil visitantes. Só no domingo último, a feira recebeu seis mil pessoas. Os preços dos produtos variam de R\$0,50 até R\$80. Marta Dória ressalta que o espetáculo *O Salvador em Salvador*, com a Paixão e Morte de Cristo, que está sendo encenado no palco flutuante do Dique do Tororó, tem contribuído para a grande procura da feira.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.com.br>.

Jornal: *THP*
 Data: *16/04/03*
 Categoria: *RM*
 Edição:
 Assunto: *Bairro*

CASA COR 2003

Começa revitalização do Comércio

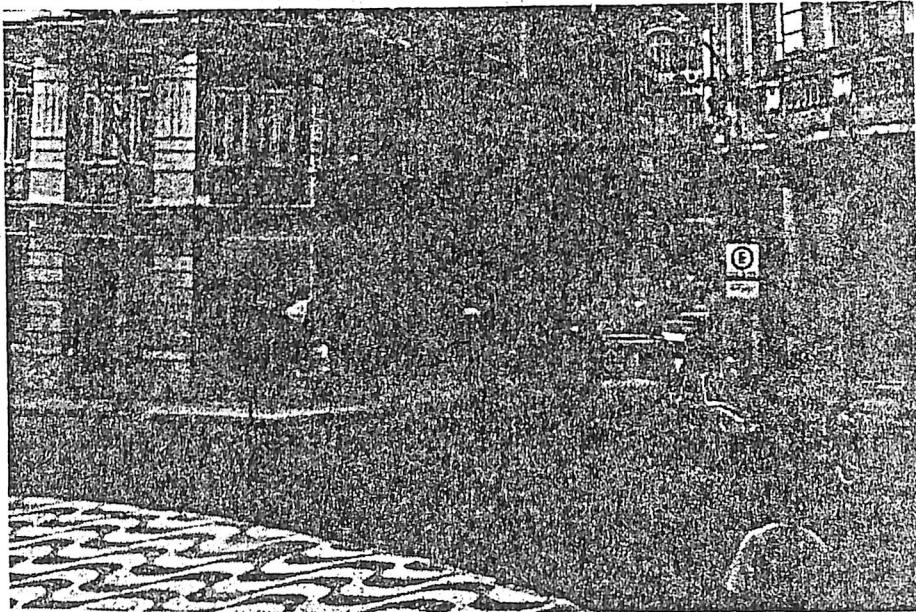
O evento vai mostrar projetos adequados para a moradia na área do Comércio

FOTOS: EDUARDO MARTINS

Mais um importante passo para a revitalização da área do Comércio, na Cidade Baixa, foi dada ontem, com a assinatura de contrato entre as organizadoras da Casa Cor 2003, Kátia Chamadoiro e Maria Luiza Brandão, com os proprietários do prédio da Rua Pinto Martins, Wu Santos, e do prédio da Rua Guindaste dos Padres, Vinicius Gagleano.

Os dois edifícios serão preparados para receber a Casa Cor 2003, importante evento que reúne o que há de melhor em arquitetura e decoração. O convênio foi assinado na sede da Associação dos Empresários do Comércio. O grande destaque será a ligação entre os dois prédios, com uma passarela a ser construída. A Casa Cor será inaugurada no dia 24 de julho.

Segundo a arquiteta e uma das organizadoras da Casa Cor, Kátia Chamadoiro, a proposta para realizar mais uma versão do evento no Comércio foi uma proposta da prefeitura, através da Secretaria Municipal de Planejamento (Se-



Entre os dois prédios será construída uma passarela

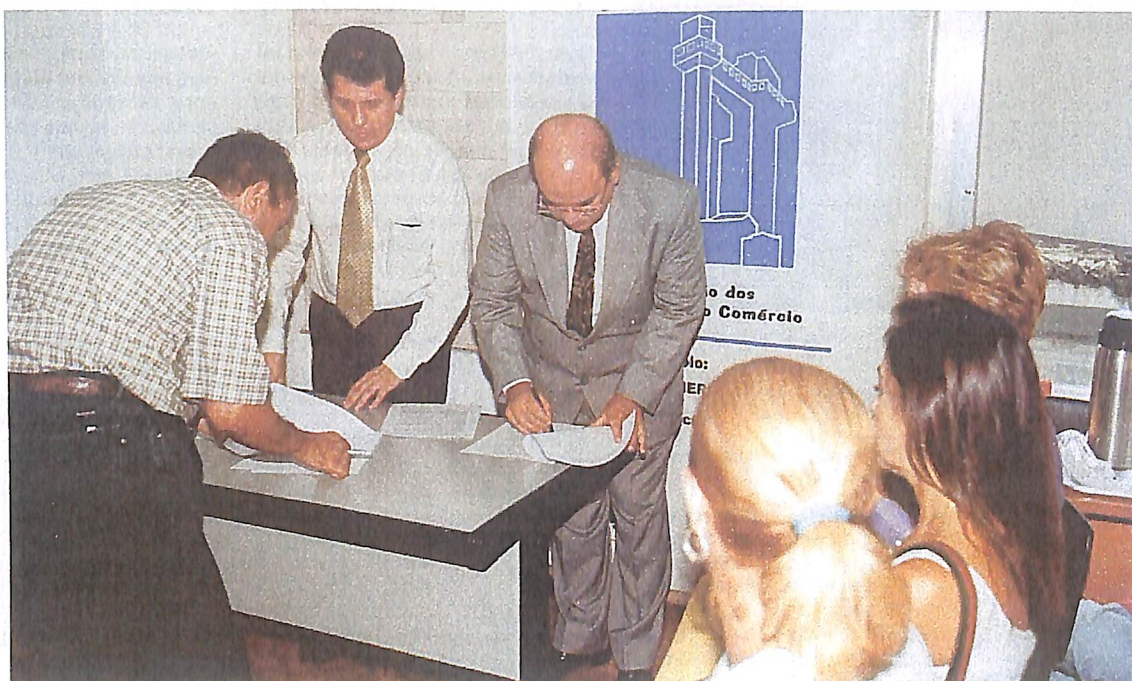
plam), e da Associação dos Empresários do Comércio, como mais um passo para a revitalização da área.

A proposta foi aceita e a Casa Cor 2003 vai aproveitar toda a infra-estrutura dos prédios, que estão desocupados, para propor versões de apartamentos, mostrando al-

ternativas de como se pode aproveitar edifícios comerciais em residenciais. Este ano a Casa Cor conta com a parceria da prefeitura e Associação dos Empresários.

Durante a Casa Cor, que vai de 24 de julho a 1ª de setembro, serão realizados eventos culturais paralelos com o

objetivo de mostrar que é perfeitamente viável transformar o Comércio em bairro misto, casando moradia e serviço. Na assinatura do contrato estiveram presentes o secretário municipal de Planejamento, Manoel Lorenzo, e o presidente da Aecom, Santiago Coelho Rodrigues Campos. (NS).



Assinatura do Contrato entre a CASA COR e os proprietários dos imóveis seleccionados, em 15 de Abril de 2003, na AECOM.

Municipalização do ensino ganha força com mais 66 novas escolas

A municipalização do ensino fundamental, medida incentivada pelo Ministério da Educação (MEC), ganhou fôlego este ano em relação ao ano passado. É o que mostra levantamento divulgado pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC), onde se observa que, desde 1998, a rede municipal de ensino foi ampliada com a municipalização de 127 escolas que antes eram administradas pelo governo do Estado. O estudo aponta ainda que os governos estadual e municipal vêm conduzindo esta iniciativa de forma lenta e gradual a fim de garantir a qualidade do processo.

O número de unidades da rede municipal aumentou este ano para 317 escolas — contra 248 em 2002 — já que foram municipalizadas 66 escolas e outras quatro recém-inauguradas pelo prefeito Antonio Imbassahy. A rede de ensino público da capital baiana atende atualmente a mais de 140 mil alunos.

Segundo o estudo da SMEC, em 2002, somente uma escola foi municipalizada, enquanto em 2001 não houve nenhuma e em 2000 foram 27 unidades. Já em 1998, uma escola

foi municipalizada e em 1999, mais uma unidade passou a ser administrada pela Secretaria Municipal da Educação. Além de facilitar a administração da rede, a municipalização ajuda a melhorar a qualidade do ensino, de acordo com a coordenadora de Ações Socioeducativas da SMEC, Maurízia Barbosa. "Quando a escola está mais inserida na comunidade, há mais entusiasmo para ensinar", afirma ela, assegurando que o processo vai continuar.

A responsabilidade local em nível municipal, acrescenta Maurízia, abre também espaço para iniciativas criativas que ajudam a reduzir a evasão escolar e atrair as crianças à escola. "A escola é um local privilegiado para fortalecer a identidade artística e sociocultural da sua comunidade", completa Maurízia, explicando que as escolas da rede pública estão tendo a oportunidade histórica de resgatar sua ligação com as vocações do povo de Salvador. "Esta escola mais alegre e dinâmica tem mostrado sua força com inúmeras experiências bem-sucedidas na rede municipal de ensino", finalizou.

Incentivos fiscais para o Comércio

Dentro do projeto de Recuperação da Área do Comércio, a Prefeitura volta a se reunir, esta semana, com empresários da região para prestar novos esclarecimentos. Desta vez, através das secretarias municipais da Fazenda (Sefaz) e de Desenvolvimento Econômico (Sedes), que realizam amanhã, às 18h, na sede da Associação Comercial, no Comércio, palestra sobre *Incentivos Fiscais Concedidos à Região do Comércio*. A palestra atende à solicitação feita pelo próprio presidente da Associação dos Empresários do Comércio (Aecom), Santiago Coelho Rodriguez Campo.

A palestra será ministrada pelo economista Antônio Carlos de Faria, do quadro técnico da Sefaz. Segundo ele, o evento tem como objetivo principal esclarecer e tirar dúvidas dos proprietários de imóveis, empresários e comerciantes. "Vamos falar sobre parcelamento e regularização do IPTU dos imóveis — que há cerca de 30 anos vêm sendo degradados — novo sistema para Declaração Mensal de Serviços (DMS) de empresas para facilitar a abertura

ra, apuração, pagamento e cumprimento de obrigações relativas ao ISS e Intervivos, recuperação e avaliação de imóveis degradados, além da revitalização do bairro com a redução da carga tributária".

Na oportunidade, serão abordadas as Leis 6.064/2001 e 6.250/2002, que regulamentam o incentivo fiscal, isenção e renegociação de dívidas, além de discutir medidas capazes de transformar uma área morta no período da noite, feriados e fins de semana, em espaço para moradia e prática de lazer. O presidente da Aecom, Santiago Coelho Rodriguez Campo, conta que em levantamento realizado recentemente foi detectado que existem na área do comércio 102 imóveis fechados, sem contar o número de salas. "A isenção fiscal possibilita aos proprietários a transformação de vários imóveis da área cadastrados em residências, escolas, faculdades, centros culturais, casas de espetáculo e show, livrarias e outros dos prédios ali localizados", argumenta Santiago Campo.

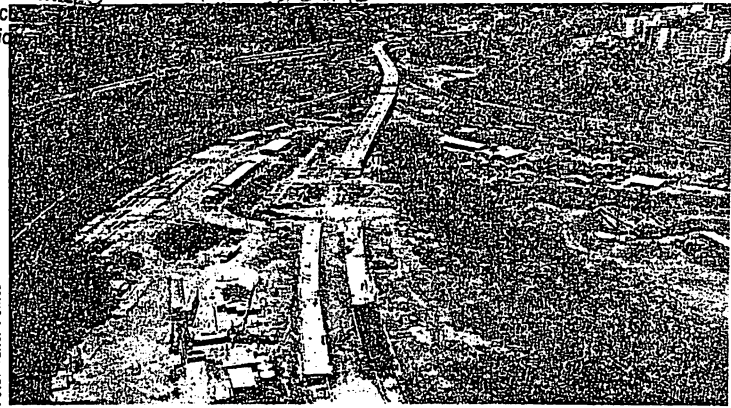


Foto: Valter Pontes

Canteiro central de obras vai receber visita de estudantes

Universitários visitam obras do metrô em trabalho curricular

A curiosidade, aliada ao interesse que despertam as obras da primeira etapa do Metrô de Salvador na comunidade estudantil, tem sido tão grande que a Companhia de Transporte de Salvador (CTS) vem agendando uma série de palestras com visitas às frentes de serviço, proporcionando ainda a exibição de filmes, além de fornecer material impresso para as dezenas de instituições universitárias que trazem seus alunos para conhecer a obra *in loco*.

Hoje, às 9h30, por exemplo, 34 alunos do Centro Educacional Tecnológico do Estado da Bahia (Ceted), de Feira de Santana, visitarão o canteiro central, na Rótula do Abacaxi, para assistir a palestra do diretor de Obras e Operações da CTS, Janary Castro. Os estudantes são do curso de Técnica de Edificações em Construção Civil e estarão acompanhados da professora Marlene do Carmo. Após a palestra, almoçam no refeitório do can-

teiro e visitam a estação Acesso Norte, a embocadura do túnel na Ladeira da Fonte Nova, além de outras frentes de trabalho.

Amanhã, a partir das 14 horas, 20 alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, acompanhados das professoras da disciplina Ateliê, Angela Gordilho de Souza e Paula Jacques, cumprem o mesmo programa. Visitam a primeira etapa das obras do Metrô de Salvador para verificar como o transporte metroviário interferirá para melhorar e contribuir para o ambiente urbano da cidade.

Também no dia 18, às 14 horas, 39 alunos de Turismo da Faculdade Unyhana, que cursam a disciplina Transportes I, chegam ao canteiro central acompanhados do professor Vandevilson Daniel Almeida para, como os demais universitários, terem a oportunidade de conhecer a maior obra civil executada, no momento, no estado da Bahia.

SPJ planta grama em novas áreas

A Superintendência de Parques e Jardins (SPJ) da Prefeitura vai iniciar, no final do mês, mais uma etapa de aplicação da hidrossemeadura nos espaços públicos da cidade, aproveitando o período de chuva que se inicia. Quarenta mil metros quadrados de área serão beneficiados pela técnica de plantio de jateamento de sementes, que substituirá por grama vegetal o mato que cresce, principalmente nas encostas.

Há seis anos, a SPJ vem adotando esta técnica de plantio nas áreas de taludes, totalizando 100

mil m², em locais como Barris, Paralela e Avenida Luís Eduardo Magalhães, que foram cobertas com a espécie de grama *Brachearia*. Este ano, o programa inclui também as áreas planas, que deverão receber novas espécies de grama — *Batatas* e *Bermudas* —, que têm crescimento de até 40 centímetros.

Por enquanto, estão definidas no programa as regiões do Vale do Canela e da Avenida Juracy Magalhães Júnior. Além de favorecer o aspecto paisagístico, a hidrossemeadura tem a função de proteger as áreas contra o processo de erosão.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.com.br>.

Decadência desvaloriza área do Comércio

PREJUÍZOS

Preço caiu e algums imóveis mantêm até onze andares vazios

NIKAS ROCHA

O empresário Roberto Bastos, dono da tradicional loja de material elétrico "A Lâmpada", na Rua Conselheiro Dantas, Comércio, vem sofrendo com a crescente desvalorização de seu patrimônio. Há 10 anos, um antigo prédio de cinco andares pertence à sua família foi avaliado em US\$ 500 mil. Hoje, a avaliação foi reduzida para R\$ 300 mil, mas ele não encontra comprador. Só o térreo está ocupado. "Se achasse venderia na hora, estou pagando para trabalhar. O comércio por aqui está numa tristeza", confessa.

Defronte à sua loja, o luxuoso Edifício Centenário, na Rua Lauro Muller, está com seus 11 andares vazios. Na entrada do andar térreo, entre paredes de mármore negro, decoradas com quadros de gravuras com motivos da Bahia antiga, o entra-e-

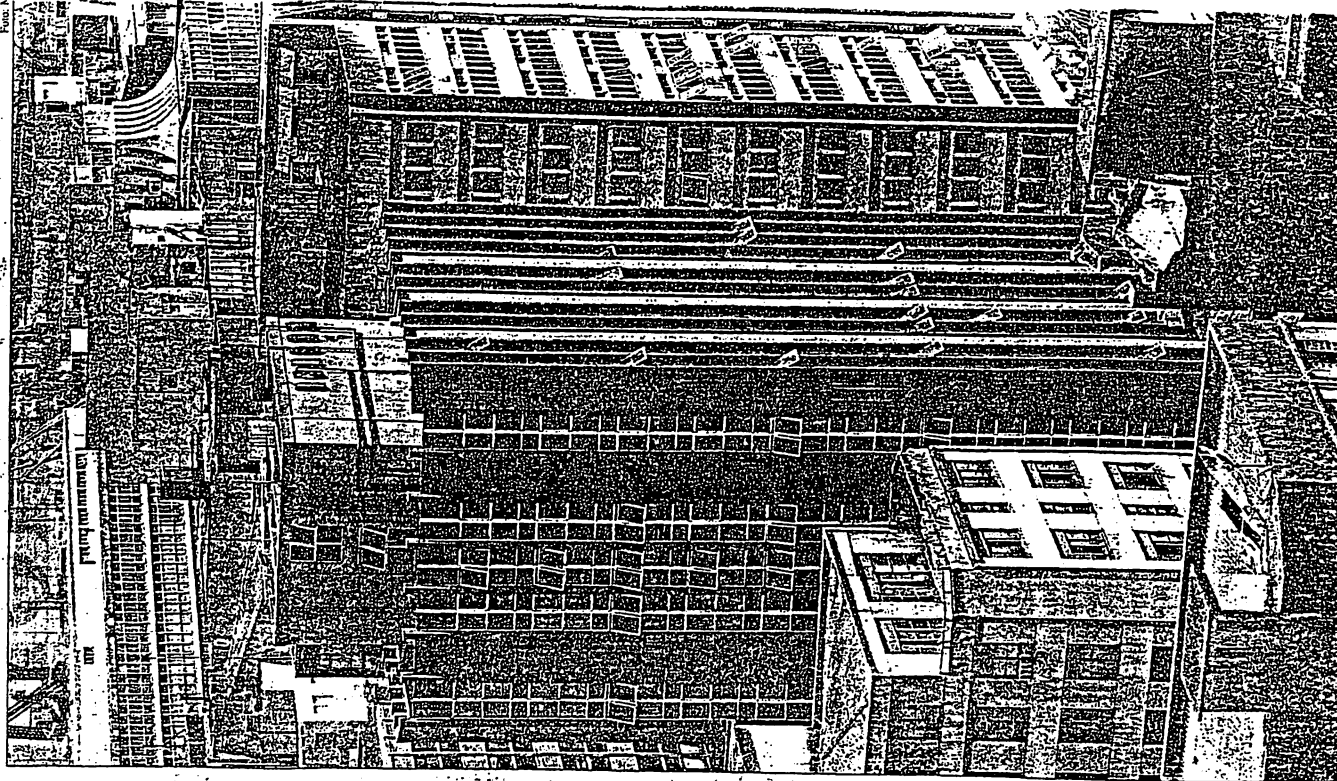
sai de pessoas foi substituído por apenas três serventes. Eles se revezam na limpeza, inclusive de quatro modernos elevadores, preparando o prédio para um novo inquilino, que não surge há três anos. "Vem muita gente olhar, mas ele continua desocupado", diz o servente Adilson de Oliveira.

A situação destes dois imóveis retrata o atual processo de esvaziamento do Comércio, que já foi a principal zona comercial, empresarial e financeira de Salvador. Pesquisa recente da Associação dos Empresários do Comércio (Aecom) aponta que 102 imóveis estão fechados na área, dos quais 10 foram completamente abandonados por seus proprietários. Alguns destes desistiram ou estão prestes a cair em recuperação. A zona onde está o maior número de prédios desocupados fica entre os cinco quarteirões que vão da Praça Visconde de Cairu até a

Conde dos Arcos, onde está a sede da Associação Comercial da Bahia. "Em cada rua, se encontram prédios e casarões desocupados ou abandonados. Na Praça, Cairu estão vazios dois ca-

sarões antigos de quatro andares, um dos quais abrigava uma loja do extinto Supermercado Paes Mendonça. No pé da Ladeira da Montanha estão pelo menos dois casarões desocupados. O Edifício Góes Calmon, ex-sede do Banco Econômico, continua fechado desde 1996, quando o banco foi negociado para o grupo Excel.

Mesmo em outros prédios que estão ocupados, o número de salas desocupadas é grande, afirma o presidente da Aecom, Santiago Coelho. Entre eles, os edifícios Aliança Comercial, na Travessa Santa Bárbara, e o Sfilio Pedreira, na Rua dos Albigebes, que têm quatro dos 11 andares vazios. Trabalhando como porteiro do Aliança Comercial desde 1963, Adalberto dos Santos afirma que nunca viu fase pior do Comércio. O comerciante Roberto Bastos considera a situação tão ruim que há dono de imóvel deixando o inquilino ficar na sala somente para pagar a taxa do condomínio. "Apesar do esvaziamento, as taxas continuam altas. Somente de IPTU pago R\$ 4.500 pelo prédio", explica.



Juro:

Bairro da Bahia

05/02/03

Agui Salvador

3

Bairro

COMÉRCIO

Projeto visa reabilitar imóveis desocupados

Andreia Santana

Comerciantes, empresários e proprietários de imóveis no Comércio reuniram-se, ontem à noite, na sede da Associação dos Empresários do Comércio (Aecom) com técnicos da Fundação Mário Leal Ferreira, ligada à Secretaria Municipal de Planejamento (Seplam), para discutir propostas de reabilitação dos imóveis desocupados ou semi-utilizados no bairro. Durante o evento, foram apresentadas propostas de transformação do Comércio em área habitacional e utilização dos prédios fechados para abrigar faculdades e centros culturais.

O plano para reabilitar o Comércio integra o projeto da prefeitura para revitalização do bairro, que entrou em decadência a partir dos anos-70, quando boa parte dos escritórios e empresas existentes na área migrou para novos centros empresariais construídos

nas regiões do Itaigara e Iguatemi. A idéia de transformar o Comércio em área residencial segue uma tendência já observada em diversos países, como forma de oferecer alternativas de moradia, preservar o patrimônio construído e revitalizar áreas de significado histórico, defendem os técnicos da Fundação Mário Leal Ferreira envolvidos no projeto.

Para o presidente da Aecom, Santiago Coelho Rodrigues, o plano coincide com a antiga luta dos empresários do Comércio para fazer o bairro recuperar o prestígio que tinha antigamente. "Incentivar a atração de público para essa área vai permitir que novos empreendimentos venham para o Comércio e também que as pequenas e microempresas da região sejam salvas", acredita Santiago.

Monumentos - Segundo ele, por estar situado no meio de pontos turísticos importantes de Salvador, como o Pe-

lourinho e o Bonfim, o Comércio deveria ser tratado como cartão de visitas da cidade. "O Centro Náutico da Bahia atrai todos os anos diversas regatas internacionais, ao porto de Salvador chegam cruzeiros estrangeiros, temos importantes monumentos como o Mercado Modelo, o Elevador Lacerda e o prédio da Associação Comercial da Bahia. Com tantos atrativos resta mudar a cara do bairro para que ele fique ainda mais atraente para quem mora ou visita a cidade", defende o presidente da Aecom.

Ele acrescenta ainda que a prefeitura do Salvador já está oferecendo vantagens como desconto no ISS para as empresas de *call center* que se instalarem no Comércio. A administração municipal também aprovou uma lei que garante isenção de impostos para atividades culturais instaladas no bairro. Além disso, já existem projetos para melhorar a infra-estrutura do Comér-

cio com a abertura de ruas internas, recapeamento, ampliação do tempo de permanência nas zonas azuis e obras de urbanização e paisagismo. Uma Companhia Independente da Polícia Militar, a 16ª, também foi instalada no bairro. "Reordenar os vendedores ambulantes da área também é um pedido que a associação vêm fazendo a prefeitura", acrescenta Santiago Rodrigues.

Além dos projetos encabeçados pelo município, que tem como parceiro a Caixa Econômica Federal, o secretário municipal de Planejamento, Manoel Lorenzo, defende uma ação mais rigorosa e coordenada por parte da iniciativa privada. Esta ação, de acordo com o secretário, deve ser voltada para promover uma intensa reciclagem de usos do Comércio, transformando os prédios semi-ocupados ou totalmente vazios, em residências, hotéis, pensões, escolas e outros empreendimentos.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR. BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 00.080.0013 SEGOVICAD.

Ano XVI – Número 3.337

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Segunda-feira, 18 de novembro de 2002

Prefeitura quer transformar Comércio em cidade universitária

Criado no início do século XX através de um aterro nas águas da baía, para ser o centro financeiro e de negócios da Capital, o bairro do Comércio deve ganhar uma nova função nos próximos anos. Ele está sendo preparado pela Prefeitura para se transformar numa cidade universitária, abrigando sede ou departamentos de faculdades e universidades particulares que já funcionam em Salvador. A proposta faz parte do plano de recuperação do Comércio e foi lançada pelo secretário de Planejamento, Manoel Lorenzo, em uma reunião com representantes de 25 faculdades e de quatro universidades baianas, na sede da secretaria, no Vale dos Barris.

Houve elogios, argumentações sobre problemas e propostas para melhorar o projeto, ficando definido novas reuniões para se chegar a uma posição dos empresários ligados ao ensino, embora a maioria tenha demonstrado muito interesse pela idéia. "Sei que esta é apenas a primeira reunião e devemos discutir ou mudar muita coisa, mas estou confiante que vai dar certo", analisou o secretário. "O mais interessante que seja formada uma comissão com representantes dos estabelecimentos e da Prefeitura para se chegar a uma definição", propôs Ivan da Silva Barroso, presidente da União de Ensino Superi-



Foto: Valdir Argolo

Secretário Lorenzo reuniu-se com representantes de faculdades

or, Pesquisa e Extensão (Unicenid), instalada na Pituba.

Uma das argumentações dos representantes das empresas de educação foi quanto à área disponível para instalação das unidades. "Qual a garantia de crescimento físico teríamos se fôssemos para o Comércio? Afinal, de uma hora para outra a escola pode ser estrangulada por escritórios de contabilidade, advocacia, ou o que for", lembrou José Eugênio Barreto, presidente das

Faculdades Jorge Amado. Segundo Manoel Lorenzo, esta questão está sendo vista pela Prefeitura. "Até agora temos uma listagem de cinco prédios antigos e quatro modernos totalmente vazios", afirmou.

Outra questão, levantada pelo diretor da Faculdade de Ciência e Tecnologia Área 1, Luciano Bastos Fonseca, foi quanto à disponibilidade de estacionamento. Para este problema, o secretário explicou que existem

hoje no Comércio edifícios-garagem totalmente ociosos que poderiam ser usados por alunos, professores e funcionários das faculdades. "Mas é preciso lembrar que o Comércio é estrategicamente cercado por fácil acesso ao transporte coletivo, que pode facilitar muito a movimentação das pessoas para as escolas. A segurança, principalmente noturna, foi questionada, e o secretário explicou que há um estudo em andamento para se criar um policiamento especial na área. Além de ocupar os prédios com atividades didáticas ou administrativas, as empresas de educação poderiam incentivar outro tipo de ocupação que seria a moradia. A questão foi levantada pela diretora-geral da Faculdade de Tecnologia Empresarial, Nadja Viana. "Temos na universidade um contingente imenso de estudantes que vêm do interior. E se poderia pensar também na possibilidade de se criar áreas especiais de moradia", disse.

Caso as empresas de educação optem por se transferir para o Comércio, a região terá o impacto de movimentação de umas 40 mil pessoas ligadas às escolas, contando com 30 mil alunos, 3 mil professores e funcionários e prestadores de serviços. O secretário Lorenzo afirma que não haverá um novo congestionamento na região.

SPJ cria novo sistema para irrigar áreas verdes

A Superintendência de Parques e Jardins (SPJ) aumentou a quantidade de espécies vegetais plantadas em áreas verdes da cidade, incluindo mudas de árvores, plantas ornamentais e gramineas. Para conservar toda essa vegetação, principalmente no verão, quando as temperaturas chegam aos 35°, o órgão desenvolveu um novo sistema de irrigação, que proporciona menores custos para o município. O novo sistema de poços artesanais, abertos em canteiros centrais de avenidas e praças, começou a funcionar esta semana.

Os primeiros poços artesanais a funcionar ficam na Avenida Garibaldi, no talude do Viaduto da Avenida Cardeal da Silva e na Praça Lorde Cochrane, mas a SPJ está trabalhando na perfuração

de outros, nos canteiros centrais das avenidas Antonio Carlos Magalhães, Ogunjá, Vale do Canela e nas praças Baía Azul, no Itaigara, e João Mangabeira, no Vale dos Barris, nesta última irrigando uma área de aproximadamente 16 mil m². A superintendência está desenvolvendo estudos para a abertura de outros três poços, nas avenidas Luís Eduardo Magalhães, Centenário e Magalhães Neto, beneficiando uma área aproximada de 100 mil m².

"As flores são as que mais sentem com a redução da chuva no verão. Com a entrada em operação do novo sistema, este problema toma menores dimensões. Os vegetais vão ser irrigados duas vezes por dia, sem necessidade do uso do caminhão-pipa, que custa R\$ 34,90, sem incluir o

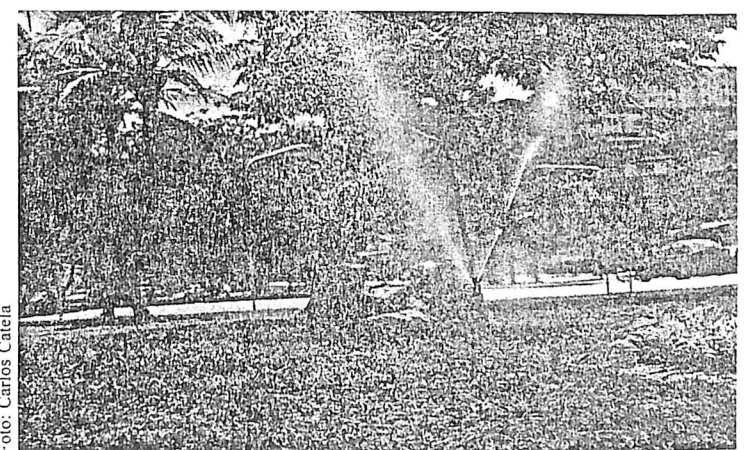


Foto: Carlos Cateia

Poços artesanais já estão funcionando na Avenida Garibaldi

fornecimento da água cobrada pela Embasa", explicou o superintendente Thelmo Gavazza.

Gavazza acrescentou que outras áreas da cidade vão continuar, pelo menos por enquanto, sendo irrigadas pelos carros-pipa mas a água agora é fornecida pela Superintendência do Centro Administrativo da Cida-

de (Sucab), coletada na Lagoa de Pituaçu. As avenidas de vale foram os locais inicialmente escolhidos para a abertura dos poços artesanais, segundo estudos geológicos que indicaram esses locais como sendo os que apresentavam as profundidades médias mais baixas para se ter acesso à água.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR. BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 08.080.0013 SEGOV/CAD.

Ano XV - Número 3.293

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Sexta-feira, 13 de setembro de 2002

Títulos regularizam posse de 500 moradores de Sussuarana

Os moradores de Sussuarana Nova terão a partir de agora mais tranquilidade para viver. É que a Prefeitura de Salvador iniciou ontem, através da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), a entrega de 500 escrituras de legalização de posse de terra a 500 famílias do bairro. A solenidade que oficializou a medida aconteceu no início da manhã, na Escola-Creche Santa Maria, e contou com a presença do prefeito Antonio Imbassahy, do vice-prefeito Marcos Medrado, de secretários municipais, vereadores e dos moradores beneficiados com os títulos.

“A entrega dessas escrituras é uma obrigação da Prefeitura, um direito conquistado por uma comunidade que lutou há 20, 30 anos contra a incompreensão, a injustiça, intolerância”, observou o prefeito Antonio Imbassahy, lembrando que a medida era uma antiga reivindicação dos moradores de Nova Sussuarana. “Eles conquistaram suas terras, fizeram um bairro digno de se morar e agora a Prefeitura se sente obrigada a liberar esses títulos e oferecer para toda essa comunidade um documento que dá tranquilidade.”

O secretário municipal de Habitação, Fernando Medrado, lembrou que, com as escrituras, passam a ser definitivamente das pessoas que começaram a ocupar o bairro de Nova Sussuarana há mais de 20 anos. “O imóvel pode ser vendido, transferi-



Foto: Lázaro Torres

Imbassahy diz que a comunidade conquistou o direito às escrituras

do por meio de inventário dos pais para filhos, inclusive será legalizado em cartório de registro de imóveis”, disse ele, acrescentando: “É uma felicidade resgatar essa dívida que o município tinha com moradores de Nova Sussuarana.”

Segundo Fernando Medrado, a entrega dos 500 títulos deve demorar mais dois dias. Ele anunciou também que a Prefeitura já tomou as medidas de mais 450 lotes de Nova Sussuarana e, agora, só aguarda a chegada dos documentos necessários (carteira de identidade, CPF e comprovante de renda) para entregar os títulos de posse de terra a outros moradores do bairro. A medida, entretanto, só re-

gulariza a situação de famílias que se encontram na posse desses terrenos, com imóveis construídos em área total inferior a 250 m² e efetivamente utilizados para fins residenciais, no mínimo, há cinco anos.

O presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Sussuarana, Antônio Carlos Ferreira da Silva, lembra da alegria das pessoas ao serem informadas sobre a entrega das escrituras. “As pessoas não estavam acreditando mas a realidade é esta aí. Quando nós chegávamos nas casas para informar que o título de posse de terra seria entregue, a gente percebia a mudança no rosto das pessoas”, conta o líder comunitário.

A moradora Djanira dos Santos, a primeira a receber o título, por exemplo, não escondia sua satisfação: “Agora, posso dizer que a casa é minha”, comemorava.

Com a entrega dos documentos, a intenção da Prefeitura é acabar com a posse ilegal de terras em Salvador e beneficiar, com a escritura definitiva de propriedade do terreno, os moradores já cadastrados pela Sehab. O secretário Fernando Medrado esclarece, ainda, que a medida só beneficia ocupantes de terras públicas municipais caracterizadas como invasões já consolidadas, por serem dotadas de infraestrutura como as que já dispõem de redes de energia elétrica, água e esgotamento sanitário já implantadas e integradas em programas habitacionais de interesse social.

A Prefeitura vem ampliando o programa de legalização de terras em outros bairros da cidade, a exemplo da Boca do Rio, Coutos, Bate-Coração e Bairro da Paz. Na Boca do Rio, 500 moradores estão sendo beneficiados. Em Bate-Coração, 3 mil moradores já foram cadastrados e a entrega dos títulos está prevista para ser iniciada no final deste mês. Já no Bairro da Paz, a administração contemplou mais de 3 mil moradores e pretende distribuir um total de 7.500 títulos, à medida em que as etapas do projeto de urbanização sejam concluídas.

Prefeito anuncia obras e reforça revitalização do Comércio

O plano municipal de revitalização da região do Comércio, na Cidade Baixa, implementado pela Prefeitura com o apoio do governo do Estado, Associação Comercial da Bahia (ACB) e Associação dos Empresários do Comércio (Aecom), ganhou nesta quarta-feira mais um grande impulso. O prefeito Antonio Imbassahy, ao participar do ato de assinatura de contrato para reforma e modernização do edifício-sede do Banco do Brasil, assinou ordem de serviço assegurando a realização de obras de recuperação de passeios em 38 ruas e de drenagem, numa extensão de 4 mil metros de vias, destacando-se as ruas Conceição da Praia,

Miguel Calmon, Portugal, Conselheiro Dantas e as avenidas Estados Unidos e da França, dentre outras.

Imbassahy, ao lado dos secretários municipais Jalon Oliveira (Serviços Públicos) e Geraldo Cova (Infra-Estrutura Urbana) e do superintendente do Banco do Brasil na Bahia, Francisco Germano Arruda, autorizou ainda o início imediato de novas intervenções que vão deixar o Comércio bem mais iluminado, com passeios, calçadas, pontos de ônibus e ruas mais seguros para a circulação de pessoas e veículos.

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesp) pretende ampliar em 35% a iluminação do Comércio, avançando em ações de re-

cuperação e melhoria do sistema de iluminação do local, com a instalação de novos pontos de luz, substituição de postes e luminárias, reforço em áreas mais escuras, além da limpeza dos equipamentos elétricos em bom estado de conservação.

Após assegurar a continuidade do plano de revitalização do centro financeiro da cidade, Imbassahy destacou que o Comércio era um espaço que estava degradado na cidade e que hoje está num processo de recuperação para reverter essa situação. “Estamos invertendo essa posição com investimentos em infra-estrutura urbana e incentivos para a implantação de novos negócios”, observou o prefeito, após cumprimentar a diretoria do

Banco do Brasil pelo anúncio da reforma e modernização de sua sede. “É mais uma demonstração de confiança na nossa cidade, e em particular no Comércio, uma região que já tem a infra-estrutura necessária para a instalação de novos empreendimentos, como água, luz, telefone, ruas pavimentadas, entre outros.”

O presidente da Associação Comercial, João Sá, por sua vez, afirmou que tanto a reforma do banco quanto as obras de revitalização são passos importantes para os comerciantes e a cidade. Na reforma do prédio, o BB vai investir R\$ 3,9 milhões. A previsão é que em novembro de 2003, a sede do banco seja contemplada com uma nova fachada.



Lei que incentiva novos investimentos no bairro já surte efeito

Revitalização do Comércio ganha força com instalação de call center

O plano municipal de revitalização da região do Comércio, na Cidade Baixa, implementado pela Prefeitura com o apoio do governo do Estado, Associação Comercial da Bahia (ACB) e Associação dos Empresários do Comércio (Aecom), está ganhando novos impulsos. Na última quarta-feira, à noite, o prefeito Antonio Imbassahy, ao participar da inauguração da Ativa Call Center, primeira empresa a se instalar no Comércio após a criação da lei municipal de revitalização da área, anunciou que assinará ordem de serviço para a ampliação do sistema de iluminação desse sítio histórico que, além de centro financeiro e comercial, foi uma das áreas nobres da cidade.

A intenção da Prefeitura é tornar o local mais iluminado, com a instalação de novos pontos de luz, substituição de postes e luminárias, reforço em áreas mais escuras, além da limpeza dos equipamentos elétricos em bom estado de conservação. "Assim que a Embasa concluir as intervenções do programa Bahia Azul para melhoria do sistema de esgotamento sanitário da região, vamos recuperar de imediato a pavimentação das ruas do Comércio", assegurou o prefeito.

Ao lado do presidente da Câmara Municipal, Emmerson José, e dos secretários municipais de Desenvolvimento Econômico, Sérgio Passarinho, e de Articulação e Promoção da Cidadania, Pedro Godinho, e do frei Gilson Magno, Imbassahy ressaltou ainda que o Comércio é um espaço que estava degradado na cidade e que hoje está num processo de recuperação.

"Estamos invertendo essa posição com investimentos e incentivos para implantação de novos negócios", observou o prefeito Imbassahy,

acrescentando que a região já tem a infraestrutura necessária para a instalação de novos empreendimentos, como água, luz, telefone, ruas pavimentadas, entre outros", completou ele, após cumprimentar os diretores e funcionários da nova empresa de *call center*, que prestará atendimento personalizado a seus clientes, através de infra-estrutura tecnológica moderna.

Incentivos fiscais

A Ativa Call Center, instalada no Edifício Status, na Rua Portugal, vai representar também a oportunidade de novos empregos para o estado da Bahia. Serão oferecidos de imediato cerca de 150 novos postos de trabalho, com este número podendo atingir a casa de 500 empregados, operando 24 horas por dia. Segundo Luiz Chaves, diretor da empresa, o segmento de *call center* é forte e promissor. "O quadro atual aponta um número enorme de empresas que migraram e outras tantas que estão migrando para o telemarketing, procurando os mais diversos serviços: vendas, pós-vendas, atendimento a clientes, cobranças, etc", exemplifica.

A inauguração dessa empresa, na avaliação do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Sérgio Passarinho, é o marco de um projeto voltado para a reestruturação do bairro do Comércio. Ele explicou que esse empreendimento só se tornou realidade devido ao pacote de incentivos que o executivo municipal estabeleceu, com apoio da Câmara de Vereadores, para estimular a abertura de novos empreendimentos na região.

Edson Cordeiro é atração na manhã de domingo no Parque da Cidade

Edson Cordeiro em Duo Violões será o segundo show do projeto Música no Parque, que será realizado no próximo domingo, às 11 horas, no Parque da Cidade, com entrada franca. A concepção é de uma produtora de shows de Salvador, com o apoio da Superintendência de Parques e Jardins (SPJ) da Prefeitura. Antes do espetáculo musical, será aberta uma Feira de Artes com expressões da arte popular, como Teatro de Bonecos, Lambé-Lambé e Oficina de Arte, onde os visitantes poderão adquirir peças e participar das performances com palhaços e outras atrações.

Durante o show, Edson Cordeiro apresentará um repertório eclético no qual mistura árias de óperas, gospel, música popular brasileira e jazz, acompanhado pelos violonistas baianos Sérgio Bahia e Júlio Gomes, integrantes do grupo Duo Sense. Dentre as músicas, destacam-se *Babalu*, grande sucesso na voz de Ângela Maria, *Habanera*, ária da

ópera *Carmen*, *Mercedes-Benz*, de Janis Joplin; *Baioque*, de Chico Buarque de Hollanda; *Music and me*, de Michael Jackson.

Além das performances, durante a Feira de Artes, dezenas de expositores apresentarão produtos em arte reciclada e ecológica, como bonecas, travesseiros aromáticos, velas temáticas, sabonete de ervas, brinquedos populares, máscaras, marionetes, bijuterias, dentre outros.

O projeto Música no Parque foi aberto no último dia 4, com a apresentação da Orquestra Sinfônica da Ufba, quando um público estimado em três mil pessoas lotou as arquibancadas e encostas localizadas nos arredores do anfiteatro. A iniciativa movimentará o Parque da Cidade com concertos de música instrumental, MPB, pop rock, jazz e blues e nasceu com a idéia de democratizar o acesso à cultura, abrindo mais um espaço de lazer na cidade.

Elogios ao novo Elevador Lacerda

O prefeito Antonio Imbassahy recebeu muitos telegramas de cumprimentos pela reinauguração do Elevador Lacerda, após as obras que modernizaram e garantiram mais conforto e beleza a este importante cartão-postal da cidade. O cantor Netinho, ausente em agenda internacional, lamentou não poder participar da reabertura do mais famoso ascensor do Brasil. O mesmo afirmou o presidente do CDL, Fidel Fernandez, impossibilitado por outros compromissos. Mas ambos elogiaram o trabalho e a importância da recuperação do Lacerda.

Para o presidente do Sinduscom-BA, Mário Reis Mendonça, a ini-

ciativa representa "um ato de valorização da cidade". A Fundação Casa de Jorge Amado, representada pela poeta e escritora Myriam Fraga, considerou uma "conquista". A Fundação D. Avelar, na pessoa de Aderbal de Souza, juntou-se a muitas outras instituições que não pouparam elogios. Dezenas de soteropolitanos — boa parte, gente do povo — também dirigiram palavras de agradecimento e incentivo ao prefeito, em consonância com personalidades e profissionais de imprensa, como o radialista Josenel Barreto, outro que manifestou a sua satisfação com a obra, através de telegrama.

Marco da Paz - O prefeito Antonio Imbassahy inaugura hoje, às 11 horas, o Marco da Paz, em Valéria, dentro da programação organizada pela Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania (Semap), em parceria com a comunidade do bairro. A implantação do totem com o indicativo do bairro é uma premiação da I Gincana da Independência, realizada no dia 7 de julho do ano passado e que teve como objetivo principal resgatar a história do bairro, associando os fatos ao 2 de julho, data da Independência da Bahia. A II Gincana da Independência será realizada no dia 14 de setembro, abordando o tema *Gincana da Família pela Paz*. Seis equipes, com 20 estudantes cada, serão formadas pelas escolas da comunidade de Valéria, envolvendo jovens de 14 a 21 anos. O evento terá o apoio da Fundação Gregório de Mattos e animação do grupo Boca de Brasa.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.com.br>.

SMEC e parceiros fazem doação de óculos para crianças do Lobato

Hoje, às 14 horas, no colégio da Polícia Militar, em Lobato, serão entregues óculos aos participantes do Projeto Criança com Saúde Ocular, desenvolvido em parceria entre a Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC), Fundação Helen Keller e Sul América. Através do Projeto, 5.475 crianças entre zero e catorze anos realizaram testes de acuidade visual, sendo que 1.564 foram encaminhadas para exames e 35 apresentaram patologias oftalmológicas.

O objetivo do projeto é colaborar para o desenvolvimento psicossocial e escolar das cri-

anças, através de medidas de prevenção da cegueira, higiene visual, prescrição e doação de óculos e orientar sobre as situações de risco. Além disso, encaminha as crianças para o tratamento das doenças e problemas oftalmológicos apresentados.

Até o momento, crianças de oito escolas da rede pública municipal de ensino participaram do projeto: Boa Vista do Lobato, Engenheiro Gilberto Pires Marinho, Tenente Almir. Coração de Jesus, Maria Constância Moraes de Carvalho, São Roque do Lobato, Santa Luzia do Lobato e Padre Norberto.

Projeto leva diversão aos bairros

Com 16 anos de funcionamento, completados no mês passado, o Projeto Boca de Brasa, desenvolvido pela prefeitura no âmbito da Fundação Gregório de Mattos (FGM), continua encantando as diversas comunidades da periferia de Salvador. O Boca de Brasa mantém a concepção original de valorizar e fomentar as manifestações artísticas e culturais locais e apresentá-las para as comunidades carentes de Salvador, acrescentando o componente socioeducativo.

As solicitações têm crescido por parte de grupos artísticos das comunidades da periferia, que desejam exibir seus talentos através da música, dança, teatro e poesia. Recuperadas na atual administração municipal, as carretas embutem o palco, provido de sistemas de som e iluminação, e mantém equipes de animação e técnica.

Quando as carretas entram nos bairros, a euforia toma conta, mobilizando e alegrando os moradores, despertando o interesse das crianças. Segundo Deá Federico, coordenadora do projeto, o objetivo do Boca de Brasa é contemplar as comunidades carentes, sobretudo as desprovidas de espaços culturais.

Saramandaia, Bairro da Paz, Valéria, São Thomé de Paripe, Lobato, Calafate, Boiadeiro, desprovidos de espaços culturais, são algumas das localidades beneficiadas com a presença do Boca de Brasa. "Quando as carretas chegam, o momento torna-se mágico. No

fundo, todo mundo quer ser um artista", comentou a coordenadora.

O projeto da FGM integra ações culturais promovidas pela prefeitura, como as feiras da Saúde e Verde, e também se integra em eventos realizados por entidades filantrópicas. Segundo Sônia Terezinha, gerente de Projetos Culturais da FGM, a programação dos eventos passa pela promoção de recreação e de campanhas educativas sobre saúde, limpeza urbana, preservação ambiental e patrimonial, até a apresentação das atrações locais e de outros bairros.

"Esta é uma oportunidade de fazer um intercâmbio entre os bairros, expandindo as culturas e revelando talentos", disse Sônia Terezinha, acrescentando que as solicitações devem obedecer a determinados critérios avaliados pela equipe de coordenação.

Serão priorizados os locais que não dispõem de espaços culturais. Os pedidos de apresentação devem ser encaminhados pelos representantes de associações de bairro e as áreas de montagem devem ser amplas e seguras, com estrutura mínima para realização do evento.

Para o ator Fernando Fulco, um dos apresentadores do Boca de Brasa quando foi criado, a continuidade do projeto nesta administração só vem estimular as culturas locais. "Sempre achei a idéia fantástica, pois é uma maneira de levar a arte do povo aonde o povo está", disse, lembrando com certo saudosismo quando comandava uma das carretas.

Ordem de Serviço para o Comércio

O prefeito Antonio Imbassahy, em reunião que contou com a presença do secretário municipal da Fazenda, Manoelito Souza, articulou ontem à tarde com o superintendente do Banco do Brasil, Francisco Assis, o lançamento conjunto de ordens de serviço para intervenções no bairro do Comércio. O banco deve lançar as obras de reforma das instalações da sua agência central, que funciona no Comércio, enquanto que a pre-

feitura deve também assinar ordem de serviço para as obras de reforma e restauração da iluminação pública no bairro. A idéia é fazer um evento único, nos próximos 30 dias, em data ainda a ser definida. O encontro serviu também para que os representantes do Banco do Brasil apresentassem ao prefeito inovações no sistema de atendimento e as adaptações em agências para facilitar o acesso do usuário portador de deficiência locomotora.

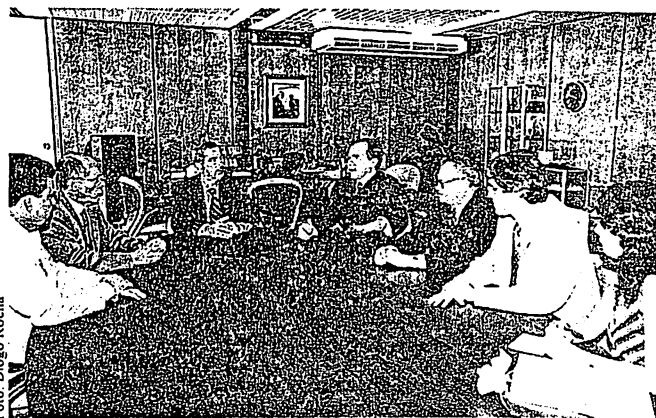


Foto: Diego Rocha

Postos cumprem legislação que proíbe venda de bebidas alcoólicas

A primeira semana de implantação da lei municipal que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis e lojas de conveniência está transcorrendo dentro da normalidade, segundo dados da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom). Dos 96 estabelecimentos vistoriados pela fiscalização, apenas dois foram autuados por desobediência ao Decreto Municipal 13.723, de 16 de julho último, que proíbe a venda de bebidas nestes locais.

Os postos Sinditaxi, localizado no Ogunjá, e o Maria Bonita, na Avenida Garibaldi, foram flagrados comercializando cervejas junto a refrigerantes estocados na câmara frigorífica. Segundo a superintendente da Sucom, Eliana Gesteira, a estimativa é de que até a próxima

terça-feira a fiscalização conclua esta primeira fase de vistoria nos demais 49 postos e lojas de conveniência de Salvador.

A grande maioria dos proprietários dos estabelecimentos, segundo Eliana, está atendendo às notificações feitas dias antes da nova lei entrar em vigor. "Está tudo dentro da normalidade, sendo poucos os estabelecimentos que insistiram em desobedecer a legislação, expondo bebidas alcoólicas para venda ao público."

Já nos postos de combustíveis que contam com grande número de reclamações cadastradas por poluição sonora, a fiscalização da Sucom está sendo intensificada. "Estamos mantendo fiscais do turno da noite, quase que diariamente, nos postos que se transformaram em *points* de consumo de bebidas por adolescentes e jovens", disse Eliana Gesteira.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.com.br>.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR. BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 00.000.0013 SEGOV/CAD.

no XV – Número 3.233

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Quarta-feira, 19 de junho de 2002

Uso residencial para prédios no Comércio e Dois de Julho

Dez prédios localizados entre o Largo Dois de Julho e o Comércio serão recuperados e adaptados para fins residenciais. As obras serão financiadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), enquanto o projeto de modernização vai ser elaborado por funcionários da Prefeitura Municipal, com a consultoria de técnicos do governo da França. Convênio nesse sentido foi firmado ontem entre a Prefeitura, CEF, governo francês, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), em solenidade ocorrida no Palácio Thomé de Souza.

A parceria é mais uma etapa do projeto de revitalização do Comércio e Largo Dois de Julho incentivando a ocupação de prédios semi-abandonados da região. Mas para que a iniciativa tenha sucesso é necessário que os empresários também acreditem na recuperação da área, conforme observou o prefeito Antonio Imbassahy durante a solenidade. "O empresariado tem de acreditar que o Comércio é uma área com uma condição extraordinária de ser supervisionada e também fazer os investimentos", disse o prefeito.

Imbassahy argumentou ainda que a Prefeitura já isentou todos os tributos e fez diversas obras públicas e o governo do Estado trabalha também na área. "Então, agora quem tem de entrar é o empresariado com vitalidade e disposição, fazer os investimentos comple-



Foto: Lazaro Torres

Convênio firmado, ontem, vai garantir revitalização no Centro

mentares, mas decisivos para revitalização do Comércio de Salvador", acrescentou Imbassahy, lembrando que o processo de revitalização do Centro Histórico teve início em 1991, no governo de Antonio Carlos Magalhães. Há seis anos, a Prefeitura se incorporou ao projeto e agora também o governo federal com a CEF.

O secretário municipal do Planejamento, Manoel Lorenzo, destacou que a Prefeitura vem realizando diversas obras públicas na região do Centro Histórico, como a recuperação de diversas praças (Piedade, Lapinha, Marechal Deodoro, entre outras), ruas e do Elevador Lacerda. Ele destacou

também que a Prefeitura vem buscando várias alternativas de melhorias para a região do Comércio. Como exemplo, Lorenzo citou o projeto vencedor de concurso público que sugere a construção de uma pista subterrânea entre a Avenida Contorno e o Terminal da França e uma nova via ligando a BR-324 ao Porto de Salvador.

Inicialmente, dez prédios de até 12 andares foram escolhidos para realização dos projetos-pilotos. Cinco deles ficam no Comércio e pertencem à Santa Casa de Misericórdia, que acreditou na iniciativa. O restante está localizado no Largo Dois de Julho e tem como donos pessoas físicas. O crité-

rio para escolha do imóvel – segundo o assessor chefe da Secretaria do Planejamento, Raymundo Torres – foi a diversidade. "Escolhemos prédios com diferentes características e espalhados pelos bairros". Numa próxima etapa, acrescentou, devem ser contemplados mais cinco imóveis com características do século passado.

Além do projeto de requalificação, a Prefeitura vai elaborar, com a ajuda dos franceses, um Estudo de Viabilidade de Reabilitação dos Imóveis de Uso Habitacional em Sítios Históricos. Para os franceses, a reabilitação do patrimônio histórico é o passo mais simples. "Os profissionais locais dominam a técnica perfeitamente", observou a adida de cooperação e ação cultural do Consulado da França, Camile Goirand. O consultor francês, Daniel Duché, especialista em patrimônio, lembra que a parte mais complicada do projeto está ligada à área econômica e social. "Precisamos delinear qual o tipo de população que será instalada nesses centros históricos, quais as condições em que ela vai viver e quanto custará essa reabilitação", avalia.

Também estiveram presentes na solenidade que selou o convênio o secretário estadual da Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi, a diretora-geral do Ipac, Adriana Castro, o superintendente de Negócios da CEF, Reine Borges, secretários municipais, os vereadores Eronildes Vasconcelos, Antonio Lima, Sérgio Nogueira, Valquíria Barbosa, entre outras autoridades.

Técnicos da Conder nas obras do metrô

As obras do metrô de Salvador continuam despertando o interesse de universidades e organismos públicos e privados, que procuram conhecer os detalhes do projeto e sua importância para o sistema de transporte de Salvador. Amanhã, a partir das 10 horas, um grupo de 20 técnicos da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) visitará as obras, inicialmente pelo canteiro central da Rótula do Abacaxi.

Após uma exposição detalhada do andamento das obras pelo diretor da Companhia de Transporte de Salvador (CTS), Carlos Gordilho, a comissão da Conder assistirá ao filme que aborda o atual estágio nas 19 frentes de serviço. Os técnicos vão poder acompanhar ainda o andamento do Plano Integrado de Transporte de

Salvador traçado pela Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), principalmente quanto à melhoria que trará para os baianos já no final de 2003, quando a primeira etapa das obras do metrô deverá estar concluída.

Durante a tarde, os visitantes percorrem outras frentes de trabalho, como a da embocadura do túnel que sai da Fonte Nova em direção à Estação da Lapa. No Campo da Pólvora, onde será construída uma estação, terão a oportunidade de conhecer as peças históricas encontradas durante as escavações da praça para a construção do shaft (poço vertical). Os achados estão sendo catalogados e pesquisados por arqueólogos responsáveis pelo acervo.

Outro trecho em obras a ser per-

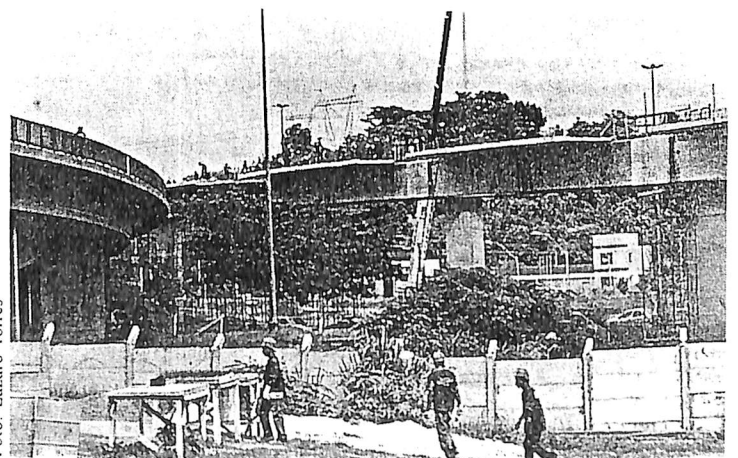


Foto: Lazaro Torres

Grupo de 20 técnicos vai conhecer os detalhes das obras

corrido pelos técnicos da Conder é o da Avenida Bonocô, que brevemente ganhará uma quarta pista para ser liberada a via exclusiva, por onde transitam atualmente os ônibus. Uma vez desimpedida essa via, serão ace-

leradas as obras do trecho por onde o metrô passará por superfície plana. Também serão visitados os elevados do Acesso Norte e o Conjunto Habitacional do Metrô, localizado a 100 metros da Estação Pirajá.



DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Ano V - Número 1.610

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR-BA

Terça-feira, 18 de junho de 2002

Câmara debate situação do Comércio

Empresários, comerciantes, comerciários e vereadores debateram na última quarta-feira à noite, no Plenário Cosme de Farias da Câmara Municipal, a situação das zonas comerciais mais importantes da capital baiana. A sessão especial trouxe à discussão "O Programa de Desenvolvimento Sustentável pra a Cidade Alta, Comércio, Baixa dos Sapateiros, Pelourinho e Centro de Salvador". A autora do requerimento para a realização da sessão foi a vereadora Valquíria Barbosa (PTdoB).

Para Haroldo Dias Nunez, representante da Associação Comunitária da Cidade Alta, foi fundamental a decisão dos lojistas desta parte da cidade em procurar o Sebrae para concretizar uma parceria em 1998. "Um ano antes fundamos a Alcasa, que é a sigla da nossa associação", disse. No ano 2000, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Cidade Alta. "Foi nesse período que entregamos ao prefeito Antonio Imbassahy nossas propostas de criação de zonas azuis para estacionamentos; o projeto de policiais utiliza-

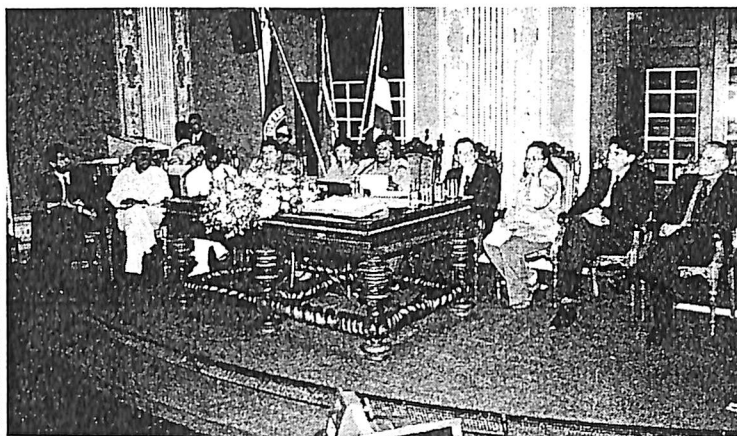


Foto: Arnaldo A. de Jesus

Legislativo busca solução para movimentar área do Comércio

rem bicicletas em suas rondas; a limpeza das ruas e mais ônibus para atender os consumidores. O prefeito atendeu nossas reivindicações, hoje temos 100 ônibus por hora para quem se desloca para a Cidade Alta", afirmou.

Santiago Coelho Campos, representando a Associação dos Comerciantes da Cidade Baixa, ressaltou que em toda a parte do mundo existe um centro comercial, de lazer e pleno em atividade. Esta é a sua idéia para Salvador: dar vida social noturna ao Comércio. "Trata-se de um lugar

onde os proprietários de imóveis estão alugando suas salas pelo preço do condomínio e mesmo assim não encontra quem queira negociar", revelou.

Na opinião da empresária Zenaide Sales Batista é preciso que as pessoas tenham uma relação de amor com o trabalho e a área onde mora ou comercializa. "Minha relação com a Baixa de Sapateiros é de amor e por isso consigo estar lá há mais de 30 anos desenvolvendo meu trabalho e sendo feliz, apesar da crise no comércio", enfatizou,

lembrando que começou a trabalhar nesse ramo de negócios em 1968, como balconista da extinta Casa Slopper.

Também acentuou a necessidade de amar o que faz, Clarindo Silva, proprietário da tradicional Cantina da Lua, no Terreiro de Jesus, e recém-eleito presidente da Associação de Comerciantes do Pelourinho (Acopelô). "Nossa expectativa é que a revitalização do Comércio seja feita junto com a recuperação de vias como as ladeiras do Taboão, da Misericórdia, da Soledade e outras que unem as cidades baixa e alta", sugeriu. Todos eles ressaltaram o respeito por comerciantes dos maiores shoppings centers da cidade, mas enfatizaram a necessidade de maior apoio ao comércio de rua de Salvador. "Voltamos a dizer: em todo o mundo existe um centro comercial em plena atividade, na capital baiana não pode ser diferente", disse Santiago Coelho.

Para a vereadora Valquíria Barbosa o debate foi importante para levar sugestões concretas ao Poder Executivo. O vereador Sandoval Guimarães (PMDB) concordou e elogiou a iniciativa.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO ECT/BR. BA. SEC. MUNIC. DA FAZENDA Nº 08.080.001.3 SEGOWICAC

Ano XV - Número 3.230

Prefeitura Municipal do Salvador-Bahia

Sexta-feira, 14 de junho de 2002

Reforma do Lacerda prioriza segurança e conforto

As obras de recuperação e modernização do Elevador Lacerda prosseguem em bom ritmo, seguindo o cronograma. O projeto elaborado pelos técnicos da Prefeitura tem como finalidade proporcionar mais segurança e conforto aos usuários, em particular aos turistas. O meio de transporte entre as cidades Alta e Baixa é um dos cartões-postais de Salvador. Os trabalhos, executados sob a supervisão da Companhia de Transporte de Salvador (CTS), estão sendo avaliados como os de maior complexidade desde a inauguração do Lacerda, em 8 de dezembro de 1873.

Importante na articulação do sistema viário do Centro da cidade e de extrema necessidade para os deslocamentos da população, o Elevador Lacerda é um patrimônio histórico e um dos símbolos mais queridos do Brasil. "Por isso, todos os serviços estão sendo realizados sob cuidado especial", garantiu o coordenador de Obras da CTS, Janary Castro.

A CTS fiscaliza o andamento das obras e supervisiona o trabalho de mais de 80 operários. Segundo Castro, as reformas estruturais já foram praticamente concluídas e, no momento, a mão-de-obra está ocupada com os serviços externos. Uma outra equipe cuida da pintura interna, colocação de esquadrias, assentamento de piso, revestimento de paredes e impermeabilização das lajes. Piso e paredes vão ganhar revestimento em granito e o forro será impermeabilizado.

Para o pavimento inferior, o projeto prevê a implantação de uma

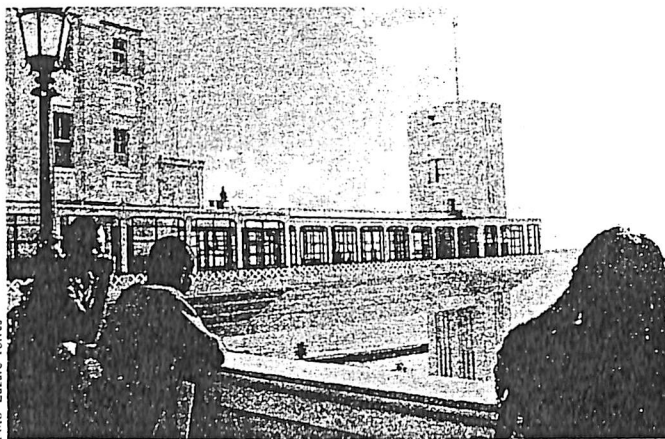


Foto: Lazaro Torres

Elevador Lacerda recebe a maior reforma desde a sua inauguração

cobertura de vidro - que permitirá visualizar a torre da secular construção - além da impermeabilização do túnel de acesso aos equipamentos 1 e 2, serviços que serão acelerados nos próximos dias. As fachadas das partes alta e baixa do elevador não deverão sofrer alterações significativas, conservando o mesmo estilo arquitetônico implantado na reforma feita entre 1927 e 1932.

Além da construção onde estão instaladas as cabines e os corredores internos, os estabelecimentos tradicionais localizados na parte externa - a exemplo da sorveteria A Cubana - também serão beneficiados com obras de recuperação, a fim de poder melhorar a qualidade dos serviços prestados à sua clientela.

Por reconhecer que a velocidade operacional dos elevadores é alta, o

que causa um certo desconforto dos usuários, principalmente vertigem. Janary Castro anunciou a realização de ajustes para acabar com o incômodo. A modernização do Elevador Lacerda, utilizado por cerca de 850 mil passageiros/mês, também vai beneficiar o sistema de acesso do usuário que será feito por intermédio de catracas eletrônicas acionadas por cartões magnéticos, o que representa mais um item de conforto.

A velocidade de deslocamento das cabines, que é de 2,5 a 3 metros por segundo, será mantida, explica Castro. "Mas para acabar com a sensação de desconforto nos usuários, estamos realizando toda a revisão do sistema de guias e frenagem dos elevadores, que estava bastante comprometido", esclarece o coordenador.

O mais antigo

O Elevador Lacerda é o meio de transporte mecânico mais antigo em operação na capital baiana. O Lacerda foi inaugurado em 8 de dezembro de 1873, com o nome de Elevador Hidráulico da Conceição. Naquela época, o equipamento era chamado de "parafuso" ou Elevador da Conceição, segundo o presidente da Fundação Gregório de Mattos, Francisco Senna. Seu construtor foi Antônio de Lacerda, filho de comerciante com curso de especialização em mecânica e construção nos Estados Unidos.

Antes, a ligação entre as cidades Alta e Baixa era feita através das ladeiras e de bondes puxados a burro. Considerada um "sonho louco" por muitos, a obra contou com o incentivo do Fisco federal, conforme relatório de 1873 do Ministério da Agricultura. Beneficiada pelo Decreto 1.723, de 29 de junho de 1869, a construção foi isenta de impostos na importação do maquinário inglês.

Em 21 de junho de 1896, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia rebatizou o equipamento com o nome de Elevador Antônio de Lacerda, mais tarde simplificado para Elevador Lacerda. No início da década de 30, já na administração da Companhia de Linha Circular de Carris da Bahia, a construção ganhou o seu atual estilo *art-déco*. A firma dinamarquesa Christien & Nielsen construiu a torre externa, com duas cabines e o passadiço sobre a Ladeira da Montanha, em concreto armado, e eletrificou toda a estrutura. Na década de 50, o Lacerda foi incorporado ao patrimônio imobiliário da Prefeitura Municipal do Salvador.

Dez imóveis escolhidos para Projeto de Revitalização do Comércio

Dez imóveis localizados entre o Comércio e o Largo Dois de Julho estão sendo selecionados para integrar uma espécie de operação piloto do Projeto de Revitalização do Comércio sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam). Os edifícios serão objeto do Estudo de Viabilidade de Reabilitação de Imóveis de Uso Habitacional em Sítios Históricos que está sendo desenvolvido pela Prefeitura de Salvador, governo francês e Caixa Econômica Federal.

A meta inicial, de acordo com o consultor francês Daniel Duché, es-

pecialista em patrimônio e que se encontra em Salvador desde o início da semana, é definir um método de trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos da Fundação Mário Leal Ferreira, ligada à Seplam, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e experimentar um plano financeiro de reabilitação entre a Caixa e os proprietários dos imóveis. "Nosso objetivo, com isso, é revitalizar essas áreas, reintroduzindo a população em prédios que estão atualmente, na sua maioria, desocupados", explicou.

Na opinião de Duché, existem

vários campos de intervenção a serem cumpridos. "A reabilitação do patrimônio arquitetônico é o passo mais simples, uma vez que percebi que os profissionais locais dominam as técnicas perfeitamente", atestou, lembrando que o campo mais complexo de desenvolvimento está ligado à área econômica e social. "Precisamos delinear qual o tipo de população vai ser instalada nesses centros históricos, quais as condições em que ela vai viver e quanto custará essa reabilitação."

O maior desafio de todas essas intervenções, segundo o especialista

francês, é o de construir um projeto urbano de olho no planejamento e no desenvolvimento, para que a população a ser reintroduzida nessas áreas centrais sintam-se como vivendo em qualquer outro bairro da cidade. Outros fatos norteiam o estudo: o levantamento da questão do estacionamento e dos transportes coletivos, a circulação viária e a necessidade de instalação de escolas e outros equipamentos fundamentais do cotidiano nessas áreas. "O maior desafio talvez seja transformar um bairro semi-abandonado em um local com vida", disse.

Consultor relata experiência francesa na recuperação de áreas históricas

Com a presença do consultor francês Daniel Duché, especialista em patrimônio histórico, a Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam) está promovendo um seminário sobre a metodologia adotada no estudo de viabilidade de reabilitação de imóveis de uso habitacional em sítios históricos. O evento, que prossegue até hoje, no 2º andar da Caixa Econômica Federal, nas Mercês, marca a segunda visita do governo francês a Salvador para avaliar imóveis no Comércio da cidade baixa e no Largo Dois de Julho, incluídos no Projeto de Revitalização do Comércio de autoria da Seplam.

Daniel Duché relatou a experiência francesa na recuperação de áreas históricas e falou do plane-

jamento do país e da sua estruturação legal. Segundo ele, até 1967, a reabilitação de imóveis em áreas históricas basicamente dependia do governo central. "A partir da década de 60, principalmente com o interesse do então secretário da Cultura da França, André Malraux, o setor privado também foi incluído nesse processo", explicou Duché.

Após a explanação do trabalho desenvolvido em seu país, o consultor francês trocou experiências com os técnicos da Seplam e da Caixa. Amanhã, alguns dos imóveis do Comércio e do Largo Dois de Julho, relacionados pela secretaria, serão escolhidos para objeto de estudo pelo representante da França, no último dia de sua permanência na capital baiana.

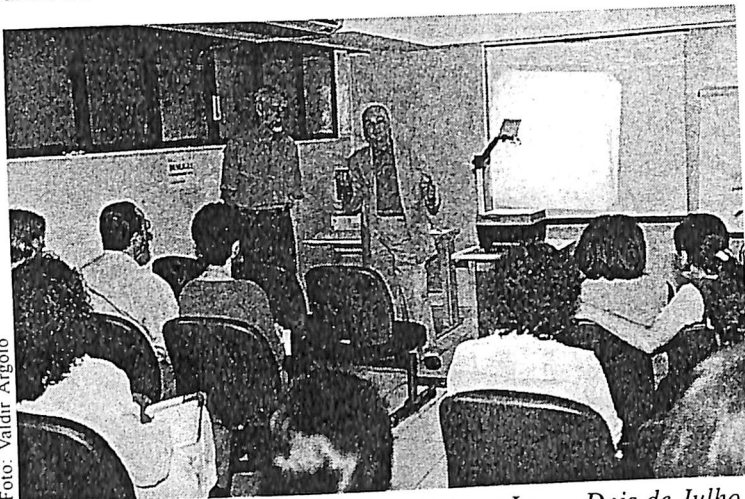


Foto: Valdir Argolo

Duché avaliou imóveis na Cidade Baixa e Largo Dois de Julho

20/06/02

Insegurança agrava a crise no Comércio

SEM RETORNO

Decadência ocorre apesar de ser o Comércio o bairro que mais arrecada IPTU por metro quadrado, conforme empresários

LEVI VASCONCELOS

Há muito que o Comércio já vem mal, mas agora está pior. Além da fuga de mais da metade das quatro mil empresas lá instaladas até pouco mais de uma década, o que resultou em grandes e majestosos prédios, hoje vazios por absoluta falta de interessados, a degradação galopante agrediu ao cotidiano dos que permanecem mais um problema: os arrombamentos de casas comerciais e os assaltos a empresários, turistas e populares tornaram-se corriqueiros com o agravante de que tudo acontece na base do "salve-se quem puder".

Projetos de revitalização há em profusão, nenhum sai do papel. Na semana passada também entrou no papel a criação da 16ª Companhia da PM, em decreto assinado pelo governador Otto Alencar, com comandante e tudo. Nas ruas, nada. A Associação Comercial da Bahia executa um projeto com o propósito de resgatar a memória do bairro. "O povo que não preserva o seu passado não terá futuro", disse o diretor Renan Baleeiro ao lançar a idéia. Na semana passada, três diretores da entidade foram assaltados, sentindo na pele a realidade do presente.

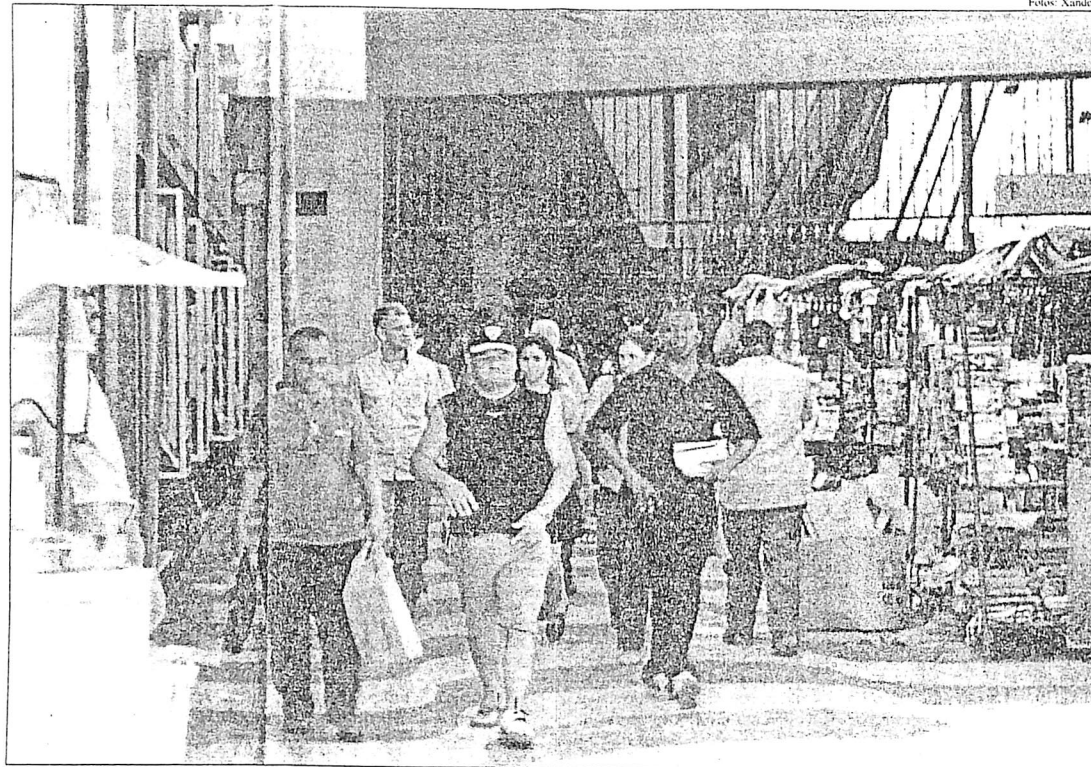
Com a paralisação do Elevador Lacerda, o fluxo de pessoas que transitam entre as cidades Alta e Baixa migrou para o Plano Inclinado Gonçalves. Os assaltantes também se acercaram do novo nicho. "Aqui, quando um é assaltado todos se juntam para pegar o ladrão. Eu mesma já ajudei a

pegar um", disse Neide Santana, dona de uma das barracas dos camelôs que trabalham no trecho. Segundo elas, turistas também são assaltados, mas estes ficam entregues à própria sorte. "Fazer o quê, se não tem polícia?...".

Salas vazias

Cercado de grades por dentro e por fora, até nos basculantes dos sanitários, e mais equipamentos de segurança com sistemas de alarme e de filmagem, o empresário José Carvalho, com 35 anos de Comércio, diz que não suporta mais. Já foi dono de cinco lojas no pedaço, hoje só tem duas, prestes a fechar, como ele diz, por conta da falta de expectativa de melhoras. "Gosto muito daqui, mas o Comércio acabou. Só este ano, já fui assaltado cinco vezes só nesta loja", fala ele, referindo-se à Disbate, instalada no térreo do Edifício Lincoln, na Rua do Corpo Santo.

É a única área ocupada do prédio de dez andares. Nos demais, todas as portas e janelas foram roubadas. Até as esquadrias de alumínio que adornavam as partes externas levaram. "Apesar de tudo é o lugar que se compra mais barato na cidade, mas a insegurança é grande. Não entendo por quê. Apesar da crise, ainda é o bairro que mais arrecada IPTU por metro quadrado para a prefeitura. E no futuro vai ser pior para o governo recuperar", diz Carvalho, que vendeu um prédio a preço de banana. "Perdi 80% do que desembolsei para comprar", calcula.



Com a reforma do Lacerda, o aumento do fluxo de pessoas na saída do Plano Inclinado favorece a ação de delinquentes

No vistoso Edifício Santos Dumont, onde funciona a loja Os Gonçalves, na Rua dos Algibebeles, um empresário desgostoso vendeu um andar inteiro composto por 15 salas a preço de R\$ 45 mil, ou R\$ 3 mil cada. Uma bagatela em qualquer cidade de respeito. Lá, um grande negócio. O número de prédios bem arrumados e vazios é espantoso. "Há muita gente que oferece salas com o ocupante tendo apenas o compromisso de pagar o condomínio e mesmo assim falta quem queira", observa Edson Francisco, diretor da Associação dos Empresários do Comércio (Aeco).

Abandono e ruína dos prédios

A falta de dinheiro nos condomínios dos prédios do Comércio está criando uma situação atípica na era dos arranha-céus. Ali, é comum ver-se uma infinidade de edifícios com muito crescendo nos tetos, alguns até com plantas de porte, a exemplo de imbaúba. Muitos já em ruínas, embora habitados, outros nem tanto, mas a caminho... Na confluência entre as ruas dos Ourives e Conselheiro Dantas, por exemplo, um edifício antigo tem na parte térrea as lojas O Boticário e Escorial, ambas bem adornadas. Os de-

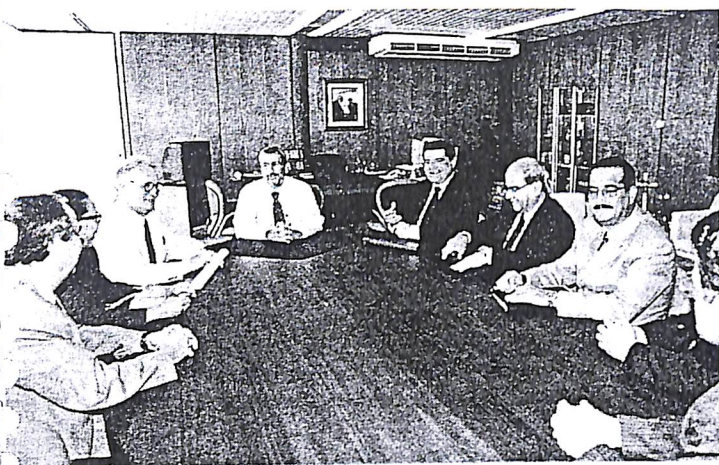
mais andares estão rachados, relegados ao abandono.

Aliás, ruína é o que não falta na área, grande parte servindo de abrigo para uma legião de abandonados socialmente que habitam ambientes infestados de ratos, baratas e escorpões. O trecho mais degradado fica próximo à encosta que separa as cidades Alta e Baixa, saindo da Ladeira da Montanha até o Taboão, que forma uma espécie de cinturão de miséria separando o Comércio do Pelourinho, área para a qual a Con-

der tem um projeto que também nunca saiu do papel.

"Se quiserem me mudar eu aceito, porque aqui é ruim, mas contanto que seja no Comércio mesmo. Aqui tem quem me ajude quando tudo dá errado", justifica Alberto Lima Santos, 37 anos, casado, cinco filhos pequenos, morando num dos prédios arruinados próximo ao Plano do Pilar. Ele conta que sempre viveu de biscates e nas horas vagas cata papelão. Os filhos, de um a sete anos, nunca foram à escola. Alguns estão visivelmente doentes.

Fotos: Nando P.



Imbassahy se reuniu com o presidente do Iphan, Carlos Heck

Prefeitura e Iphan discutem abertura do Forte de São Marcelo

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Carlos Henrique Heck, em reunião realizada na tarde de ontem no Palácio Thomé de Souza, admitiu que o Forte de São Marcelo será aberto à visitação pública brevemente, sob a responsabilidade da Prefeitura de Salvador, em conjunto com organizações não-governamentais, Convention Bureau de Turismo, Associação de Comerciantes da Cidade Baixa e a Conder. O presidente também aprovou o projeto de iluminação cênica do novo Elevador Lacerda que, com a reforma, ganhará luzes neutras, de acordo com as diretrizes do Iphan.

Durante o encontro, no qual esteve acompanhado do diretor do Departamento de Proteção do Iphan, Roberto de Hollanda Cavalcanti, e da superintendente do instituto na Bahia, Adalgisa D'êça, Heck apresentou ao prefeito Antonio Imbassahy um projeto de revitalização do forte. Existem graves lesões nas fundações do forte e a realização de intervenções é importantíssima", disse o presidente, avaliando como positiva a intenção da Prefeitura Municipal em colaborar na reforma da edificação histórica.

O prefeito, que participou da reunião acompanhado dos secretários municipais Manoel Lorenzo (Planejamento), Jalon Oliveira (Serviços Públicos) e do presidente da Fundação Gregório de Mattos, Francisco Senna, manifestou o desejo de que o Forte de São Marcelo seja aberto à visitação o mais rápido possível. "Como administrador desta cidade, quero dar esta colaboração à população e aos turistas, de poder conhecer um patrimônio de suma importância para a nossa história", disse o prefeito.

Com o objetivo de transformar o forte num centro cultural e de visitação pública, ao final do encontro, Heck e Imbassahy acordaram em ampliar num prazo mais curto possível os entendimentos entre o Iphan e a Prefeitura. Na próxima semana, deverá acontecer nova reunião com as participações da superintendente Adalgisa D'êça, do secretário Manoel Lorenzo e do presidente da FGM, Francisco Senna, para discutir a realização de reformas estruturais básicas para que os visitantes tenham mais segurança e conforto ao visitar o forte.

Construído pelos portugueses entre os séculos XVII e XIX, o Forte de São Marcelo, que já foi chamado de Forte do Mar ou Nossa Senhora do Pópulo, está localizado em um banco de areia na Baía de Todos os Santos em frente à parte mais antiga da capital e atualmente é administrado pelo Iphan.

Elevador Lacerda

Ao conhecer o projeto de iluminação cênica do novo Elevador Lacerda, o presidente do Iphan deu sinal verde para a execução do projeto e destacou que os baianos vão ganhar um monumento ainda mais valorizado. A mais tradicional interligação entre as cidades Alta e Baixa de Salvador, o "cartão-postal" está em reforma e quando for reaberto, no próximo mês de julho, ganhará também pisos e esquadrias novos, catracas mais modernas, que serão operadas com cartões eletrônicos, e ar-condicionado nas dependências. As cabines também serão remodeladas e recuperadas, uma delas vai permitir apreciar a bela paisagem da Baía de Todos os Santos.

Comitiva francesa visita Comércio em missão de estudo de sítios históricos

Uma comitiva do governo francês, acompanhada por técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam), da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e da Caixa Econômica Federal, esteve ontem percorrendo as ruas do Comércio, na cidade baixa, e do Largo Dois de Julho. O objetivo da visita foi avaliar imóveis nas duas áreas para o Estudo de Viabilidade de Reabilitação de Imóveis de Uso Habitacional em Sítios Históricos, como parte do Projeto de Revitalização do Comércio.

"A perspectiva de implantação de um novo mix, que associe as atividades comerciais, de serviços e de habitação, conta com uma linha de financiamento da Caixa para adequar ou transformar os prédios de uso comercial para residencial", lembrou Manoel Lorenzo, secretário municipal do Planejamento. De acordo com o assessor-chefe da Seplam, arquiteto Raimundo Torres, o resultado da pesquisa de opinião - fruto do contrato entre a FMLF e a CEF -, envolvendo trabalhadores e transeuntes do comércio, empresários e formadores de opinião do setor imobiliário e da construção civil sobre a possibilidade de moradia no Comércio da cidade baixa, está em fase de conclusão.

Segundo a gerente de Planejamento da FMLF, Elisabeth Le-

pikson, dos 25 imóveis apresentados à inspetora geral de Equipamentos do Ministério de Equipamentos e Transportes do Governo da França, Michèle Prats, cinco serão escolhidos para objetos do estudo, na primeira quinzena de junho, quando estará em Salvador o consultor francês Daniel Duché. "As edificações escolhidas, que estarão em diferentes estados de conservação, poderão ser objeto de recuperação", explicou.

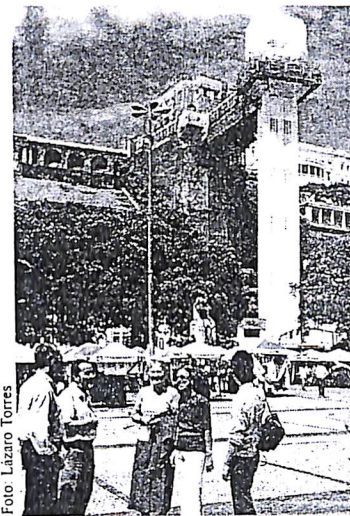


Foto: Lázaro Torres

Arquitetos visitam Praça Cayru

Novo modelo de feira livre é inaugurado em Dom Avelar

Um novo modelo de feira livre, com equipamentos padronizados e horários determinados, começará a funcionar a partir de hoje, no bairro Dom Avelar, local escolhido para funcionamento da primeira unidade desse novo sistema. Será às 10 horas, no Largo dos Oratorianos, com a presença do secretário municipal de Serviços Públicos, Jalon Oliveira. A nova feira vai funcionar das 6 às 15 horas durante a semana e das 6 às 12 horas aos domingos.

A implantação dessa nova modalidade de feira livre será estendida a outros bairros de Salvador nos próximos meses, tais como Valéria, Liberdade, Itapuã, Periperi, Jardim Cruzeiro e Cajazeiras. Cerca de 900 feirantes estão sendo treinados e requalificados pelo programa Feirante Cidadão, da Sesp, para colocarem em prática a nova sistemática

de funcionamento das feiras livres nesses bairros. Nos locais onde funcionarão as feiras, após a desmontagem dos equipamentos, as ruas serão lavadas e aromatizadas pela Limpurb.

O secretário Jalon Oliveira lembra que a iniciativa de instalar a feira livre em Dom Avelar partiu de lideranças comunitárias locais que, junto com a Sesp, selecionaram o local de funcionamento, o Largo dos Oratorianos, e os 22 feirantes, todos moradores do bairro, já treinados. Anteriormente, a Sesp havia feito uma pesquisa de opinião pública em um universo de 295 residências, mais de 5% do total existente em Dom Avelar, detectando que 98,6% dos moradores se posicionavam a favor do novo centro de compras de hortifrutigranjeiros do bairro.

Ligue 156 — O serviço 156 funciona das 7h30 às 19h30 colhendo solicitações, reclamações e prestando informações sobre as atividades da Prefeitura do Salvador. Na Internet, o endereço é <http://www.salvadoratende.com.br>.

A Prefeitura de Salvador está incentivando a instalação de centrais de atendimento por telefone, as chamadas call centers, na região do Comércio. O objetivo é requalificar a área da cidade, além da geração de empregos, já que os call centers tradicionalmente absorvem muita mão-de-obra. Entre os incentivos há a redução da alíquota de Imposto Sobre Serviços (ISS) para as empresas do setor que se instalarem na região. Até agora, Salvador abriga empresas do ramo, que já respondem por mais de 3 mil empregos.

Na manhã de sexta-feira, empresários de todo o país conheceram essa e outras vantagens no seminário *Serviços Call Center em Salvador - Oportunidades de Negócios*, realizado no auditório da Secretaria Municipal da Fazenda, na Praça da Ajuda. O evento, organizado pela Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Econômico (Secdes), foi aberto pelo prefeito Antonio Imbassahy e teve as palestras dos secretários municipais Manoelito Souza (Fazenda) e Manoel Lorenzo (Planejamento), além da representante da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, Irina Santiago.

"O Comércio é um espaço que estava degradado na cidade e que hoje está num processo de recuperação. A gente está invertendo essa posição com investimentos e incentivos para implantação de novos negócios", observou o prefeito Imbassahy, acrescentando que a



Foto: Lazaro Torres

Imbassahy na abertura do seminário promovido pela Sedes

região já tem toda infra-estrutura necessária para a instalação de novos empreendimentos, como água, luz, telefone, ruas pavimentadas, entre outros. "Este encontro serve para debater as oportunidades com serenidade, com equilíbrio, e achar uma solução para dar mais atividade à região do Comércio", reforçou o prefeito.

Incentivos

Durante sua palestra, o secretário Manoelito Souza explicou que os incentivos para as empresas se instalarem na região estão previstos na Lei Municipal 6.604/2001. De acordo com a legislação,

as empresas de call center terão a alíquota de ISS reduzida de acordo com o número de postos de trabalho oferecidos. As empresas que empregarem até 750 pessoas terão a alíquota reduzida de 5% para 3%, entre 750 e 1.500 pessoas a alíquota cai para 2%; e, por fim, as que contratarem mais de 1.500 funcionários só vão pagar 1,5% de imposto.

Manoelito lembrou que as empresas de call center hoje são grandes absorvedoras de mão-de-obra. "Os serviços de atendimento ao consumidor vêm crescendo bastante com a obrigação que as empresas têm hoje de manter um estreito relacionamento com seus clientes", disse. Ele lembrou que os serviços de televendas,

pesquisas de mercado, reservas de transporte e turismo também são cada vez mais necessários na sociedade atual.

O pacote de incentivos para empreendimentos se instalarem na região do Comércio não se resume aos call centers. A legislação, conforme explicou Manoelito Souza, prevê benefícios também para empreendimentos hoteleiros, da área cultural (cinemas, teatros, livrarias, entre outros) e, sobretudo, para imóveis residenciais. Também é intenção da Prefeitura fazer com que pessoas de classe média se interessem em morar em prédios do Comércio. Para tanto, o governo federal, através da Caixa Econômica Federal, vai financiar os imóveis residenciais.

O secretário municipal do Planejamento, Manoel Lorenzo, destacou que as empresas de call center são ideais para a região do Comércio, já que elas não exigem a presença física do consumidor. "Um dos tradicionais problemas do Comércio é a questão da acessibilidade e por isso essas empresas têm o perfil perfeito para a região", disse Lorenzo, explicando que a região já reúne toda infra-estrutura. Ele lembrou também que atualmente a Prefeitura e o governo do Estado vêm desenvolvendo diversos projetos de requalificação da área, como a Via Náutica, reforma da Praça Cayru, a recuperação da região portuária, entre outros melhoramentos.

22 / 04 / 02

PMS	FMLF	CEFIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	16/03/02	
Caderno	Folha	
Seção		
Assunto	Bairro	

Comitiva francesa visita Comércio para estudar os sítios históricos

Uma comitiva do governo francês, acompanhada por técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam), da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e da Caixa Econômica Federal, esteve hoje (dia 25) percorrendo as ruas do Comércio, na cidade baixa, e do Largo Dois de Julho. O objetivo da visita

foi avaliar imóveis nas duas áreas para o Estudo de Viabilidade de Reabilitação de Imóveis de Uso Habitacional em Sítios Históricos, como parte do Projeto de Revitalização do Comércio.

“A perspectiva de implantação de um novo mix, que associe as atividades comerciais, de serviços e de habitação, conta com uma linha de financiamento da Caixa para adequar ou transformar os prédios de uso comercial para residencial”, lembrou

Manoel Lorenzo, secretário municipal do Planejamento. De acordo com o assessor-chefe da Seplam, arquiteto Raimundo Torres, o resultado da pesquisa de opinião - fruto do contrato entre a FMLF e a CEF -, envolvendo trabalhadores e transeuntes do comércio, empresários e formadores de opinião do setor imobiliário e da construção civil sobre a possibilidade de moradia no Comércio da cidade baixa, está em fase de conclusão.

Comércio será bairro de múltiplo uso

INTERVENÇÕES

Isenção de impostos visa a atrair novos investimentos

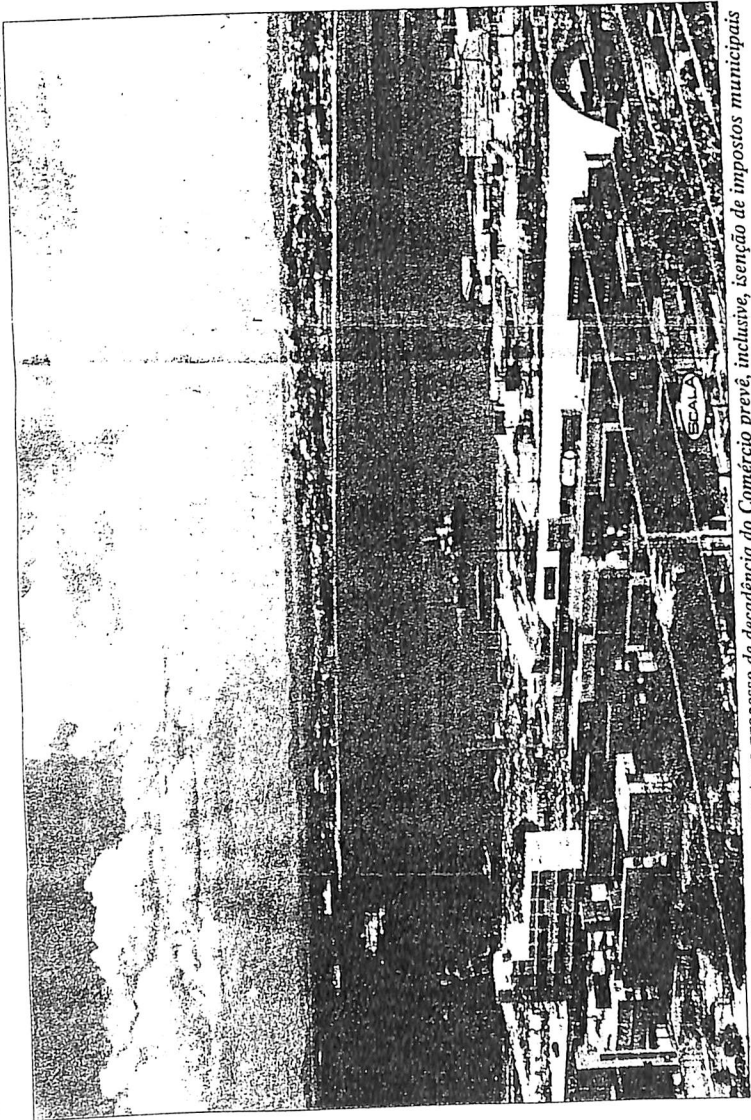
ADILSON FONSECA

Até 29 de março, data do aniversário de Salvador, o Elevador Lacerda vai estar completamente reformado, dispondo para o público de cabines panorâmicas com vistas para a Baía de Todos os Santos. Nesse mesmo período, a Praça Cayru deverá estar recuperada, assim como a segunda etapa da Praça da Sé, esta até o Natal, e, dependendo da liberação de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social), a extensão do transporte ferroviário da Calçada até a Avenida da França.

As medidas são as primeiras intervenções do poder público municipal para atrair investimentos da iniciativa privada, com o objetivo de revitalizar toda a área do Comércio e adjacências, hoje uma das regiões de Salvador que enfrenta um acelerado processo de decadência. A fuga de empresários da Cidade Baixa, no outrora centro comercial e bancário de Salvador, foi acentuada nos últimos anos, a ponto de a área entre a Conceição da Praia e Água de Meninos ter diversos imóveis vazios ou abandonados e lojas, escritórios e agências bancárias fechadas. A ideia da Prefeitura de Salvador, que enviou à Câmara dos Vereadores projeto de lei propondo a isenção fiscal para investidores da iniciativa privada, visa a reverter esse quadro e transformar o Comércio em um bairro de múltiplo uso.

De acordo com o projeto, os empresários que quiserem investir no Comércio terão isenção do IPTU, ISS, ITIV, todos dependentes municipais, sobre o

Foto: Xandup



A proposta da prefeitura para reverter o processo de decadência do Comércio prevê, inclusive, isenção de impostos municipais

imóvel adquirido, desde que estes imóveis sejam destinados a atividades não-poluíntes nas áreas de habitação, cultura, hotelaria e educação. A prefeitura, caberá melhorar a infraestrutura da área, como segurança pública, serviços, transportes e circulação, procurando, contudo, manter as características arquitetônicas originais desses locais.

Projetos

O secretário de Comunicação Social da Prefeitura, Tasso Franco explicou que o projeto abrange 72 áreas da cidade, comitadas na AR-1 (Centro Histórico - até Itapagipe), mas a ênfase maior está voltada para o C-

tertônicas originais das duas áreas, "mas proporcionarão melhorias que permitam a captação de novos investimentos empresariais da iniciativa privada, revitalizando-as", disse.

O projeto chama a atenção para o fato de que a recuperação das áreas degradadas deverá estar associada à produção de habitações, geração de em-

pregos e serviços. Nesse sentido, diz a proposta, deverão ser beneficiados os imóveis e lotes gradouros que estejam em processo de deterioração. A área entre a Praça Cayru e Água de Meninos, por abrigar um maior número de imóveis comerciais abandonados e vazios, deverá ser a primeira beneficiada com as intervenções.

Estatuto da cidade

O crescimento desordenado dos centros urbanos e a falta de um planejamento urbanístico, contemplando não só a infraestrutura física, mas também os aspectos sociais, estão sendo debatidos até hoje na Semana de Urbanismo, promovida pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Em comemoração ao Dia Mundial do Urbanista, os debates reuniram, ontem, o vereador Zezéu Ribeiro (PT) e Graça Torção e Débora Nunes.

O principal motivo das discussões é a aplicabilidade do Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, e que define políticas urbanísticas para os grandes centros urbanos e a ocupação do solo. Segundo explicou o vereador Zezéu Ribeiro, o estatuto define atribuições como a regularização do IPTU, a desapropriação de imóveis e áreas para fins sócio-econômico a interesse das cidades, além do usucapião para regularização fundiária, não só para atividades comerciais, mas também habitacionais.

O estatuto, surgido a partir de dois artigos da Constituição Federal de 1988, foi aprovado pelo Senado em 1990, com o projeto de lei do senador Pompeu de Souza, mas demorou dez anos para ser transformado em lei. A preocupação de urbanistas e arquitetos é com a sua aplicabilidade nas cidades com população urbana acima dos 20 mil habitantes.

PMS	SERIV
Jornal	
Secretaria de Bahia	
Data	07/11/01
Edição	3
Seção	
Assunto	Bairro

SALVADOR

Prefeito dá início ao projeto de revitalização do Comércio

O prefeito Antonio Imbassahy deu o primeiro passo na revitalização da área do Comércio, ontem à tarde, ao assinar mensagem enviada à Câmara de Vereadores que estimula a ocupação do local. A solenidade aconteceu no Palácio Thomé de Souza e foi acompanhada por representantes de diversas entidades comerciais, como Associação Comercial da Bahia, Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Associação de Comerciantes da Calçada, da Federação do Comércio, representantes do setor hoteleiro e de restaurantes. O projeto de lei prevê redução e até isenção de impostos municipais para empreendedores que instalarem atividades residenciais, culturais, comerciais e de lazer na região. O objetivo é recuperar a importância do Comércio, melhorando a qualidade

de vida de quem trabalha no bairro e gerando novos empregos.

O projeto de lei, com pedido de análise em regime de urgência urgentíssima, foi entregue ao presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, Emmerson José (PFL), presente à solenidade que destacou a importância da iniciativa que deverá contar com o apoio unânime da Câmara, em benefício da cidade. O projeto alterará a Lei Municipal nº 4.279, reduzindo tributos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto de Transmissão de Imóveis e Taxa de Licenciamento da Superintendência de Uso e Controle do Solo (Sucom). O prefeito Antonio Imbassahy ressaltou a importância de revitalizar a área do Comércio, Calçada, Centro Histórico e parte da cidade alta, para impedir a degradação.

PMS

LEITIN

1111

A

Jornal

Correio de Bahia

Data

07/11/01

Capitão

Roder

3

Seção

Assinatura

Bairro

PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Farda		
Data		
08/08/10		
Edição	Página	
Oficiais	08	
Seção		
Assunto		
Bairro		

Degradação do Comércio

Além da Praça Cayru e da Rampa do Mercado Modelo, que a prefeitura afinal se propõe a reformar, devolvendo-lhes o privilégio de um dos cartões postais da cidade, toda a área do Comércio da Cidade Baixa requer intervenções que lhe restituam a condigna paisagem. Sediando, ainda, o principal porto da Bahia, o comando do 2º Distrito Naval, inúmeras agências bancárias, casas comerciais e escritórios de profissionais liberais, o moinho da cidade, a Receita Federal e a Associação Comercial, o Comércio tem um potencial que justifica plenamente investimentos que o revitalizem. Intervenções que res-

taurem ruínas, efetuem a reurbanização e limpem as encostas da Preguiça, da Montanha e da Conceição da Praia estão entre as mais imediatas. Mas ao longo da Avenida Frederico Pontes há, também, necessidade de intervenções que a revitalizem, a exemplo da que foi feita pela iniciativa privada ao aproveitar a área de um antigo trapiche que vinha servindo de depósito de lixo e esconderijo de marginais para estacionamento público, ajudando a diminuir uma carência que sem dúvida é uma das responsáveis pela decadência da zona comercial da Cidade Baixa.

Prédios que se encontram fe-

chados por conta de querelas judiciais que se eternizam precisam ser avaliados com vistas a devolver-lhes a serventia ou, em último caso, permitir o aproveitamento dos terrenos onde estão edificados. O poder público municipal e o Judiciário poderiam se entender pela cidade ajudando a resolução de pendências que contribuem para degradá-la. Todos, certamente, sairiam ganhando. Há, enfim, alternativas que podem ser buscadas para que a mais antiga zona comercial de Salvador volte a ser integrada ao desenvolvimento da cidade, mudando-se o mau aspecto de muitas de suas áreas.

Comércio vive processo de esvaziamento

SEM SOLUÇÃO
As tentativas de reverter o quadro de degradação têm sido inúteis

CLÁUDIO BANDEIRA

O Edifício das Seguradoras, na Rua Conselheiro Dantas, é o retrato do atual estado de degradação do Comércio, no Centro de Salvador. Construído há cerca de 20 anos, o prédio encontra-se com a maioria de seus 12 andares sem ocupação, inclusive a ampla loja do térreo, que abrigava uma agência bancária. A construção, que ainda hoje exibe um moderno projeto arquitetônico, é apenas uma entre dezenas de outras que foram abandonadas após a consolidação do novo centro de Salvador na região do Iguatemi.

Contrastando com uma época em que o Comércio era considerado o centro financeiro do Estado e havia uma grande valorização do metro quadrado, atualmente os proprietários de salas e lojas contentam-se em alugá-las pelo valor do condomínio e do IPTU só para que o prejuízo não seja total, como relata o presidente da Associação dos Empregados do Comércio, Santiago Coelho Rodrigues Campo.

Várias ações, segundo ele, vêm sendo desenvolvidas no sentido de reverter a decadência do bairro, mas os principais projetos anunciados pelos poderes públicos são de médio e longo prazos: "Será que os pequenos e médios empresários vão resistir até lá?", questiona. Uma das ações de curto prazo colocadas em prática e que deu resultados positivos foi a introdução da Zona Azul em ruas que antes tinham calçadas, o que, segundo Rodrigues Campo, ampliou significativamente a oferta de vagas

para estacionamento.

Entre os sinais de abandono estão a invasão de ambulantes e o precário calçamento dos passeios na maioria das ruas. Feitos em pedra portuguesa após uma reforma executada em 1975, os passeios estão esburacados e necessitando de manutenção, da mesma forma que vários edifícios e antigos casarões, abandonados há vários anos. Nada que faça lembrar o fervilhar de há 30 anos, quando o baiano contava apenas com os centros comerciais existentes na Baixa dos Sapateiros, Avenida Sete e o próprio Comércio, na Cidade Baixa, e os lojistas não imaginavam que os novos tempos mudariam radicalmente o modo de ser de Salvador.

Empregos resistem

Ainda de acordo com o presidente da Associação de Empresários do Comércio, várias obras de manutenção não foram realizadas, pois se argumenta que o programa de saneamento Bahia Azul, que ainda não foi executado no Comércio, anularia as melhorias. Por outro lado, apesar da decadência, o Comércio gera 9.200 empregos formais e cerca de mil informais, tem 1.523 empresas formais e 639 informais, indica pesquisa realizada em novembro de 2000, o que, por si só, justificaria investimentos na reurbanização.

As principais causas da degradação urbana do Comércio estão na multiplicação dos shoppings, na falta de estacionamento e na insegurança, que tem sido cada vez maior na cidade. "Não perdemos a esperança de revitalizar o Comércio, seja com os projetos a serem executados pelo governo e prefeitura ou com a adoção de propostas que deram resultado em outras áreas degradadas de grandes cidades brasileiras", diz Rodrigues Campo.



O deslocamento das atividades comerciais para outras regiões da cidade determinou o fechamento de diversos pontos

Bahia Azul em Itapuã gera queixas

JOSÉ ARAÚJO NETO

Moradores do bairro de Itapuã estão reclamando das obras do Programa Bahia Azul, iniciadas, mas interrompidas há mais de um ano, apesar de haver no bairro muitos esgotos poluindo praças e ruas. Os moradores criticam também a falta de higiene no Mercado de Itapuã e a depreciação da Lagoa do Abaeté, atualmente ameaçada pela prática de esportes radicais. São poucas as melhorias feitas: urbanização da Baixa da Soronha, obra da Embasa, e o posto de saúde, refor-

mado nos últimos meses.

O esgotamento sanitário é um problema sério no bairro. Segundo o pescador Geraldo de Souza, 39 anos, depois de um ano de intervenção, o Programa Bahia Azul conseguiu fechar apenas uma das seis saídas de esgotos para a praia. "Não sabemos realmente como andam os serviços, mas, por enquanto, está paralisado e não há prazo para o retorno", disse o pescador. Nã Ladeira do Abaeté também os esgotos descem do alto até o largo, onde se localizam bares, shoppings e pontos de venda de

acarajé, como o de Cira.

Esportes radicais

Atualmente em moda, os esportes radicais estão preocupando os ambientalistas na Lagoa do Abaeté. Os praticantes de surf na areia e os motoristas de bugres destroem as dunas, como denunciou o vice-presidente do Grupo Ecológico e Cultural Nativos, Bernardino Sales, que apontou as lagoas do Urubu, Vêu das Noivas e Dois como as mais atingidas. "Na Dois e na do Urubu, que são formadas por água da chuva,

a passagem dos bugres é um verdadeiro crime contra a natureza", citou o ecologista, que conseguiu nos últimos dias que uma dupla de policiais da Polícia Ambiental fizesse ronda no local. Como fator positivo, o próprio grupo Nativo reconhece que a prefeitura, através da gerência do Parque Metropolitano do Abaeté, dá apoio às iniciativas dos ecologistas locais. Além dos problemas que afetam ruas do bairro, os moradores denunciam de que no Mercado de Itapuã até estacionamento foi oficializado em cima do passeio.

PMS	COMERCIO
Jornal	A Tarde
Data	16/06/01
Categoria	Local
Seção	
Assunto	Bahia Azul

Revitalização do Comércio atrai estrangeiros

Responsáveis pelo Porto de Gênova têm interesse de explorar um novo e moderno terminal marítimo em Salvador

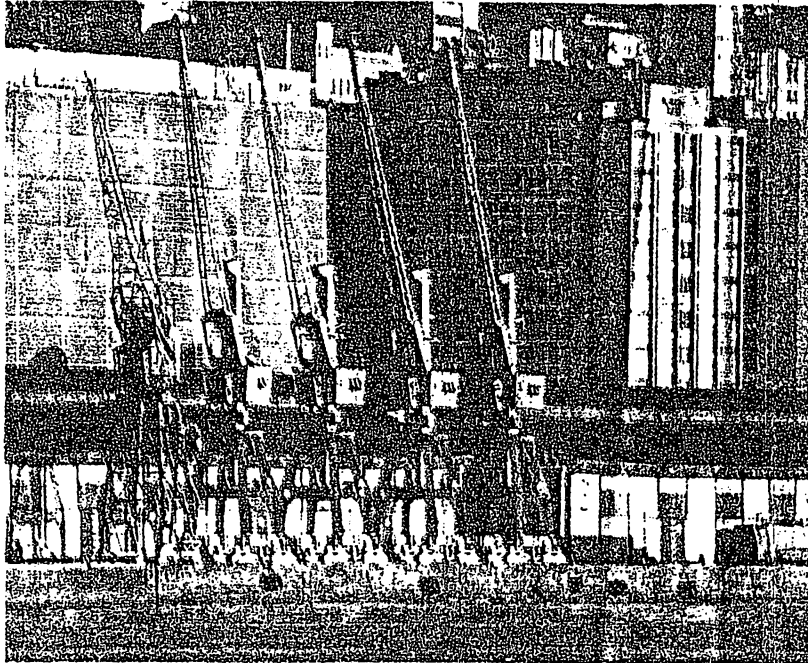
Mônica Bichara

A proposta de revitalização do Comércio ainda nem saiu do papel e investidores estrangeiros já se movimentam para manifestar interesse em participar do processo. É o caso da Autoridade Portuária de Gênova, que enviou representantes à capital baiana, em fevereiro, para conhecer de perto as potencialidades do Porto de Salvador e o anteprojeto que está sendo elaborado pela TCBR Consultoria, a mesma que projetou a via náutica. De acordo com o representante do Porto de Gênova no Brasil, Jean Batista Serra, que veio acompanhado do gerente de negócios internacionais, Sílvio Ferrando, o interesse é, principalmente, pela exploração de um novo e moderno terminal marítimo.

Por enquanto, não existe definição sobre os investimentos necessários para a conclusão do projeto ou sobre quanto os italianos estariam dispostos a aplicar. Com a experiência adquirida em Gênova, por onde passam anualmente cerca de 700 mil passageiros de cruzeiros marítimos e dois milhões de ferry-boats, os italianos pretendem participar da concorrência para o terminal, que deverá ter capacidade para receber embarcações turísticas de grande porte.

Além de conhecer o projeto, apresentado pela empresa de consultoria contratada pela Companhia Docas da Bahia, os representantes do Porto de Gênova reuniram-se com o prefeito Antonio Imbassahy, com o secretário estadual de Infra-Estrutura, Roberto Moussalem, com o presidente da Associação Comercial da Bahia, João Sá, com o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Sérgio Passarinho, e com a presidente da Emtursa, Eliana Dumê.

Na ocasião, ficaram sabendo que a ideia é construir um



moderno terminal na área hoje ocupada pelos oito armazéns da Codeba, na Avenida da França, incluindo toda a infra-estrutura de entretenimento e serviços. Ali entrariam hotéis de categorias diversificadas, restaurantes, lojas e toda a logística necessária ao empreendimento. No encontro, o prefeito Antonio Imbassahy expôs o projeto em andamento da via náutica, que casa perfeitamente com a revitalização do Comércio. O secretário Sérgio Passarinho frisou que em troca da área dos armazéns a Codeba receberia benéficas e ampliações na área de carga e descarga de mercadorias. Todo este esforço daria, segundo ele, um novo impulso à economia local, com significativa geração de emprego e renda.

Para o presidente da Associação Comercial, João Sá, a

revitalização do Comércio é urgente e da maior importância, mobilizando tanto os governos estadual e municipal quanto o empresariado e a sociedade como um todo. Apesar de o projeto ainda estar embrionário e só ser viável a médio prazo, João Sá está otimista quanto à sua realização, sobretudo diante do interesse que já vem despertando em investidores externos. Afinal, reconhece, "a área portuária é o filé mignon do projeto". De nada adiantará, analisa, dotar o Comércio apenas de uma melhor iluminação ou segurança, embora esses sejam fatores importantes.

"Para ter sucesso, o Comércio terá que contar com equipamentos novos, como um terminal à altura do fluxo turístico que se espera, com navios de maior porte", observou João Sá, argumentando que o aproveitamento da área portuária deu

certo em cidades como Buenos Aires, Belém, Nova York, Miami e Barcelona e que tem tudo para dar certo em Salvador. Para isso, a cidade deverá ser preparada, também, para o aumento do fluxo turístico, com maior disponibilidade de hotéis e outros empreendimentos. A área do Comércio, pelo anteprojeto que está sendo elaborado, disse ele, passará também por uma mudança de perfil, com espaços destinados a residências e edifícios inteligentes.

A região portuária de Salvador ganhará impulso, com a transformação de armazéns em espaços voltados ao lazer

Prefeitura vai melhorar acesso

Cátia Santana

O Comércio, uma das áreas mais nobres de Salvador no passado, será alvo de grandes intervenções da prefeitura e da iniciativa privada nos próximos quatro anos. O objetivo dos projetos, que vão desde a implantação de uma via portuária até a possível construção de um empreendimento imobiliário, é revitalizar uma das localidades mais antigas da capital baiana. Na esfera do governo municipal, já foram iniciados contatos com o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a consultoria técnica e financiamento dos projetos. "Os investimentos mais prioritários da prefeitura visam melhorar o acesso até o Comércio", explicou o secretário municipal de Planejamento e coordenador dos trabalhos de revitalização, Manoel Lorenzo.

Segundo ele, existem em andamento no Executivo municipal três grandes planos de intervenção no comércio. O primeiro deles é a extensão da linha férrea que passa na Calçada até a altura do Comando dos Fuzileiros Navais, com a substituição dos antigos trens por um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). "Com essa mudança, o volume de passageiros transportados pela via ferroviária pode ser ampliado dos atuais quatro mil/dia para 90 mil/dia", afirmou Lorenzo. A estimativa é de que a alteração consuma US\$130 milhões.

A via portuária é outro projeto que pode contribuir muito para a recuperação do Comércio. "Queremos retirar todo o tráfego pesado da área, inclusive o de caminhões, que também são responsáveis pela baixa qualidade de vida no

local", apontou o secretário Lorenzo. A via terá, aproximadamente, três quilômetros de extensão, entre a Barros Reis e a feira de Água de Meninos. Seu custo estimado é de R\$30 milhões.

Por fim, a prefeitura já está em negociação com empresas privadas do setor de telecomunicações visando a instalação de uma rede de fibra ótica na Cidade Baixa. Com isso, o governo espera atrair a atenção de grandes companhias de call centers, por exemplo, que reocupariam os antigos imóveis do Comércio. Para o secretário Manoel Lorenzo, as ações da prefeitura serão fundamentais para o bairro, porém, ele também solicita uma maior participação dos empresários locais nos projetos. "O Executivo municipal, sozinho, não vai revitalizar o Comércio. É preciso que a iniciativa privada também se mobilize para essa luta", frisou o secretário.

Nesse sentido, o presidente da Conder, Mário Gordilho, sugeriu à Ademi a realização de uma pesquisa de mercado para verificar qual o interesse dos empresários do setor sobre a região do Comércio. "Essa consulta pode definir as características de um futuro empreendimento no local", argumenta Gordilho. Segundo o presidente da Ademi, Marcos Fonseca, a sugestão será acatada. "Vamos realizar um estudo técnico sobre a região para analisar como é possível tornar o Comércio interessante como bairro", garantiu Fonseca. O assunto tem sido um dos mais debatidos nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Condurb), que congrega representantes de diversos órgãos da sociedade civil, além da prefeitura.

Jornal	Tribuna de Bahia	
Data	03 e 04/03/01	
Caderno	2	7
Seção		
Assunto	Baixo	

Meta da prefeitura é transformar o Comércio em uma área residencial

Reforma de praças, execução do projeto da Via Náutica, ordenamento do comércio informal e do tráfego de veículos, melhoria da infraestrutura urbana são algumas das ações que, de forma integrada, vêm sendo realizadas pela Prefeitura de Salvador desde o final do ano passado para viabilizar a revitalização do Comércio, na Cidade Baixa. Após concluir um plano emergencial, cujas ações beneficiaram de um modo geral toda essa região que aglutina grande volume de instituições comerciais e financeiras, a Prefeitura está atuando na limpeza e desobstrução das fontes do Padre, na Ladeira do Taboão, e das Pedreiras, nas imediações da Ladeira da Preguiça. A meta é transformar no futuro o Comércio em zona mista de uso comercial e residencial.

Sérgio Graça Piva, gerente de Sítios Históricos da Fundação Gregório de



Proposta faz parte do projeto de revitalização da área

Mattos (FGM), as duas fontes serão completamente recuperadas pela Prefeitura, que já submeteu ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) os projetos urbanísticos para a devida apreciação.

A reforma desses equi-

pamentos integra as ações de melhoria da Área do Comércio, de acordo com o projeto elaborado pela Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam), com o envolvimento de vários órgãos da administração municipal.

ANEXO-03

DECRETO Nº 14.156 /2003

ANEXO I

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR	ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA	PAG: 1
-----------------------------	--	--------

07 - Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

10002 - Assessoria Técnica - ASTEC

Valores em R\$ 1,00

PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	ALOCACAO	REDUCAO
4.122.027.2001	3.3.90.36	000	100.000	
1.122.027.2001	3.3.90.30	000		100.000
TOTAL			100.000	100.000

ANEXO II

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR	ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA	PAG: 1
-----------------------------	--	--------

13 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP

10002 - Assessoria Técnica - ASTEC

Valores em R\$ 1,00

PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	ALOCACAO	REDUCAO
15.452.033.2313	3.3.90.92	000	1.105.000	
15.452.033.2313	3.3.90.39	000		1.105.000
TOTAL			1.105.000	1.105.000

ANEXO III

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR	ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA	PAG: 1
-----------------------------	--	--------

10 - Encargos Gerais do Município - EGM

100003 - Gestão da Sefaz - EGM-SEFAZ

Valores em R\$ 1,00

PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	ALOCACAO	REDUCAO
04.123.045.2484	3.1.90.16	000	50.000	
04.123.045.2484	3.3.90.92	000	450.000	
04.123.045.2487	3.1.90.09	000	5.000	
04.123.045.2487	3.1.90.16	000	100.000	
04.123.045.2487	3.1.90.94	000	50.000	
04.123.045.2487	3.3.90.36	000	20.000	
04.123.045.2488	3.1.90.94	000	50.000	
04.123.045.2488	3.3.90.27	000	6.000	
04.123.045.2489	3.1.90.09	000	10.000	
04.123.045.2489	3.1.90.16	000	20.000	
04.123.045.2484	3.1.90.92	000		50.000
04.123.045.2484	3.3.90.47	000		450.000
04.123.045.2487	3.1.90.13	000		155.000
04.123.045.2487	3.3.90.39	000		20.000
04.123.045.2488	3.1.90.91	000		50.000
04.123.045.2488	3.3.90.91	000		6.000
04.123.045.2489	3.1.90.92	000		30.000
TOTAL			761.000	761.000

DECRETO Nº 14.157 de 20 de fevereiro de 2003

Abre ao Orçamento Fiscal, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 6.252, de 30 de dezembro de 2002, em seu art. 6º, inciso I, alínea "d",

DECRETA:

Artigo 1º- Fica aberto ao Orçamento Fiscal, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na forma indicada no anexo a este Decreto.

Artigo 2º- A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Controladoria Geral do Município, deverão fazer as anotações das modificações resultantes do presente ato.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 20 de fevereiro de 2003.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

MANOELITO SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

JALON SANTOS OLIVEIRA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

ANEXO AO DECRETO Nº 14.157 /2003

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	PAG: 1
-----------------------------	-------------------------------	--------

13 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP

130002 - Assessoria Técnica - ASTEC

Valores em R\$ 1,00

PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTACAO	ANULACAO
15.452.033.2317	3.3.90.30	000	40.000	
15.452.021.1319	3.3.90.39	000		40.000
TOTAL			40.000	40.000

DECRETO Nº 14.158 de 20 de fevereiro de 2003

Abre ao Orçamento da Seguridade Social, na Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 6.252, de 30 de dezembro de 2002, em seu art. 6º, inciso I, alínea "d",

DECRETA:

Artigo 1º- Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social, na Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na forma indicada no anexo a este Decreto.

Artigo 2º- A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Controladoria Geral do Município, deverão fazer as anotações das modificações resultantes do presente ato.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 20 de fevereiro de 2003.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

MANOELITO SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

RAIMUNDO HUMBERTO CAIRES ARAÚJO
Secretário Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social

ANEXO AO DECRETO Nº 14.158 /2003

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		PAG: 1
12 - Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SE/TRADES				
120002 - Assessoria Técnica - ASTEC				
Valores em R\$ 1,00				
PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
08 122 032 2001	3.3.90.36	000	55.000	
08 244 006 2263	3.3.90.30	000		55.000
TOTAL			55.000	55.000

DECRETO Nº 14.159 de 20 de fevereiro de 2003

Regulamenta o Código 5.0 da Tabela de Receita n. II, anexa à Lei n. 4.279, de 28 de dezembro de 1990, alterada pela Lei n. 6.250, de 27 de dezembro de 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 52 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A :

Art. 1º - A micro empresa e a empresa de pequeno porte só poderão

aplicar sobre a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a alíquota prevista no código 5.0 da Tabela de Receita n. II, anexa à Lei n. 4.279/90, alterada pela Lei n. 6.250/2002, quando atenderem às seguintes condições:

I - forem inscritas no Cadastro Geral de Atividades (CGA) do Município e estiverem em situação ativo/regular;

II - forem localizadas, ou vierem a localizar-se, em logradouro integrante da Região Administrativa I (RA - I), constante do Anexo Único deste Decreto;

III - enquadrarem-se nas condições previstas no Decreto n. 13.615 de 14 de maio de 2002.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se ao estabelecimento prestador de serviços, seja matriz, filial ou congênere.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 2003.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 20 de fevereiro de 2003.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

RAYMUNDO CARLOS NERY FILHO
Secretário Municipal do Governo,
em exercício

MANOELITO DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

Decreto nº 14.159 de 20 de fevereiro de 2003

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS TRECHOS DOS LOGRADOUROS DA RA-I EM PROCESSO DE DETERIORAÇÃO

LOG. N.	Nome do Logradouro	LOG. N.	Nome do logradouro - Início	LOG. N.	Nome do logradouro - Término
00069	Rua Álvares Cabral	01555	Rua dos Ourives	00504	Rua Conde D'Eu
00074	Rua do Carro	01208	Largo do Campo da Pólvora	01391	Praça de Santana
00130	Rua Areal de Balxo	00383	Rua Areal de Cima	02888	Praça General Inocêncio Galvão
00139	Travessa Aquino Gaspar	01457	Rua do Sodré	00139	Travessa Aquino Gaspar
00148	Praça Conde dos Arcos	00504	Rua Conde D'Eu	00652	Rua Francisco Camerino
00152	Rua da Argentina	01051	Rua Miguel Calmon	00645	Avenida da França
00160	Ladeira da Barroquinha	01434	Avenida Sete de Setembro	01345	Largo da Barroquinha
00182	Rua Augusto França	02888	Praça General Inocêncio Galvão	00685	Ladeira do Gabriel
00242	Rua da Bélgica	00405	Praça Visconde de Cayru	00645	Avenida da França
00276	Travessa da Ajuda	00419	Rua Chile	01508	Rua da Ajuda
00350	Rua do Julião	01229	Rua do Pilar	00504	Rua Conde D'Eu
00376	Largo do Mucambinho (Rua Carlos Gomes)	00376	Rua Carlos Gomes	00759	Rua do Cabeça
00383	Rua Areal de Cima	01457	Rua do Sodré	02888	Praça General Inocêncio Galvão
00419	Rua Chile	01509	Praça Thomé de Souza	00395	Praça Castro Alves
00439	Rua da Conceição	00968	Ladeira da Conceição da Praia	00514	Ladeira da Preguiça
00462	Rua da Faisca	00795	Largo do Dois de Julho	00376	Rua Carlos Gomes
00476	Rua Cruz Machado	00504	Rua Conde D'Eu	00652	Rua Francisco Camerino
00494	Rua Conselheiro Dantas	01233	Rua Pinto Martins	01248	Rua da Polônia
00497	Rua Democrata	11375	Travessa Democrata	00497	Rua Democrata
00501	Praça Marechal Deodoro	01514	Rua Torquato Bahia	00676	Avenida Jequitaita
00504	Rua Conde D'Eu	00350	Rua do Julião	01404	Rua Conselheiro Saraiva
00512	Rua Dlogo Dias	00476	Rua Cruz Machado	00148	Praça Conde dos Arcos
00514	Ladeira da Preguiça	01457	Rua do Sodré	00995	Rua Manoel Vitorino
00567	Rua da Espanha	00676	Avenida Jequitaita	00645	Avenida da França
00575	Avenida Estados Unidos	00242	Rua da Bélgica	06088	Rua da Suécia
00589	Travessa Evaristo da Veiga	00752	Beco do Mingau	00759	Rua do Cabeça

00611	Rua Fernão Cardim	00350	Rua do Julião	00148	Praça Conde dos Arcos
00645	Avenida da França	00242	Rua da Bélgica	06088	Rua da Suécia
00652	Rua Francisco Camerino	00148	Praça Conde dos Arcos	00350	Rua do Julião
00656	Rua Francisco Gonçalves	00494	Rua Conselheiro Dantas	00905	Rua Conselheiro Lafayette
00665	Rua de São Francisco	00891	Rua do Tira Chapéu	01318	Ladeira da Praça
00671	Rua Frederico de Castro Rebelo	01255	Rua Portugal	00941	Rua do Corpo Santo
00676	Avenida Jequitia	00772	Rua da Holanda	01233	Rua Pinto Martins
00685	Ladeira do Gabriel	02888	Praça General Inocêncio Galvão	00212	Avenida Lafayette Coutinho
00687	Ladeira dos Afritos	00685	Ladeira do Gabriel	01742	Praça Mirante dos Afritos
00744	Rua da Grécia	00645	Avenida da França	01051	Rua Miguel Calmon
00752	Beco do Mingau	01457	Rua do Sodré	00383	Rua Areal de Cima
00756	Rua Guindaste dos Padres	00773	Ladeira da Montanha	00656	Rua Francisco Gonçalves
00759	Rua do Cabeça	00376	Rua Carlos Gomes	00795	Largo Dois de Julho
00772	Rua da Holanda	00148	Praça Conde dos Arcos	00645	Avenida da França
00773	Ladeira da Montanha	00756	Rua Guindaste dos Padres	00376	Rua Carlos Gomes
00791	Ladeira da Independência	00897	Rua da Fonte do Gravatá	00896	Rua Junqueira Freire
00793	Praça da Inglaterra	00645	Avenida da França	01051	Rua Miguel Calmon
00795	Largo Dois de Julho	00759	Rua do Cabeça	00462	Rua do Faisca
00846	Rua São João	00671	Rua Frederico de Castro Rebelo	01233	Rua Pinto Martins
00850	Rua da Jaqueira do União	11375	Travessa Democrata	01038	Rua Visconde de Mauá
00872	Rua José Gonçalves	01318	Ladeira da Praça	00751	Rua Guedes de Brito
00875	Avenida José Joaquim Seabra	04930	Avenida Presidente Castelo Branco	00160	Ladeira da Barroquinha
00881	Rua José Pires de Albuquerque	00905	Rua Conselheiro Lafayette	00069	Rua Alvares Cabral
00891	Rua do Tira Chapéu	00419	Rua Chile	00875	Av. José Joaquim Seabra
00892	Rua dos Algebebes	01233	Rua Pinto Martins	01555	Rua dos Ourives
00905	Rua Conselheiro Lafayette	00656	Rua Francisco Gonçalves	00504	Rua Conde D'Eu
00913	Rua Lauro Muller	00941	Rua do Corpo Santo	01051	Rua Miguel Calmon
00941	Rua do Corpo Santo	00405	Praça Visconde de Cayru	01233	Rua Pinto Martins
00958	Rua Luiz Murat	00514	Ladeira da Preguiça	0212	Avenida Lafayette Coutinho
00968	Ladeira da Conceição da Praia	01000	Rua da Conceição da Praia	00773	Ladeira da Montanha
00995	Rua Manoel Vitorino	00514	Ladeira da Preguiça	00968	Ladeira da Conceição da Praia
01000	Rua da Conceição da Praia	00405	Praça Visconde de Cayru	00968	Ladeira da Conceição da Praia
01038	Rua Visconde de Mauá	00514	Ladeira da Preguiça	00497	Rua Democrata
01051	Rua Miguel Calmon	00242	Rua da Bélgica	01248	Rua da Polônia
01068	Ladeira de Santana	01391	Praça de Santana	00875	Av. José Joaquim Seabra
01095	Ladeira Misericórdia	01064	Rua da Misericórdia	00773	Ladeira da Montanha
01097	Rua da Noruega	00676	Avenida Jequitia	00645	Av. da França
01198	Rua da Força	00376	Rua Carlos Gomes	00795	Largo Dois de Julho
01206	Rua Pedro Rodrigues Bandeira	00905	Rua Conselheiro Lafayette	00494	Rua Conselheiro Dantas
01208	Largo do Campo da Pólvora	00822	Av. Joana Angélica	00822	Av. Joana Angélica
01227	Caminho Novo do Tabuão	01440	Rua do Tabuão	00350	Rua do Julião
01233	Rua Pinto Martins	00773	Ladeira da Montanha	01051	Rua Miguel Calmon
01248	Rua da Polônia	01404	Rua Conselheiro Saraiva	00645	Avenida da França
01255	Rua Portugal	00242	Rua da Bélgica	01233	Rua Pinto Martins
01312	Rua Riachuelo	00772	Rua da Holanda	01514	Rua Torquato Bahia
01318	Ladeira da Praça	00875	Avenida José Joaquim Seabra	00665	Rua de São Francisco
01354	Rua Rodrigues Alves	01555	Rua dos Ourives	00504	Rua Conde D'Eu
01364	Rua Visconde do Rosário	00941	Rua do Corpo Santo	01051	Rua Miguel Calmon
01367	Rua Ruy Barbosa	00395	Praça Castro Alves	01318	Ladeira da Praça
01397	Rua Santos Dumont	00405	Praça Visconde de Cayru	01233	Rua Pinto Martins
01404	Rua Conselheiro Saraiva	01233	Rua Pinto Martins	00504	Rua Conde D'Eu
01440	Rua do Tabuão	00868	Largo do Pelourinho	00350	Rua do Julião

01457	Rua do Sodré	01166	Praça Almirante Paula Guimarães	00759	Rua do Cabeça
01501	Rua Santa Theresa	00376	Rua Carlos Gomes	01457	Rua do Sodré
01508	Rua da Ajuda	01559	Rua do Tesouro	01318	Ladeira da Praça
01514	Rua Torquato Bahia	00652	Rua Francisco Camerino	00676	Avenida Jequitaita
01552	Praça dos Veteranos	00875	Av. José Joaquim Seabra	01318	Ladeira da Praça
01555	Rua dos Ourives	00756	Rua Guindaste dos Padres	01051	Rua Miguel Calmon
01559	Rua do Tesouro	00419	Rua Chile	00891	Rua do Tira Chapéu
01580	Rua das Vassouras	00419	Rua Chile	01367	Rua Ruy Barbosa
01598	Rua do Tingui	01208	Largo do Campo da Pólvora	01391	Praça de Santana
01704	Travessa do Gabriel	00462	Rua da Faisca	00182	Rua Augusto França
02116	Rua Prof. Anfrísia Santiago	00852	Ladeira da Fonte das Pedras	02487	Rua Prof. Hugo Baltazar da Silveira
02487	Rua Prof. Hugo Baltazar da Silveira	00166	Rua Arquimedes Gonçalves	00166	Rua Arquimedes Gonçalves
02726	Rua Alfredo Henrique de Azevedo	00676	Avenida Jequitaita	01229	Rua do Pilar
02888	Praça General Inocêncio Galvão	00795	Largo Dois de Julho	00497	Rua Democrata
03649	Praça Riachuelo	01248	Rua da Polônia	01248	Rua da Polônia
06088	Rua da Suécia	00676	Avenida Jequitaita	00645	Avenida da França
07207	Rua do Gravatá	01552	Praça dos Veteranos	00791	Ladeira da Independência
07457	Travessa do Pilar	01229	Rua do Pilar	13204	Acesso para Túnel Américo Simas - D
13198	Travessa do Cais do Ouro	01229	Rua do Pilar	00501	Praça Marechal Deodoro
13204	Acesso para Túnel Américo Simas - D	00575	Avenida Estados Unidos	06088	Rua Da Suécia
13270	Travessa do Ministério	00676	Avenida Jequitaita	13270	Travessa do Ministério

Decreto Nº 14.150 de 17 de fevereiro de 2003

Republicado por ter saído com incorreções.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços, na conformidade do art. 15, § 3º, da Lei 8.666/93, combinado com o Art. 11 da Lei 10.520/2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - O Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15, inciso II, § 3º da Lei 8.666/93, tem por finalidade selecionar e cadastrar os preços que poderão ser utilizados em contratos futuros de serviço, locação e aquisição de bens, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Município do Salvador.

Parágrafo único - Para os efeitos deste decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, locação e aquisição de bens, para contratações futuras.

II - Termo de Compromisso de Fornecedor - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para a futura contratação, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração Municipal, onde se registram preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento do Termo de Compromisso de Fornecedor;

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra o Termo de Compromisso do Registro de Preços.

CAPÍTULO II DO PROCESSAMENTO

Art. 2º - O Registro de Preços será realizado através de licitação na modalidade concorrência ou pregão, por meio eletrônico, precedida de ampla pesquisa de mercado, realizada pela Secretaria Municipal da Administração ou pela entidade contratada para essa finalidade.

§1º - Excepcionalmente, poderá ser adotado, na modalidade concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado.

§2º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda:

I- consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de racionalização;

II- promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

III- realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à aceitabilidade dos preços ofertados nas licitações;

IV- realizar o procedimento licitatório, e os atos dele decorrentes tais como: assinatura do Termo de Compromisso de Fornecedor e Ata.

V - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no Termo de Compromisso de Fornecedor;

VI- realizar, quando necessário, reuniões com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP.

§3º - O órgão interessado em participar do Sistema de Registro de Preços deverá encaminhar ao órgão gerenciador, estimativa de consumo, cronograma de contratação, especificações ou projeto básico, adequando-se ao registro de preços do qual pretende fazer parte, nos termos da Lei 8.666/93, devendo ainda:

I- garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para a inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II- tomar conhecimento do Termo de Compromisso de Fornecedor, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quanto ao seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório, e

III- informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmado no Termo de Compromisso de Fornecedor, as divergências relativas à entrega de material ou à prestação de serviços.

Artigo 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal, na Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município - SUCOM, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na forma indicada no anexo a este Decreto.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da abertura do presente Crédito Adicional Suplementar, correrão por conta dos recursos oriundos do Superavit Financeiro apurado nos termos do Inciso I do § 1º e do § 2º, do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme o Ofício GERAFO nº 299/2002 - SUCOM.

Artigo 3º - A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Controladoria Geral do Município, deverão fazer as anotações das modificações resultantes do presente ato.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 21 de novembro de 2002.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

MANOELITO SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

MANOEL RAYMUNDO GARCIA LORENZO
Secretário Municipal do Planejamento,
Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº. 14.012 /02

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR		CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		PAG:001	
PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	PONTE	SUPLEMENTACAO	ANULACAO	
1500 - SBC.M.PLAN.,URB.MEIO A.-SEPLAN					Valores em R\$ 1,00
1557 - SUP.DE CONT.ORD. DO SOLO-SUCOM					
15.122.035.2362	3.1.90.11	1 040	400.000		
TOTAL			400.000		

ANEXO AO DECRETO Nº 14.013 /2002

SECRETARIA/ÓRGÃO: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

U.O.	PROGRAMAÇÃO		APROVADO			ALTERADO		
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
06.71	28.846.901.2083	Operações Especiais - Atendimento de Sentenças Judiciais-	-	-	-	426	-	426
TOTAL GERAL			3.076	-	3.076	3.502	-	3.502

Decreto Nº 14.014 de 21 de novembro de 2002

Regulamenta o art. 8º da Lei n. 6.064, de 27 de dezembro de 2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 52 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Para aplicação do benefício da isenção de tributos prevista no art. 8º da Lei nº 6.064, de 27 de dezembro de 2001, são considerados:

I - empreendimentos hoteleiros, os destinados à prestação de serviços de hospedagem temporária que ofereçam ao hóspede, no mínimo, quarto, banheiro, alimentação, acesso e circulação comuns, tais como:

- hotel;
- pousada;
- pensão;
- alojamento, dormitório ou albergue; e
- hospedaria;

DECRETO Nº 14.013 de 21 de novembro de 2002

Altera o Plano de Aplicação Bimestral - PAB da Secretaria Municipal da Administração e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 99 da Lei 2.184 de 07 de janeiro de 1969 e art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, combinado com o Decreto nº 13.985, de 07 de novembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado, para o 6º bimestre do exercício de 2002, o Plano de Aplicação Bimestral - PAB, da Secretaria Municipal da Administração, relativamente à Atividade constante do Anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de novembro de 2002.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 21 de novembro de 2002.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER
Secretário Municipal de Governo

MANOELITO SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

MARLÚCIO CERQUEIRA S. PALMEIRA
Secretário Municipal da Administração

II - empreendimentos educacionais, os destinados:

- ao ensino pré-escolar: maternal, jardim de infância;
- ao ensino fundamental (níveis I e II);
- ao ensino médio, de formação geral, profissionalizante ou técnico;
- ao ensino superior e extensão universitária;
- à educação especial para educandos com necessidades especiais;
- à formação de religiosos;
- à prefeitura de campo universitário;
- à reitoria de universidade;
- a creche;
- os congêneres aos constantes das alíneas "a" a "i";
- a cursos técnicos e profissionalizantes, de formação permanente, tais como:
 - auto-escola;
 - artes e ofícios;

3. idiomas;
4. informática;
5. de instrumentos musicais;
6. preparatório para exames: supletivo, vestibular, formação de oficiais e concursos em geral;
7. prendas domésticas tais como: corte e costura, arte culinária;
8. datilografia e digitação;
9. aprendizagem e treinamento gerencial e profissional;
10. dança, ballet, música, artes cênicas, escultura, desenho, artesanato e esportes em geral; e
11. congêneres aos constantes dos itens 1 a 10.

III - empreendimentos relativos a outros espaços culturais, além de livrarias, teatros e cinema, destinados a:

- a) comércio varejista de:
 1. artesanato e lembranças;
 2. objetos de arte;
 3. antiguidades;
- b) estúdio cinematográfico e de gravações musicais;
- c) projeção de filmes;
- d) companhias de teatro e artísticas;
- e) produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais;
- f) restauração de obras de arte;
- g) exploração de salas de espetáculos;
- h) galeria de artes;
- i) biblioteca;
- j) museu;
- k) cinemateca;
- l) pinacoteca;
- m) planetário;
- n) escritório e oficina de conservação e restauração de móveis e imóveis históricos, exclusivamente; e
- o) congêneres aos constantes das alíneas "a" a "n".

Art. 2º. Para o gozo das isenções previstas nos incisos I a IV do art. 8º da Lei n. 6.064/2001, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - em relação a unidade imobiliária:

- a) estar localizada em trecho de logradouro constante do Anexo Único deste Decreto;
- b) estar inscrita no cadastro imobiliário e em situação regular relativamente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e à Taxa de Limpeza Pública (TL);

- c) ser utilizada para o funcionamento de empreendimento previsto neste Decreto, conforme Alvará de Licença de Localização e Funcionamento;
- d) em se tratando de imóvel cuja propriedade, domínio útil ou posse definitiva seja do próprio empreendedor inscrito no Cadastro Geral de Atividades (CGA), deverá ser apresentado o respectivo título aquisitivo;
- e) em se tratando de imóvel locado, além do título aquisitivo, deverão ser apresentados o Contrato de Locação celebrado com o empreendedor e a comprovação de que o mesmo está inscrito no CGA e utiliza o imóvel para o exercício de atividade prevista neste Decreto;

II - em relação à pessoa jurídica responsável pela construção ou reforma de unidade imobiliária que se enquadre nas condições estabelecidas nas alíneas "a" a "e" do inciso I:

- a) estar inscrita no CGA do Município e em situação ativo/regular;
- b) estar em situação regular em relação aos tributos municipais;

III - em relação ao estabelecimento empreendedor:

- a) estar inscrito no CGA em situação ativo/regular;
- b) estar localizado em trecho de logradouro constante do Anexo Único deste Decreto;
- c) estar em situação regular relativamente aos tributos municipais.

§ 1º. A isenção do IPTU só produzirá efeitos a partir do exercício seguinte à aquisição da propriedade, do domínio útil, da posse definitiva ou da locação da unidade imobiliária e da expedição do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento de atividade prevista neste Decreto na mesma unidade imobiliária.

§ 2º. Para efeito da continuidade da isenção do IPTU nos exercícios seguintes, o beneficiário deverá informar, por escrito, ao órgão da SEFAZ responsável pelo seu lançamento, até o mês de outubro do exercício antecedente, que não houve, nem haverá, alteração das condições que ensejaram o gozo do benefício ou quais as que foram alteradas, caso tenha havido alguma modificação, juntando, nesse caso, os elementos comprobatórios, nos termos do art. 2º.

§ 3º. A inobservância do disposto no § 2º ensejará o lançamento e a exigibilidade total do imposto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 21 de novembro de 2002.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER
Secretário Municipal de Governo

MANOELITO DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

MANOEL RAYMUNDO GARCIA LORENZO
Secretário Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS TRECHOS DOS LOGRADOUROS DA RA-I EM PROCESSO DE DETERIORAÇÃO

LOG. N.	Nome do Logradouro	LOG. N°	Nome do logradouro - Início	LOG. N.	Nome do logradouro - Término
00069	Rua Álvares Cabral	01555	Rua dos Ourives	00504	Rua Conde D'Eu
00130	Rua Areal de Baixo	00383	Rua Real de Cima	02888	Praça General Inocêncio Galvão
00139	Travessa Aquino Gaspar	01457	Rua do Sodré	00139	Travessa Aquino Gaspar
00148	Praça Conde dos Arcos	00504	Rua Conde D'Eu	00652	Rua Francisco Camerino
00152	Rua da Argentina	01051	Rua Miguel Calmon	00645	Avenida da França
00160	Ladeira da Barroquinha	01434	Avenida Sete de Setembro	01345	Largo da Barroquinha
00182	Rua Augusto França	02888	Praça General Inocêncio Galvão	00685	Ladeira do Gabriel
00242	Rua da Bélgica	00405	Praça Visconde de Cayru	00645	Avenida da França
00350	Rua do Julião	01229	Rua do Pilar	00504	Rua Conde D'Eu
00376	Rua Carlos Gomes (Largo do Mucambinho)	00376	Rua Carlos Gomes	00759	Rua do Cabeça
00383	Rua Areal de Cima	01457	Rua do Sodré	02888	Praça General Inocêncio Galvão
00439	Rua da Conceição	00968	Ladeira da Conceição da Praia	00514	Ladeira da Pregoira
00462	Rua da Faisca	00795	Largo do Dois de Julho	00376	Rua Carlos Gomes

Salvador, 22 de novembro de 2002

00476	Rua Cruz Machado	00504	Rua Conde D'Eu	00652	Rua Francisco Camerino
00497	Rua Democrata	11375	Travessa Democrata	00497	Rua Democrata
00501	Praça Marechal Deodoro	01514	Rua Torquato Bahia	00676	Avenida Jequitaiá
00512	Rua Diogo Dias	00476	Rua Cruz Machado	00148	Praça Conde dos Arcos
00514	Ladeira da Preguiça	01457	Rua do Sodré	00995	Rua Manoel Vitorino
00567	Rua da Espanha	00676	Avenida Jequitaiá	00645	Avenida da França
00575	Avenida Estados Unidos	00242	Rua da Bélgica	06088	Rua da Suécia
00589	Travessa Evaristo da Veiga	00752	Beco do Mingau	00759	Rua do Cabeça
00611	Rua Fernão Cardim	00350	Rua do Julião	00148	Praça Conde dos Arcos
00645	Avenida da França	00242	Rua da Bélgica	06088	Rua da Suécia
00652	Rua Francisco Camerino	00148	Praça Conde dos Arcos	00350	Rua do Julião
00656	Rua Francisco Gonçalves	00494	Rua Conselheiro Dantas	00905	Rua Conselheiro Lafayette
00665	Rua de São Francisco	00891	Rua do Tira Chapéu	01318	Ladeira da Praça
00671	Rua Frederico de Castro Rebelo	01255	Rua Portugal	00941	Rua do Corpo Santo
00676	Avenida Jequitaiá	00772	Rua da Holanda	01233	Rua Pinto Martins
00685	Ladeira do Gabriel	02888	Praça Inocêncio Galvão	00212	Avenida Lafayette Coutinho
00687	Ladeira dos Afritos	00685	Ladeira do Gabriel	01742	Praça Mirante dos Afritos
00744	Rua da Grécia	00645	Avenida da França	01051	Rua Miguel Calmon
00752	Beco do Mingau	01457	Rua do Sodré	00383	Rua Areal de Cima
00756	Rua Guindaste dos Padres	00773	Ladeira da Montanha	00656	Rua Francisco Gonçalves
00759	Rua do Guindaste	00376	Rua Carlos Gomes	00795	Largo Dois de Julho
00772	Rua da Holanda	00148	Praça Conde dos Arcos	00645	Avenida da França
00773	Ladeira da Montanha	00756	Praça Guindaste dos Padres	00376	Rua Carlos Gomes
00791	Ladeira da Independência	00897	Rua da Fonte do Gravatá	00896	Rua Junqueira Freire
00793	Praça da Inglaterra	00645	Avenida da França	01051	Rua Miguel Calmon
00795	Largo Dois de Julho	00759	Rua do Cabeça	00462	Rua do Faisca
00846	Rua São João	00671	Rua Frederico de Castro Rabelo	01233	Rua Pinto Martins
00850	Rua da Jaqueira do União	11375	Travessa Democrata	01038	Rua Visconde de Mauá
00875	Avenida José Joaquim Seabra	04930	Avenida Presidente Castelo Branco	01345	Ladeira da Barroquinha
00881	Rua José Pires de Albuquerque	00905	Rua Conselheiro Lafayette	00069	Rua Alvares Cabral
00892	Rua dos Algiebes	01233	Rua Pinto Martins	01555	Rua dos Ourives
00905	Rua Conselheiro Lafayette	00656	Rua Francisco Gonçalves	00504	Rua Conde D'Eu
00913	Rua Lauro Muller	00941	Rua do Corpo Santo	01051	Rua Miguel Calmon
00941	Rua do Corpo Santo	00405	Praça Visconde de Cayru	01233	Rua Pinto Martins
00958	Rua Luiz Murat	00514	Ladeira da Preguiça	0212	Avenida Lafayette Coutinho
00968	Ladeira da Conceição da Praia	01000	Rua da Conceição da Praia	00773	Ladeira da Montanha
00995	Rua Manoel Vitorino	00514	Ladeira da Preguiça	00968	Ladeira da Conceição da Praia
01000	Rua da Conceição da Praia	00405	Praça Visconde de Cayru	00968	Ladeira da Conceição da Praia
01038	Rua Visconde de Mauá	00514	Ladeira da Preguiça	00497	Rua Democrata
01051	Rua Miguel Calmon	00242	Rua da Bélgica	01248	Rua da Polônia
01095	Ladeira Misericórdia	01064	Rua da Misericórdia	00773	Ladeira da Montanha
01198	Rua da Força	00376	Rua Carlos Gomes	00795	Largo Dois de Julho
01206	Rua Pedro Rodrigues Bandeira	00905	Rua Conselheiro Lafayette	00494	Rua Conselheiro Dantas
01227	Caminho Novo do Tabuão	01440	Rua do Tabuão	00350	Rua do Julião
01233	Rua Pinto Martins	00773	Ladeira da Montanha	01051	Rua Miguel Calmon
01248	Rua da Polônia	01404	Rua Conselheiro Saraiva	00645	Avenida da França
01255	Rua Portugal	00242	Rua da Bélgica	01233	Rua Pinto Martins
01312	Rua Riachuelo	00772	Rua da Holanda	01514	Rua Torquato Bahia
01318	Ladeira da Praça	00875	Avenida José Joaquim Seabra	00665	Rua de São Francisco
01354	Rua Rodrigues Alves	01555	Rua dos Ourives	00504	Rua Conde D'Eu
01364	Rua Visconde do Rosário	00941	Rua do Corpo Santo	01051	Rua Miguel Calmon
01367	Rua Ruy Barbosa	00395	Praça Castro Alves	01318	Ladeira da Praça
01397	Rua Santo Dumont	00405	Praça Visconde de Cayru	01233	Rua Pinto Martins
01404	Rua Conselheiro Saraiva	01233	Rua Pinto Martins	00504	Rua Conde D'Eu
01440	Rua do Tabuão	00868	Largo da Barroquinha	00350	Rua do Julião
01457	Rua do Sodré	01166	Praça Almirante Paula Guimarães	00759	Rua do Cabeça
01501	Rua Santa Thereza	00376	Rua Carlos Gomes	01457	Rua do Sodré
01514	Rua Torquato Bahia	00652	Rua Francisco Camerino	00676	Avenida Jequitaiá
01552	Praça dos Veteranos	00875	Av. José Joaquim Seabra	01318	Ladeira da Praça
01555	Rua dos Ourives	00756	Rua Guindaste dos Padres	01051	Rua Miguel Calmon
01559	Rua do Tesouro	00419	Rua Chile	00891	Rua do Tira Chapéu
01704	Travessa Gabriel	00462	Rua do Faisca	00182	Rua Augusto França
02726	Rua Alfredo Henrique de Azevedo	00676	Avenida Jequitaiá	01229	Rua do Pilar
02888	Praça General Inocêncio Galvão	00795	Largo Dois de Julho	00497	Rua Democrata
03649	Praça Riachuelo	01248	Rua da Polônia	01248	Rua da Polônia
06088	Rua da Suécia	00676	Avenida Jequitaiá	00645	Avenida da França
07207	Rua do Gravatá	01552	Praça dos Veteranos	00791	Ladeira da Independência
07457	Travessa do Pilar	01229	Rua do Pilar	13204	Acesso para Túnel Américo Simas - D
13198	Travessa do Cais do Ouro	01229	Rua do Pilar	00501	Praça Marechal Deodoro
13204	Acesso para o Túnel Américo Simas - D	00575	Avenida Estados Unidos	06088	Rua da Suécia
13270	Travessa do Ministério	00676	Avenida Jequitaiá	13270	Travessa do Ministério

DECRETO Nr. 14.009/2002

ANEXO II

PLANO DE APLICACAO BIMESTRAL (PAB)
6. BIMESTRE - 2002

80 - BNC. GBRAIS DO MUNICIPIO-BGM

EM R\$ 1.000

I I I I I I	PROGRAMACAO	I I I I I I	PONTES DE RECURSOS	I I I I I I	OUTRAS I I I I I I	TOTAL

8003	I 04.123.038.1381	I PARTICIPACAO EM CONSTIT.OU AU	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I
				400	I	400
8003	I 04.123.045.2381	I ENCARGOS DE EXERCICIOS ANTERIO I	I	I	I	I
I	I	I RES	I	900	I	900
8003	I 28.846.903.2382	I OPERACOES ESPECIAIS-INDENIZA I	I	I	I	I
I	I	I COBS E RESSTITUICOES DIVERSAS	I	1.100	I	1.100
8003	I 12.361.904.2384	I OPERACOES ESPECIAIS-INTEGRALI I	I	I	I	I
I	I	I BACAO DO FOMDEP	I	7.200	I	7.200
8003	I 04.123.045.2385	I ENCARGOS DECORRENTES DA EXTIN I	I	I	I	I
I	I	I CAO DE EMPRESAS	I	900	I	900

8003	I	28.846.901.2386	I	OPERACOES ESPECIAIS - ATENDI	I	I	I		
	I		I	MENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	I	2.500	I	I	2.500
8004	I	04.122.045.2391	I	ENCARGOS COM VALE REPRICAO	I	850	I	I	850
8004	I	04.122.045.2392	I	ENCARGOS DIVERSOS DA PMS	I	5.511	I	I	5.511
8004	I	04.122.045.2393	I	GERENCIAMENTO DA PROTA DA PMS	I	1.125	I	I	1.125
8004	I	04.122.045.2394	I	ENCARGOS COM VALE TRANSPORTE	I	1.000	I	I	1.000
8004	I	04.122.045.2396	I	MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA DA I	I	I	I	I	
	I		I	PMS	I	100	I	120	220
	I		I	TOTAL DO ORGAO:	I	21.586	I	120	21.706
	I		I	TOTAL GERAL:	I	21.586	I	120	21.706

* Republicado por ter sido publicado com incorrecao no DOM n. 3.340 de 21/11/02.

(Inscrição no CGA sob o nº 204.408/001-40)

Salvador, 21 de Novembro de 2002.


JOSÉ HAMILTON LAGE SOARES
 Subsecretário Municipal da Fazenda

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
CONSELHO PLENO

PAUTA PARA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 de dezembro de 2002
 ÀS 11:00 NA RUA DO TIRA CHAPÉU, Nº 06, ED. N. SA. D'AJUDA, - CENTRO, 1º ANO

REPRESENTANTE PGMS: DR REYNALDO BOAVENTURA DE MOUR


DR. GRACILIANO BONFIM

DR. KÁTIA JUSSANE DANTAS

DRA. MANOELZITA R DE O SIQUEIRA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 43140U - 1998 - ISS
 RECORRENTE: TACOM ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.
 AUTUANTES: CARLOS ALBERTO GONCALVES E OUTROS
 RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
 RELATOR: EDUARDO C. GONÇALVES BRAGA
 ADVOGADO: MANOEL F. C. FILHO E OUTROS

Salvador, 21 de novembro de 2002


MARIA ÂNGELA T. A. PRESIDIO
 PRESIDENTE

Secretaria Municipal da Fazenda — SEFAZ

DESPACHOS FINAIS DO ILMº. SR. SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.
 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA - PORTARIA Nº 093/01.

DEFIRO

Assunto: IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2002, ACOLHENDO OUTROSSIM, O BENEFÍCIO DA NÃO-INCIDÊNCIA DA TAXA DE LIXO - TL.

Processo n.º: 014298/2002
 Interessado: IGREJA EVANGÉLICA DO ESPÍRITO SANTO
 (Inscrição Municipal nº 558.372-1)

Assunto: IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU, RETROATIVA AO EXERCÍCIO DE 1997, ACOLHENDO OUTROSSIM, O BENEFÍCIO DA NÃO-INCIDÊNCIA DA TAXA DE LIXO - TL.

Processo n.º: 008857/1995
 Interessado: LAR DA CRIANÇA
 (Inscrição Municipal nº 196.602-2)

INDEFIRO

Assunto: IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU.

Processo n.º: 017783/2002
 Interessado: ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PETROBRÁS E DEMAIS EMPRESAS EXTRATIVAS, PETROQUÍMICAS E DE REFINAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - ASTAPE
 (Inscrição Municipal nº 155.607-0)

Salvador, 20 de Novembro de 2002.


JOSÉ HAMILTON LAGE SOARES
 Subsecretário Municipal da Fazenda

DESPACHOS FINAIS DO ILMº. SR. SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.
 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA - PORTARIA Nº 093/01.

DEFIRO

Assunto: CANCELAMENTO DO REGIME ESPECIAL PARA CONFECÇÃO E ESCRITURAÇÃO DE LIVRO DO REGISTRO DO ISSQN, ATRAVÉS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO, CONCEDIDO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 04327/1999.

Processo n.º: 027208/2002
 Interessado: AGMN CONSULTORIA PUBLICIDADE E REPRESENTAÇÃO LTDA
 (Inscrição no CGA sob o nº 085.575/001-40)

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA USO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL PARA OPERAÇÕES SUJEITAS À INCIDÊNCIA DO ICMS E DO ISSQN, EM SUBSTITUIÇÃO À EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS.

Processo n.º: 018609/2002
 Interessado: ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Secretaria Municipal da Administração — SEAD

PORTARIA N.º 541/2002

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de competência delegada pelo Decreto n.º 11.944/98, publicado no DOM de 16.03.1998 e tendo em vista o que consta do Processo 3647/2002 SMEC, resolve conceder aposentadoria a MARIZA BRITTO, matriculada n.º 0017698-2, Professor, nível 01, classe A, referência J, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com fundamento no artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a", c/c o parágrafo 5º do mesmo artigo da Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional n.º 20/98, cabendo ao Instituto de Previdência de Salvador a fixação de sua renda mensal na inatividade, na forma da Lei Complementar n.º 05 de 06 de julho de 1992.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
 em 19 de novembro de 2002.


MARLÚCIO CERQUEIRA SOARES PALMEIRA
 Secretário

Secretaria Municipal da Educação e Cultura — SMEC

PORTARIA Nº 371/2002

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e

Salvador, 22 de novembro de 2002

LEI Nº 6.063/2001

Considera de Utilidade Pública Municipal o Centro de Voluntários - Bahia.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA,

BAHIA,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública Municipal o Centro de Voluntários - Bahia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 27 de dezembro de 2001.

ANTÔNIO IMBASSAHY
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER
Secretário Municipal do Governo

MARLÚCIO CERQUEIRA SOARES PALMEIRA
Secretário Municipal da Administração

MANOELITO SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 6.064/2001

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.279, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador) e alterações posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA,

BAHIA,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os dispositivos abaixo especificados da Lei nº 4.279, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador), passam a vigorar com a redação seguinte:

Art. 2º Para os efeitos da legislação tributária municipal, consideram-se sujeitos passivos de obrigações tributárias:

I - as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, que exerçam atividade no Município, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital;

IV - os consórcios de empresas e os condomínios residenciais e não residenciais;

V - os profissionais autônomos.

§ 1º - Profissional autônomo é todo aquele que execute prestação de serviços em caráter pessoal e que tenha a seu serviço até 03 (três) empregados.

§ 2º - Não se considera como de caráter pessoal a prestação de serviços:

I - por profissional autônomo que utilize empregados da mesma qualificação profissional ou semelhante, ainda que de nível médio;

II - por firmas individuais.

Art. 3º -

§ 2º - O cadastro de atividades tem por objetivo a inscrição de todo sujeito passivo de obrigação tributária.

Art. 4º - Ficam obrigados a possuir inscrição no cadastro fiscal

do Município, de acordo com as formalidades estabelecidas em ato do Poder Executivo:

I - todas as unidades imobiliárias existentes no Município;

II - todo sujeito passivo de obrigação tributária sediado ou que exerça atividade no Município;

III - qualquer pessoa física ou jurídica que exerça, no Município, atividade de reduzido movimento econômico;

§ 1º - Todos os que possuírem inscrição no cadastro fiscal ficam obrigados a comunicar as alterações dos dados constantes da inscrição.

§ 2º - O prazo para inscrição no cadastro fiscal e para comunicação de alterações dos dados cadastrais é de 30 (trinta) dias contado do ato ou fato que as motivaram.

Art. 8º - Ao Chefe do Poder Executivo é facultado cassar a licença para o funcionamento de atividade, de qualquer natureza concedida a sujeito passivo de obrigação tributária, quando ficar apurado em processo administrativo ter o mesmo desrespeitado leis de ordem pública ou se tomado responsável por crime contra a economia popular em processo passado em julgado pelo Poder Judiciário.

Art. 10 - O Município poderá celebrar convênios com a União, os Estados ou outros Municípios visando a utilização recíproca de dados e elementos disponíveis nos respectivos cadastros.

Art. 21 - É permitido o parcelamento de crédito tributário relativo a exercícios anteriores, até o máximo de 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas ficando, a critério da administração, o parcelamento de crédito tributário do exercício em curso, quando apurado em notificação fiscal ou auto de infração, conforme dispuser ato do Poder Executivo.

§ 1º - Quando se tratar de parcelamento decorrente de transação a que se refere o inciso II, do art. 22 desta Lei, o número de parcelas poderá ser estendido até 96 (noventa e seis) parcelas, conforme dispuser ato do Poder Executivo.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar juros de financiamento até o limite de 1% (um por cento) ao mês, sobre cada parcela, acumulados mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento da primeira parcela.

Art. 22 -

IV - extinguir total ou parcialmente o crédito tributário, mediante dação em pagamento de imóveis, conforme definido em ato do Poder Executivo.

Art. 27 - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constringer ou auxiliar alguém na prática da infração e ainda os servidores municipais encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de notificar ou autuar o infrator, ressalvada a cobrança de crédito tributário considerado anti-econômico, definido em ato do Poder Executivo.

Art. 33 - Considera-se agravante a falta ou insuficiência no recolhimento de tributos quando o contribuinte:

Art. 38 -

I - 100% (cem por cento) se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias, a contar da intimação;

II - 80% (oitenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, a contar da intimação;

III - 60% (sessenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, após o prazo mencionado no inciso II e antes do julgamento administrativo;

IV - 40% (quarenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias após o julgamento administrativo, contados da ciência da decisão;

V - 20% (vinte por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, na fase de cobrança amigável da dívida ativa.

Art. 55 - A exigência da obrigação tributária principal ou a imposição de penalidades por descumprimento de obrigação acessória, resultantes da ação direta do servidor fiscal serão formalizadas em auto de infração.

Art. 66 - São definitivas as decisões das Juntas de Julgamento do Conselho Municipal de Contribuintes - CMC, esgotado o prazo regimental para os recursos previstos.

Art. 81 - O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) tem como fato gerador a prestação de serviços relacionados na Lista de Serviços anexa a esta Lei, pelos sujeitos passivos a que se refere o art. 2º, com ou sem estabelecimento fixo.

Parágrafo único - O imposto de que trata o caput do artigo não incide sobre o ato corporativo praticado por sociedade cooperativa.

Art. 82 - I - o do estabelecimento prestador, conforme disposto em ato do Poder Executivo.

IV - no caso do serviço a que se refere o item 99 da Lista de Serviços anexa a esta Lei o Município quando nele houver parcela da estrada ou ponte explorada.

Art. 83 - III - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96.

Art. 85 - § 7º - Na prestação do serviço a que se refere o item 99 da Lista de Serviços anexa a esta Lei o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão quando se tratar de ponte unindo este Município a outro.

§ 8º - A base de cálculo apurada nos termos do § 7º: I - é reduzida para 60% (sessenta por cento) do seu valor quando não houver posto de cobrança de pedágio neste Município;

II - é acrescida do complemento necessário à sua integralidade em relação à rodovia explorada quando houver posto de cobrança de pedágio neste Município.

§ 9º - Para efeito do disposto nos §§ 7º e 8º, considera rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Art. 94 - Consideram-se contribuintes distintos, para efeito de pagamento do imposto, os que, embora no mesmo local, com idêntico ramo de atividade ou não, pertencam a diferentes sujeitos passivos.

Art. 95 - Devem proceder a retenção do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), os seguintes responsáveis pelo seu pagamento, qualificados como substitutos tributários:

I - a) os sujeitos passivos a que se refere o art. 2º

§ 3º - Responde supletivamente pela obrigação tributária o contribuinte substituído que der causa a retenção e ao substituto quando:

I - omitir ou prestar declarações falsas;

II - falsificar ou alterar quaisquer documentos relativos à operação tributável;

III - seja-lhe concedida liminar em processo judicial que impeça a retenção do imposto na fonte, no período do impedimento.

Art. 96 - I - da prestação do serviço, para as atividades de prestação de serviços em geral;

IV - do recebimento do preço do serviço.

§ 1º - Para o profissional autônomo: I - na data do início da atividade, para o contribuinte que se inscrever no curso do exercício;

II - a primeiro de janeiro de cada exercício, para o contribuinte já inscrito

prestação dos serviços de educação pré-escolar, fundamental, superior.

Art. 104 - II - o motorista profissional que não seja proprietário de veículo e o proprietário de apenas um veículo de aluguel, por ele próprio dirigido.

Art. 122 - Parágrafo único - Nas transmissões a que se refere o inciso II, sobre a parte não financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação a alíquota será de 3% (três por cento).

Art. 131 - Serão obrigatoriamente inscritas no cadastro imobiliário todas as unidades imobiliárias existentes neste Município, ainda que sejam beneficiadas por imunidade, isenção ou não incidência do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Art. 138 - Parágrafo único - Havendo edificação no terreno a tributação será feita pelo logradouro de acesso principal definido pelo órgão municipal competente.

Art. 141 - § 1º - Considera-se zona urbana aquela definida em lei municipal desde que possua, os melhoramentos indicados em, pelo menos, dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo poder público.

Art. 143 - Parágrafo único - Na hipótese de lançamento de unidades imobiliárias edificadas em um mesmo terreno, os adquirentes das respectivas frações ideais responderão proporcionalmente pelo débito porventura existente ou que venha a ser administrativamente apurado.

Art. 147 - § 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer fatores de valorização e desvalorização em função de:

VI - valor venal apurado acima ou abaixo do valor de mercado.

§ 4º - Os fatores referidos nos incisos I, II e III do § 3º deste artigo não podem ser superiores a 20% (vinte por cento) do valor venal apurado na forma desta Lei.

Art. 172 - As infrações e penalidades previstas no art. 193 são aplicáveis, no que couber, a esta taxa.

Art. 192 - I - os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais;

II - as empresas públicas e sociedades de economia mista deste Município;

IV - os orçamentos, creches, abrigos e asilos pertencentes a entidade de assistência social, sem fins lucrativos, que não recebam contraprestação pelos serviços oferecidos.

Art. 193 - São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

I - no valor de 100% (cem por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a falta ou falhas das informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;

II - no valor de R\$135,40 (cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos):

a) o exercício de atividade por contribuinte de reduzido movimento econômico ou por profissional autônomo sem inscrição no cadastro de atividades;

b) a falta de pedido de baixa da inscrição, no caso de encerramento de atividade;

III - no valor de R\$564,15 (quinhentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos) o funcionamento de estabelecimento sem inscrição no cadastro de atividades;

IV - no valor de 200% (duzentos por cento) do tributo qualquer das situações previstas nos incisos I e II do art. 33.

Parágrafo único. Aplicam-se à taxa, no que couber, as disposições previstas no art. 103."

*Art. 216 -

III - pelo uso de bens do domínio municipal e de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo;"

*Art. 251-

§ 2º - Os Conselheiros exercerão o mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, apenas uma vez, observada a renovação de 2 (dois) representantes da Fazenda Municipal e de 2 (dois) representantes dos contribuintes, a critério da autoridade competente e atendido o disposto no § 1º deste artigo."

*Art. 252 -

Parágrafo único - Os membros das Juntas serão designados por um período de 2 (dois) anos, apenas uma vez, podendo ser reconduzidos; observada a renovação de 1/3 (um terço)."

*Art. 271 - Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá concorrer a fornecimento de materiais e serviços, vender diretamente ou participar de licitação para execução de obra pública sem que se ache quitado com a Fazenda Municipal, quanto a tributos e rendas a cujo pagamento esteja obrigado."

*Tabela de Receita n. II :

Código 6. Serviços descritos nos itens 1, 2 e 3 da Lista de Serviços anexa a esta Lei, quando prestados através de planos de saúde, de medicina de grupo ou de convênios3%

Código 10. Serviços de call center ou assemelhados cujos postos de trabalho da área operacional se encontrem instalados em logradouros integrantes da poligonal da Região Administrativa I (RA-I):

- até 750 postos 3%
- de 751 a 1.500 postos2%
- a partir de 1.501 postos1,5%

Código 11. Demais prestações de serviços de qualquer natureza constantes da Lista de Serviços anexa a esta Lei.5%

Notas: 1.

2. As alíquotas indicadas no Código 10 (dez) só se aplicam pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da publicação desta Lei."

*Tabela de Receita n. IV:

Nota:

2 - Quando se tratar de início de atividade a taxa será calculada proporcionalmente ao número de meses."

Art. 2º - Fica acrescentado o § 2º -A ao art. 38, o art. 168-A à Lei 4.279/90 e o item 99 à Lista de Serviços a ela anexa, com a seguinte redação:

* Art. 38 -

§ 2º -A - Os descontos previstos neste artigo não se aplicam quando a infração decorrer de obrigação tributária acessória ou falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS retido na fonte"

* Art. 168-A - São isentos da taxa:

I - os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais;

II - as empresas públicas e sociedades de economia mista deste Município;

III - os Templos de Qualquer culto"

*99 - Exploração de rodovia mediante cobrança de preços dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais."

Art. 3º - Serão extintos, total ou parcialmente, os créditos tributários decorrentes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Limpeza Pública (TL) incidentes sobre imóvel que venha a ser adquirido à massa falida, em hasta pública, atendidas as seguintes condições:

I - quando os recursos arrecadados pela massa falida sejam insuficientes para quitá-los, total ou parcialmente, obedecida a gradação legal;

II - quando os imóveis se destinem à implantação e funcionamento de indústria não poluente e de alta tecnologia, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data do registro da Carta de Arrematação no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Parágrafo único - O disposto no caput só se aplica aos créditos tributários constituídos até o exercício em que ocorra a arrematação do imóvel.

Art. 4º - Ficam extintos todos os créditos tributários relativos à Taxa de Licença de Localização e Funcionamento (TLF), à Taxa de Licença de Localização (TLL) e à Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) decorrentes de lançamento:

I - contra órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e Federais;

II - contra empresas públicas e sociedades de economia mista deste Município.

Art. 5º - Ficam isentas, na forma da Lei, do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) as unidades imobiliárias de propriedade das empresas públicas e das sociedades de economia mista deste Município, e extintos todos os créditos tributários decorrentes do lançamento desse tributo, bem como da Taxa de Limpeza Pública (TL), constituídos até a data da publicação desta Lei.

§ 1º - A isenção e a remissão previstas no caput do artigo estendem-se aos imóveis locados sob regime de comodato por órgão ou entidade do Município.

§ 2º - A remissão prevista no caput deste artigo se aplica aos imóveis locados por órgão ou entidade do Município.

Art. 6º - A aquisição, os serviços de construção e reforma de unidades imobiliárias e os imóveis arrendados situados em áreas em processo de deterioração, conforme definido em ato do Poder Executivo, localizadas dentro da poligonal das Regiões Administrativas I e II (RA - I e II) e financiados pelo Programa de Arrendamento Residencial - PAR ou similar, instituído pelo Governo Federal, ficam isentos dos seguintes tributos:

I - Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares - TLE;

II - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos - ITIV;

III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

IV - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

§ 1º - No caso do inciso III, a isenção restringir-se-á ao valor dos serviços custeados pelo financiamento.

§ 2º - No caso dos incisos II e IV, serão beneficiados pela isenção o adquirente da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel, bem como o titular da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel e o arrendatário.

Art. 7º - O valor do laudêmio pago em razão da aquisição do domínio útil de imóveis do Município situados em áreas em processo de deterioração, conforme definido em ato do Poder Executivo, localizadas dentro da poligonal das Regiões Administrativas I e II (RA-I e II) que se destinem a aplicação do Programa de Arrendamento Residencial - PAR, poderá ser restituído após a expedição do Alvará de Habite-se, mediante solicitação do interessado.

Art. 8º - A aquisição, os serviços de construção e reforma, a propriedade, o domínio útil ou a posse de unidades imobiliárias destinadas a empreendimentos hoteleiros, educacionais, livrarias, teatros, cinemas e outros espaços culturais, situados em áreas em processo de deterioração, conforme definidas em ato do Poder Executivo, localizadas dentro da poligonal da Região Administrativa I (RA-I), ficam isentos, na forma da lei, dos seguintes tributos:

I - Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares - TLE;

II - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

III - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos - ITIV;

IV - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1º - No caso do inciso III, a isenção só produzirá efeitos após a concessão do Alvará de Habite-se.

§ 2º - No caso do inciso IV, a base de cálculo do imposto será limitada ao valor venal do imóvel estabelecido para efeito do cálculo do IPTU.

Art. 9º - Fica isento do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos - ITIV, o servidor do Poder Legislativo Municipal, com mais de 02 (dois) anos de serviços prestados exclusivamente a este Município, em relação à aquisição do imóvel e que se destine à sua residência ou de sua família.

Parágrafo único - Somente gozará do benefício da isenção de que trata o artigo, o servidor que se encontrar quite com a Fazenda Municipal.

Art. 10 - Ficam, também, isentas do pagamento do Imposto sobre a transmissão de Bens Imóveis Inter - Vivos (ITIV):

I - as alienações e concessões de uso efetuadas pelo Município, em área declarada de interesse social para fins de habitação;

II - as alienações, por parte da Habitação e Urbanização da Bahia S/A - URBIS, em liquidação de imóveis residenciais que se encontrem em processo de regularização.

§ 1º - As isenções previstas no caput do artigo só se aplicam na hipótese de os concessionários ou adquirentes auferirem renda familiar de até 03 (três) salários mínimos por mês.

§ 2º - Perderá o benefício o concessionário ou adquirente que transferir a posse ou a propriedade do imóvel antes de completar 05 (cinco) anos de sua aquisição, ficando obrigado a recolher o imposto ao tesouro Municipal, atualizado monetariamente, na forma da lei, sem prejuízo do recolhimento do imposto relativo à nova transferência.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os seguintes dispositivos da Lei n. 4.279/90: parágrafo único do art. 4º; parágrafo único do art. 21; art. 78 e seus §§ 1º e 2º; art. 79 e seus incisos I e II; inciso V e suas alíneas "a" e "b" e o inciso VII do art. 103; artigos 105 a 117; parágrafo único do art. 137; alínea "c" do inciso I do art. 158; e incisos I, II, III e IV do art. 172 e o art. 5º da Lei n. 5.849, de 18 de dezembro de 2000.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 27 de

dezembro de 2001.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER
Secretário Municipal do Governo

PEDRO LUIZ DA SILVA GODINHO
Secretário Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania

IVAN CARLOS ALVES BARBOSA
Secretário Municipal dos Transportes Urbanos

MARLÚCIO CERQUEIRA SOARES
PALMEIRA - Secretário Municipal da Administração

MANOELITO DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

TASSO PAES FRANCO
Secretário Municipal da Comunicação Social

ALDELY ROCHA DIAS
Secretária Municipal da Saúde

DIRENE MATOS MENDONÇA
Secretária Municipal da Educação e Cultura

JALON SANTOS OLIVEIRA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

RAIMUNDO HUMBERTO CAIRES ARAÚJO
Secretário Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social

CARLOS GERALDO LINS COVA
Secretário Municipal do Saneamento e Infra-Estrutura Urbana

MANOEL RAYMUNDO GARCIA LORENZO
Secretário Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

SÉRGIO PASSARINHO SOARES DIAS
Secretário Extraordinário do Desenvolvimento Econômico

FERNANDO AZEVEDO MEDRADO
Secretário Municipal da Habitação

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 13.461 de 27 de dezembro de 2001

Abre ao Orçamento da Seguridade Social, no Instituto de Previdência do Salvador - IPS, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 5.859, de 27 de dezembro de 2000, em seu art. 6º, inciso I, alínea "d",

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social, no Instituto de Previdência do Salvador - IPS, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), na forma indicada no anexo a este Decreto.

Artigo 2º - A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Controladoria Geral do Município, deverão fazer as anotações das modificações resultantes do presente ato.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 03 de dezembro de 2001.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 27 de dezembro de 2001.

ANTONIO IMBASSAHY
Prefeito

MANOELITO SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

MARLÚCIO CERQUEIRA S. PALMEIRA
Secretário Municipal da Administração

ANEXO AO DECRETO NR. 13.461/01

PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	UNIDADE	POSTO	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO	VALORES
15.82.492.4027	3.1.90.01	040	I	340.000		
15.82.021.4024	3.1.90.11	040	I		52.400	
15.82.021.4023	3.4.90.30	040	I		15.000	
15.82.021.4023	3.4.90.37	040	I		124.670	
15.82.021.4023	3.4.90.39	040	I		106.330	
15.07.021.4022	3.4.90.91	040	I		41.600	
TOTAL						340.000

DECRETO Nº 13.462 de 27 de dezembro de 2001

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, no Instituto de Previdência Social - IPS, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § 3º do artigo 39 da Lei nº 5.767, de 12 de julho de 2000,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2001, no Instituto de Previdência Social - IPS, no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), na forma indicada no anexo a este Decreto.

Artigo 2º - A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a

Salvador, 28 de dezembro de 2001